

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

Silêncio e esquecimento:

Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933 - 1986)

Maiquel Gonçalves de Rezende

Pelotas, 2010

MAIQUEL GONÇALVES DE REZENDE

SILÊNCIO E ESQUECIMENTO

Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933 – 1986)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências (área de conhecimento: Memória Social e Patrimônio Cultural).

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Pelotas, 2010.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof^a. Dr^a. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Prof^a. Dr^a. Eliane Teresinha Peres

*À memória de
Henrique Carlos de Moraes*

Agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat, por dividir comigo suas experiências de pesquisa.

Aos professores do mestrado, em especial à Profª. Drª. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira e à Profª. Drª. Francisca Ferreira Michelon, pela parceria estabelecida nos anos que antecederam a conclusão da presente dissertação;

Aos colegas do mestrado, pelas dicas com relação à composição do presente texto;

Aos amigos Maurício Paz, Neuza Janke, pelo incentivo desde o início desta jornada.

À Francisco Carlos Couto de Moraes, Leni Dittgen de Oliveira, Nelson Nobre Magalhães (in memória), Ramão Jesus Marques Costa e Sônia Maria Tavares Garcia, pela generosidade nas entrevistas;

À diretoria da Biblioteca Pública Pelotense;

Muito obrigado.

A laranja

*O poema adormecido na laranja,
deitado sobre o mínimo de si,
redondo, amarelo de desejo, afasta
o nada, divide os espaços em gomos,
aprisiona o olhar e a saliva.*

Museu de coisas insignificantes

Charles Kiefer

Resumo

O presente trabalho se propõe a buscar as consonâncias e as contradições entre a proposta de uma política nacional para a constituição e proteção do patrimônio cultural e as ações engendradas na cidade de Pelotas entre 1933 e 1986, período em que Henrique Carlos de Moraes trabalhou como voluntário na Biblioteca Pública Pelotense e, simultaneamente a isso, a partir de 1940, como Conservador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O trabalho buscou compreender o desenvolvimento de uma trajetória do conceito de patrimônio em Pelotas a partir do trabalho desenvolvido por Moraes, observando, contudo, a proposta desenvolvida pelo órgão federal de proteção ao patrimônio histórico brasileiro. Outro ponto importante que perpassa este estudo diz respeito à relação entre público e privado na constituição dos arquivos pessoais de Moraes, documentos estes que foram organizados durante seu período de trabalho na Biblioteca Pública Pelotense. Essa ideia constituiu uma das bases de análise para a compreensão do processo de simbiose entre ele e a instituição, indicando como a noção de guarda gerou um interesse pela musealização na cidade, segundo sua perspectiva, cujos efeitos foram, dentre outros, o surgimento e a fixação de instituições museais em Pelotas e em seu entorno.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio; Arquivos; Biografia; Museus; Pelotas.

Abstract

The present work proposes search the consonances and contradictions between the proposal of the national politics for constitution and protection of the cultural heritage and actions engendered in the city of Pelotas between 1933 and 1986, time where Henrique Carlos de Moraes worked like voluntary on the public library Pelotense and simultaneously with this, since 1940, like conservative of the *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN). The work search understand the development of a trajectory the concept of heritage in Pelotas since work developed for Moraes, observing, however, the proposal development for a federal organ of protection to Brazilian historical heritage. Other important point that permeates this study says about the relationship between public and private in the constitution of the Moraes personal files, these documents was organized along his period of work on the Biblioteca Pública Pelotense. This idea constitute one base for analysis to understanding of the symbiosis process between he and institution, indicate like the notion of guard generate a interest for musealization in the city, second his perspective, the effects were, among others, the emergence and fixation of the museum institutions on Pelotas and neighborhood.

Keywords: Memory; Patrimony; Archives; Biography; Museums; Pelotas.

Lista de Figuras

Figura 01	Fotografia de Henrique Carlos de Morais	56
Figura 02	Carimbo usado por Henrique Carlos de Morais	63
Figura 03	Fotografia da Biblioteca Pública Pelotense	65
Figura 04	Procuração (documento de 1855, pertencente ao acervo da Biblioteca Pública Pelotense)	68
Figura 05	Museu da Biblioteca Pública Pelotense – 1977	71
Figura 06	Museu da Biblioteca Pública Pelotense – 2006	72
Figura 07	Pontas de flecha e de lança	72
Figura 08	Urnas funerárias	72
Figura 09	Catálogo de Bônus	74
Figura 10	Henrique Carlos de Morais coletando ostras fósseis	78
Figura 11	Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense	81
Figura 12	Capa do folheto <i>A Biologia da rã</i> (publicação de 1941)	85
Figura 13	Página inicial do folheto <i>A Biologia da rã</i>	85
Figura 14	Canhão da Cascata – 2009	90
Figura 15	Canhão da Cascata – 1963	91
Figura 16	Brasão de Armas da República Riograndense	92
Figura 17	Obelisco Republicano Domingos José de Almeida	98
Figura 18	Imagens feitas e organizadas por Henrique Carlos de Morais	99
Figura 19	Festa de despedida de Henrique Carlos de Morais	106
Figura 20	Henrique Carlos de Morais e Maria Cordeiro de Morais	108
Figura 21	Solar da Cascata - sem data	113
Figura 22	Solar da Cascata – 2008	114
Figura 23	Rosina mãe e Rosina filha	117
Figura 24	Henrique Carlos de Morais	119
Figura 25	Primas de Henrique Carlos de Morais e Emma Tillmann	119
Figura 26	Primas de Henrique Carlos de Morais e Emma Tillmann (verso)	120

Figura 27	Folder de divulgação do Acervo Didático-Pedagógico	124
Figura 28	Folder de divulgação do Acervo Didático-Pedagógico (verso) -	124
Figura 29	Catedral Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (restauração)	127
Figura 30	Postal Fotográfico	128
Figura 31	Postal Fotográfico (verso)	129
Figura 32	Tarjeta postal endereçada à Emma Tillmam	129
Figura 33	Tarjeta postal endereçada à Emma Tillmam (verso)	130
Figura 34	“Arquivo de Henrique Carlos de Moraes” – timbre	134
Figura 35	Inauguração da Sala Henrique Carlos de Moraes	138

Lista de anexos

Anexo 01	Sônia Maria Tavares Garcia: entrevista realizada em 22 de setembro de 2005	157
Anexo 02	Sônia Maria Tavares Garcia: entrevista realizada em 25 de julho de 2008	167
Anexo 03	Fundos documentais da Biblioteca Pública Pelotense	179
Anexo 04	Minha formação de museólogo: texto escrito por Henrique Carlos de Moraes	185
Anexo 05	Carta de alforria carimbada por Henrique Carlos de Moraes	193

Sumário

Introdução	<hr/>	14
-------------------	-------	-----------

Capítulo 1 - O patrimônio cultural e a normatização das relações sociais.

1.1. A configuração da idéia de valorização do patrimônio	<hr/>	22
1.2. O contexto brasileiro de preservação do patrimônio histórico: “Narrativas Românticas” e sociedade no Brasil Imperial	<hr/>	27
1.2.1. O Movimento Modernista e a República	<hr/>	31
1.2.2. A ação cultural do Estado na era Vargas	<hr/>	36
1.2.3. O SPHAN e a formação de uma “nacionalidade brasileira”	<hr/>	42
1.2.4. A atuação do SPHAN no Rio Grande do Sul	<hr/>	49

Capítulo 2 - Arquivo, museu e memória biográfica: um estudo sobre a história de vida de Henrique Carlos de Moraes.

2.1. A construção de um agente de preservação do patrimônio	<hr/>	55
2.2. Biblioteca Pública Pelotense: discutindo sobre as possibilidades de organização do seu museu/arquivo	<hr/>	64
2.2.1. O Museu da Biblioteca Pública Pelotense	<hr/>	69
2.2.2. Políticas de gestão de acervos: o caso do Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense	<hr/>	79
2.3. Textos para divulgação científica ou simples <i>histórias</i> de um conservador de arquivos?	<hr/>	83
2.4. O Obelisco Republicano e a legislação de Pelotas sobre patrimônio -	<hr/>	95

Capítulo 3 - Memória e finitude: Henrique Carlos de Moraes e o esquecimento entendido a partir dos silêncios e da percepção diante da perda e da morte.

3.1. Os (des)caminhos da memória	102
3.2. Sob as teias da lembrança	106
3.3. A simbiose através dos objetos e dos documentos	115
3.3.1. O esquecimento por meio do descarte	125
3.4. Finitude: elemento de invisibilidade ou esquecimento?	131
Conclusão	141
Referências bibliográficas	146
Fontes documentais	153
Fontes orais	155
Anexos	156

Introdução

O presente trabalho se propõe a buscar as consonâncias e as contradições entre a proposta de uma política nacional para a constituição e proteção do patrimônio cultural e as ações engendradas na cidade de Pelotas entre 1933 e 1986, período em que Henrique Carlos de Moraes trabalhou como voluntário na Biblioteca Pública Pelotense e, simultâneo a isso, a partir de 1940, como Conservador Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nascido em Pelotas, no dia 20 de abril de 1898, Henrique Carlos de Moraes iniciou suas atividades na Biblioteca Pública Pelotense no dia 15 de novembro de 1933. Foram 53 anos dedicados à preservação de acervos, do patrimônio histórico e da memória da cidade de Pelotas e região, terminados somente com sua morte em 1986, aos 88 anos. Em outro momento, ao estudar a ação de Moraes como sujeito responsável por trazer à Pelotas a discussão sobre o patrimônio, então recorrente no país, surgiu a possibilidade de aprofundar a investigação sobre a sua história de vida a partir da hipótese de que ocorreu uma simbiose entre o público e o privado. Discutir as variações dessa dimensão, por meio de sua história de vida, ajudou a entender alguns dos seus procedimentos como guardião do acervo do Arquivo e do Museu da Biblioteca Pública Pelotense, propiciando, também, a reflexão sobre a ocorrência do esquecimento que se deu sobre a sua pessoa.

Outra hipótese a ser averiguada diz respeito aos trabalhos sistemáticos com a pesquisa do patrimônio em Pelotas. Iniciado na década de 1930, o trabalho de Morais concentrou-se sobre documentos e acervos museais, não contemplando ainda, naquele momento, questões sobre o patrimônio edificado. Com base na documentação constante nos seus arquivos pessoais localizados na Biblioteca Pública Pelotense, pode-se inferir que algumas das construções de memória da cidade iniciam através das pesquisas de alguém que se considerava um museólogo e assim se intitulava.

Através dessa ação de colecionador e arquivista, funções primeiras das quais adviria esse perfil afirmado por ele de pesquisador, Morais iniciou um trabalho sistemático sobre o patrimônio da cidade, mas não o edificado. O resultado inicial desse trabalho esteve no encaminhamento do processo de tombamento do Obelisco Republicano Domingos José de Almeida e na sua posterior inscrição no livro do tombo, em 1955. O interesse de Morais no Obelisco dizia respeito, segundo os escritos a que este pesquisador teve acesso, ao fato de este ser um documento sobre a República, isto é, um monumento construído em homenagem à República durante o período imperial. Seria possível, contudo, dizer que o interesse pelas questões referentes à memória e ao patrimônio em Pelotas teria um princípio já distante? Essa dúvida, uma vez comprovada, indicaria, também, que essa perspectiva se inicia quase concomitantemente (até mesmo antes, se considerado o início de suas atividades na Biblioteca Pública Pelotense) ao surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), portanto, ao movimento nacional que gerou a Lei de Proteção ao Patrimônio. Isso poderia justificar, em parte, o fato de Pelotas estar tão mergulhada nas questões do patrimônio no presente, relativizando assim, que a motivação inicial, ou mais importante da cidade para a guarda da sua memória, seja o patrimônio edificado.

No Brasil, as políticas de preservação do patrimônio histórico e artístico têm sua institucionalização a partir do Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, durante o Estado Novo de Vargas, que estabeleceu o tombamento como instrumento de preservação e a criação do SPHAN. Esse decreto, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2005), veio normatizar as atividades de preservação e conservação do patrimônio histórico, marcando, assim, o pioneirismo do Brasil em relação à América Latina. A criação do SPHAN está

inserida no contexto de consolidação do Movimento Modernista.¹ O Modernismo representava, naquele momento, uma ruptura radical com os movimentos anteriores, partindo da eclosão de um novo ideário no ambiente da cultura brasileira. Neste sentido, Mário de Andrade foi uma figura extremamente importante no projeto de lei que fez surgir o SPHAN, visto que trouxe consigo uma idéia mais culturalista e antropológica, dando ênfase a uma visão de patrimônio mais abrangente, privilegiando aspectos intangíveis da cultura brasileira, como manifestações folclóricas e práticas artísticas e culturais. Na seqüência deste contexto, a era Vargas foi marcada pela ferrenha batalha no campo da formação cultural do país, pelo qual se prenunciava uma relação mais elaborada entre cultura e política. Forjou-se, no período, uma representação nacional mais homogênea (traduzida por alguns como o Mito da Brasilidade) pela qual se buscou identificar o cidadão comum com a nação, identificação cujo resultado pretendia ser o surgimento ou aprimoramento de elementos de sentido e identidade.

Pensar em políticas de patrimônio é pensar políticas culturais. Quem estabelece o que vem a ser patrimônio? Quem atribui valor a determinados bens? Quem define as políticas culturais? O Estado é quem detém uma parcela do poder sobre os elementos que representam uma nação, não significando esses elementos serem realmente representativos para se tornarem patrimônio. É válido pensar também nas ações engendradas pelas comunidades reivindicando os seus patrimônios, no qual a ação política no trato das questões culturais significa a produção de um universo simbólico. Maria Cecília Londres Fonseca (2005) desenvolveu a idéia de uma teoria de valor atrelada às questões de formação da identidade nacional. O patrimônio, entendido como uma política cultural do Estado, necessita dialogar

¹ Os modernistas propunham uma renovação radical na linguagem e nos formatos, marcando a ruptura definitiva com a arte tradicional. Em sua primeira fase (1922 – 30), o movimento caracterizou-se pelas tentativas de solidificação e divulgação de suas idéias. Seus movimentos culturais expressavam ideologicamente a idéia do nacionalismo. A segunda fase do movimento (1930 – 45) formou-se em cima de um contexto social e econômico complexo (necessitado de amadurecimento), exigindo das pessoas uma nova postura diante da realidade. Ver mais detalhes em: CÂNDIDO, Antônio & CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da literatura brasileira, história e antologia: das origens ao Realismo*. 3º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

constantemente com os grupos no poder para ter sua inserção em determinado contexto.

Atualmente, as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil estão se ampliando conceitualmente, fato para o qual aponta a definição encontrada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 216, que amplia a definição de patrimônio cultural, antes restrita somente a objetos de *concreto, pedra e cal*. Uma representação mais abrangente de patrimônio surge como forma de praticar uma política inclusiva, vinculando assim não somente o que é produto da elite, mas também o que é produto das culturas ditas populares. Estabelecer uma política de preservação referente ao que poderia ser chamado de patrimônio imaterial (intangível) requer desvincular do processo a idéia de imutabilidade (FONSECA, 2005).²

Uma das idéias desenvolvidas nesse estudo, sobre a convergência entre o que ocorreu em Pelotas e o que promulgava o pensamento vigente no SPHAN, alterou-se ao longo das décadas subseqüentes em direção ao conceito ampliado da noção de patrimônio, hoje vigente. Dentro dessa visão, alguns marcos temporais se dão entre o ano de tombamento do Obelisco Republicano Domingos José de Almeida (1955) e a morte de Henrique Carlos de Moraes (1986), que, segundo os dados autobiográficos encontrados, trabalhou até quase o seu falecimento. Como Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a partir de 1940, Moraes catalogou, inventariou e arquivou uma grande quantidade de documentos hoje existentes na Biblioteca Pública Pelotense, material que constitui, juntamente com seus arquivos pessoais, as fontes primárias desse trabalho. Esses arquivos pessoais

² O Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o inventário e registro de bens culturais de natureza imaterial, criando assim o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Nesse processo de ampliação do conceito de patrimônio, Sant'Anna (SANT'ANNA: 2003) utiliza o exemplo do Japão, local onde as concepções de patrimônio e preservação são completamente diferentes dos países do ocidente. No caso japonês, segundo a autora, dá-se grande importância ao testemunho vivido, à transmissão da tradição por meio de pessoas que detém o conhecimento; às lembranças produzidas através da experiência compartilhada. Ainda nessa perspectiva, Fonseca (2005) caracteriza o patrimônio imaterial ou intangível como algo que comprehende os aspectos da vida social e cultural não abrangidos pelas concepções tradicionais, os quais se formam por intermédio do deslocamento da valoração do bem na sua condição de *pedra e cal* para o bem com valores implícitos, inclusive não situados em sua materialidade. Ver mais detalhes em: SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ/UniRio, 2003, p. 46-55.

formaram-se durante seu tempo de trabalho na Instituição, possuindo a particularidade de não terem sido doados pela família após sua morte. Morais tinha por hábito levar para a Biblioteca objetos seus (livros, cartas, fotografias, recibos, notas fiscais) para que fossem guardados junto aos *documentos históricos*. Através desses documentos observou-se sua ação no processo de tombamento do Obelisco Republicano, por exemplo, finalmente inscrito no Livro do Patrimônio Histórico, em 1955.

Esse estudo buscou averiguar também a ação de Morais, vista através desses documentos, em relação ao desenvolvimento de uma trajetória do conceito de patrimônio na cidade de Pelotas, alinhada ao pensamento vigente manifestado nas ações do SPHAN/DPHAN/IPHAN³ ao longo do período estudado. A discussão sobre o público/privado, que se dá na constituição dos arquivos pessoais de Morais no âmbito da Biblioteca Pública Pelotense, constituiu uma das bases de análise para a compreensão desse processo, indicando como a noção de guarda gerou um interesse pela musealização na cidade, cujos efeitos foram, dentre outros, o surgimento e fixação de instituições museais em Pelotas e no seu entorno.⁴

Portanto, no desenvolvimento deste trabalho pretende-se observar como a figura de Henrique Carlos de Morais representou, durante um período, a compreensão e a ação da proteção ao Patrimônio em Pelotas. Buscar-se-á analisar, também, como nesse processo de constituição do Museu da Biblioteca Pública Pelotense e do Arquivo que leva seu nome, Morais conformou progressivamente arquivos cujos documentos seus e da Biblioteca iam-se tramando, assim como sua vida com a da Instituição, e como essa trama se faria inadequada em outro momento do pensamento de preservação. A hipótese que direcionou o estudo foi de que essa simbiose entre público e privado, no caso de Morais, refletiu um processo de afastamento na modelação

³ Este órgão recebeu diferentes denominações ao longo dos tempos. Em 1946 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passa a chamar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, este mesmo órgão passa a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

⁴ Muitos museus foram fundados em décadas posteriores ao surgimento do Museu da Biblioteca Pública Pelotense, como o Museu Carlos Ritter, da Universidade Federal de Pelotas; o Museu Municipal Parque da Baronesa; o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo MALG; o Museu da Colônia Maciel; O Museu das Telecomunicações (ainda em implantação); o Museu Grupelli; o Museu do Charque; o Instituto João Simões Lopes Netto; a Casa de Cultura Adail Bento Costa (que reserva um memorial em nome do artista).

do conceito de preservação na cidade, modelação que se deu como resposta e desejo de consonância ao que acontecia no resto do país e, em especial, no âmbito onde a discussão se encontrava mais adiantada. Logo, tendo sido um agente da preservação e da memória, o resultado de um procedimento que para ele se tornou sistemático, foi a reação posterior, da Instituição e, de certa forma, da sociedade local, colocando-o progressivamente em direção ao esquecimento. Esse ostracismo foi a indesejada ocorrência que ele buscava evitar e que se pretende investigar, já que esse amálgama entre ele e os arquivos decorriam de um desejo em se fazer lembrado na memória da Instituição. Henrique Carlos de Moraes, portanto, objetivou tecer ao longo de muitos anos uma memória da cidade e da instituição que comportasse ou carregasse a sua própria memória.

Para esse estudo foram utilizadas fontes primárias documentais do Arquivo Histórico da Biblioteca Pelotense. Esse conjunto propiciou a circulação de informações pertinentes ao presente trabalho, deslocando assim os significados dos objetos em si. Os arquivos deixados por Moraes igualmente se tornam passíveis de investigação e pesquisa, pois os objetos aqui são entendidos como permeados de significados, abrigando um processo intercambiado de informações. Parte das fontes utilizadas para a realização do presente trabalho foram os fundos documentais da Biblioteca Pública Pelotense relativos ao período de trabalho de Moraes como agente do Ministério da Educação e Cultura no cargo de Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com base nesse material discutir-se-á algumas das políticas de preservação implementadas em Pelotas durante seu período de atividade (1933 – 1986).⁵

Na tentativa de cercar melhor o objeto de pesquisa, foi necessário reunir uma ampla gama de materiais. Além das fontes documentais escritas, o estudo desenvolveu-se sobre fotografias e história oral. Objetivou-se, dessa maneira, contemplar as várias formas de atuação de Moraes na preservação do patrimônio histórico de Pelotas.⁶ Também foram utilizadas algumas fotografias

⁵ É importante observar que, a partir da década de 1980, começa a se intensificar o debate sobre o patrimônio, juntamente com ações desenvolvidas pelo poder público por meio de legislação específica.

⁶ Essas formas de preservação delinearam-se juntamente com a constituição de um conjunto de memórias, onde a imagem de Pelotas, como cidade histórica e detentora de um conjunto

do Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Essa compreensão fundamentou-se sobre trabalhos que especificam a necessidade em compreender a fotografia como fonte de pesquisa, por um lado, e como suporte para a memória, por outro. O interesse de Morais pela guarda de documentos fotográficos era notório entre as pessoas que lhe eram próximas. Assim, as fotografias do arquivo e as que foram encontradas em outras circunstâncias receberam tratamentos diversos, mas convergiram para os conceitos de documento e representação.

Revelar a historicidade contida nos objetos que compõem os acervos foi a preocupação de Henrique Carlos de Morais quanto à composição dos discursos do Museu da Biblioteca Pública Pelotense a partir de 1940, ano em que passa a ser diretor do mesmo. Uma vez implementada esta narrativa, foi possível usá-la como experiência controlada de análise. Muitas citações que estão no corpo do texto foram retiradas de escritos do próprio Morais. Tal estratégia visa não só corroborar o que está sendo referenciado, mas dar um sabor especial ao texto, onde o objeto de estudo ganha voz. A plausibilidade de verificação do discurso narrativo presente no conjunto documental gerado por Morais (acervos de objetos, textos de sua autoria, fotografias e documentos em papel) confirmou-se com base no uso de ferramentas metodológicas que utilizam sistemáticas comparativas entre os conjuntos e os discursos gerados no âmbito de uma política da memória sobre o patrimônio, especialmente por parte do SPHAN/DPHAN/IPHAN. Portanto, metodologicamente, este estudo colocou-se sobre um *triplo* suporte: pesquisa em acervo, história oral e levantamento bibliográfico. O diálogo entre esses conjuntos foi fundamental para a abordagem do tema apresentado.⁷

patrimonial importante, adveio a partir de seu reconhecimento com o passado. Ver mais detalhes em: PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Pelotas**. Porto Alegre: Typographia Gundlach, 1940.

⁷ Tendo em vista que a História Oral entra no Brasil em meados da década de 1970, e que vai atingir uma expansão significativa no início dos anos 1990, com a criação da Associação Brasileira de História Oral em 1994, a área que então se projeta tem ganhado novos adeptos com uma multiplicidade de temas. A década de 1970 vai inaugurar um estágio de revalorização do método qualitativo, o que acaba dando impulso à História Cultural⁷. As formas de praticar a História Oral variam conforme o objetivo das pesquisas e dos seus pesquisadores. O tratamento das entrevistas e sua passagem da forma oral para a escrita também tendem a ser diversos, conforme as orientações de cada programa ou pesquisa. A História Oral, aplicada neste trabalho, pretende esclarecer a trajetória individual de Henrique Morais, recriando um cotidiano a partir da memória dos informantes. O foco temático ora discutido vai procurar pensar os conceitos relacionados entre História e Memória. Ver mais detalhes em: FERREIRA,

No desenvolvimento do trabalho, o primeiro capítulo, intitulado *o patrimônio cultural e a normatização das relações sociais*, busca traçar um percurso das políticas de preservação do patrimônio histórico no Brasil, uma cronologia histórica que se inicia com a independência, passa pelo Romantismo e pelo Modernismo, desembocando na era Vargas e nos períodos históricos que lhe sucederam. Destaca-se a ação cultural do Estado na criação de instrumentos legais de preservação, como o SPHAN/DPHAN/IPHAN.

O segundo capítulo, intitulado *arquivo, museu e memória biográfica: um estudo sobre a história de vida de Henrique Carlos de Moraes*, procura entender a construção da figura do conservador no emaranhado das políticas preservacionistas a partir do estudo biográfico do personagem. Outra idéia presente neste capítulo é discutir as potencialidades da Biblioteca Pública Pelotense como unidade gestora de um Arquivo/Museu, entendendo a lógica estrutural dos acervos nela presentes. Para isso procurar-se-á entender os princípios de conservação empregados por Moraes, vendo em que medida eram “necessários” para a época.

No terceiro capítulo, intitulado *memória e finitude: Henrique Carlos de Moraes e o esquecimento entendido a partir dos silêncios e da percepção diante da perda e da morte*, foi desenvolvida a idéia do esquecimento como consequência da memória por meio da análise do processo de conservação e descarte na história de Henrique Carlos de Moraes em meio aos arquivos institucionais.⁸ Na verdade, uma política de descarte que não ocorreu, contudo fruto de uma confusão entre público e privado. Estabeleceu-se, todavia, a compreensão entre o lembrar e o esquecer no seu percurso de vida como agente responsável por tentar desenvolver na cidade uma sistemática idéia sobre preservação e construção de memória.

Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁸ A análise do processo de esquecimento também pode ser evidenciada através dos resultados observados nas mudanças das políticas culturais na cidade.

Capítulo 1 - O patrimônio cultural e a normatização das relações sociais

1.1. A configuração da idéia de valorização do patrimônio

Qual seria a melhor definição para a palavra patrimônio? O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa traz a idéia do patrimônio como o bem que vem do pai e da mãe, aquilo que se relaciona com uma herança comum. Nesse sentido, patrimônio também pode ser entendido como um conjunto de bens, direitos e obrigações. Também é possível entender a questão do patrimônio como um processo identitário, inerente aos diferentes grupos humanos. Na presente dissertação, entende-se por patrimônio o conjunto de evidências materiais e manifestações da cultura, isto é, o conjunto de bens passados ao longo do tempo e das gerações.

O número total de bens que compõem o acervo cultural de uma nação, por vezes, pode ser algo sem medida. Esses bens patrimoniais, em alguns casos, não possuem uma utilização prática e imediata, todavia, produzem um discurso sobre um tempo anterior no qual se fundamenta a história de uma localidade ou de um grupo. Não é tão simples entender os motivos que conduzem um objeto a ser eleito como artefato digno de salvaguarda. Os objetos materiais a serem preservados emergem a partir de sua constituição

como registro material ou expressão artística, considerados parte da identidade cultural de uma época, de um lugar ou de um grupo, razão pela qual podem suscitar debates de natureza ideológica acerca de quais manifestações culturais podem ser tomadas como representativas de um contexto histórico. Da mesma parte, as definições para a palavra patrimônio vêm adquirindo conotações substancialmente diferenciadas no transcorrer da história. Segundo José Reginaldo Gonçalves, a palavra “patrimônio” está entre as que mais são usadas cotidianamente:

Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis [...] (GONÇALVES: 2003, p. 21).

O conceito de patrimônio remete a uma conotação mais restrita quando envolve a noção de bens culturais. A partir da formação dos Estados nacionais, o patrimônio cultural passa a configurar-se como sendo de interesse público, todavia, sua composição e utilização não reproduzem um pensamento estritamente moderno. Como salienta José Reginaldo Gonçalves (2002, p. 13-37), o entendimento acerca da categoria “patrimônio”, embora sendo consolidada a partir da formação dos Estados nacionais, remete à antiguidade, possuindo um caráter milenar e uma ampla distribuição geográfica.

Françoise Choay (2001, p.11) refere que a palavra “patrimônio” tem origem no latim, *patrimonium*, que significa aqueles bens pertencentes à família. Na Europa, durante a Antiguidade Clássica e a Idade Média, **adotou-se o entendimento** da categoria “patrimônio” como sendo o conjunto de bens materiais pertencentes a uma pessoa ou instituição. Criou-se, a partir da Revolução Francesa, uma necessária ampliação desses conceitos, tendo em vista a integridade física dos monumentos históricos e o conjunto das suas obras artísticas. As políticas públicas para a preservação do patrimônio histórico têm início com as atividades endêmicas de destruição do século XVIII e XIX, durante o período revolucionário da França, inicialmente objetivando

restaurar os edifícios avariados pelos revoltosos. Então, qual será a importância de preservar esse patrimônio?

É possível encontrar mais problemas relacionados à preservação a partir da mudança que houve com relação ao processo produtivo. A Revolução Industrial teve um impacto grande no processo de produção de bens de consumo, fato que desencadeou profundas transformações na sociedade. As mudanças mais expressivas na tecnologia de produção tiveram início na Grã-Bretanha em meados do século XVIII, espalhando-se pelo mundo nos anos subsequentes. Nessa miscelânia de acontecimentos, a máquina foi substituindo gradativamente o trabalho humano, possibilitando uma nova relação entre capital e trabalho, impondo, a partir disso, uma cultura de massa. Essas transformações vão configurar como uma literal explosão no campo econômico. Nessa perspectiva, Hobsbawm explica que:

[...] a certa altura da década de 1789, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante e, até o presente, ilimitada, de homens, mercadorias e serviços (HOBSBAWM: 1997, p. 44).

Ocorreram alguns fenômenos como consequência imediata desse acelerado processo de produção, destacando-se a divisão do trabalho, o aumento da população, os avanços nos transportes e comunicação e a formação de uma classe de resistência, o operariado.⁹ Nesse momento, o socialismo passou a caracterizar-se como uma reação ao liberalismo que, explicitamente, apregoava os direitos e realizações privadas em detrimento do coletivo.¹⁰

⁹ De uma forma mais detalhada, tem-se o primeiro destaque dado à divisão do trabalho, onde cada trabalhador passaria a cumprir uma tarefa específica na linha de produção. O segundo fenômeno diz respeito ao aumento do contingente populacional e à urbanização decorrente desse processo. O terceiro ponto engloba os avanços que ocorreram nos transportes e meios de comunicação, em que a explosão tecnológica conheceu um ritmo ainda mais frenético com a energia elétrica e os motores a combustão. Os meios de comunicação ficaram mais rápidos devido ao encurtamento das distâncias promovido pelo movimento das máquinas. O quarto (e último item) refere-se à formação de uma classe de resistência, o operariado. No século XIX, o socialismo passa a ter uma considerável aceitação no seio das classes trabalhadoras, sobretudo na Europa, tornando-se uma ideologia fundamental e bastante importante (HOBSBAWM: 1997, p. 44-49).

¹⁰ A Revolução Industrial vai se configurar como outro momento importante na defesa pela preservação do patrimônio. A partir dela mostra-se o quanto a razão patrimonial, inscrita em

Naquele momento, anônimos ou não, os representantes da classe operária apresentavam-se como um perigo em potencial à nova ordem capitalista. O movimento ininterrupto daqueles que faziam do espaço urbano sua morada gerou a necessidade de uma remodelagem da cidade. Considerado como um acontecimento verdadeiramente inquietante para as classes abastadas, o crescimento desordenado da multidão representou um perigo à ordem urbana. Nas ruas, alguns personagens observadores, como os apresentados na literatura de Edgar Allan Poe e Charles Dickens, destituídos do tempo da natureza e depreciados pelo tempo do relógio, o tempo do capital, um tempo extremamente abstrato e produtivo, apresentavam-se como caminhantes solitários em meio aos perigos da urbe. O espetáculo da vida cotidiana se expressava nas ruas por meio das grandes multidões. Fruto de uma industrialização acelerada, as massas de trabalhadores urbanos acumulavam-se nas ruas e praças como consequência da grande Revolução. Nesse contexto, as metrópoles superlotadas apresentavam um sério risco à preservação do patrimônio, onde conviviam em um mesmo espaço a opulência material e a degradação do homem. Segundo Carlos Frederico Marés de Souza Filho, com relação à participação do poder público na preservação dos bens culturais, o Estado:

Lança mão do Direito, como resposta à consciência de que é necessário preservar. Para proteger estes bens – para preservá-los dos riscos que correm, seja de agentes naturais, seja da ação predadora do próprio homem –, é necessária a presença do Estado e do Direito, criando normas e ações reguladoras e protetoras (SOUZA FILHO: 2005, p. 18).

Diante da degradação de um bem patrimonial, muitas vezes o Estado se vê obrigado a responder a partir de uma norma jurídica. Aqui o conceito de patrimônio trabalha em função do interesse coletivo de que se revestem determinados bens à medida que assumem certa relevância para a sociedade civil. Durante o século XIX trabalhou-se em larga escala os conceitos de patrimônio, monumentos históricos e artísticos e monumentos nacionais. À

um longo período da história, incorpora as diversas formas de construção do passado. Para mais detalhes ver: POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente (séculos XVIII – XXI)*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura e patrimônio, um guia*. São Paulo: Editora da FGV, 2008.

imposição de relembrar épocas passadas estaria implicada no princípio de monumentalizar um determinado bem patrimonial. Dessa forma, os monumentos estavam ligados a eventos marcantes da história das nações.

Para Françoise Choay, os monumentos serão caracterizados como artefatos do passado, objetivando assim, um ato de rememoração. A idéia de monumento histórico terá como fim a noção de patrimônio. A perspectiva de caracterização desses monumentos, como que atreladas à concepção de patrimônio histórico, compõe-se de uma concepção moderna advinda do Iluminismo, uma nomenclatura originada no transcorrer da Revolução Francesa. O conceito de monumento histórico forjou-se, exatamente, a partir das pilhagens e descaracterizações promovidas pela Revolução. Segundo Choay,

[...] chamar-se-á monumento tudo aquilo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória (CHOAY: 2001, p. 18).

O patrimônio começa a fazer-se de interesse público a partir das lacunas deixadas pelos Jacobinos (e membros da nova classe dominante francesa), tendo em vista a destruição e desvalorização histórica como parte integrante dessa herança cultural. A fúria dos entusiastas do pensamento revolucionário na França, no final do século XVIII, não poupou os monumentos clericais (e também os da nobreza), sendo estes os primeiros a sofrer o ataque revolucionário. O fervor de 1789 instituiu a destruição dos símbolos do poder absolutista na França, onde a trama da Revolução, atuando na degradação dos monumentos históricos identificados com o rei, colocou em relevo uma política de memória de contrastes significativos. A idéia de musealização dos edifícios, nesse sentido, passou a ser algo essencial nos projetos de valorização da história nacional.

Ao referir-se às questões de monumento e patrimônio, a contemporaneidade, mais especificamente o Estado, trouxe consigo uma série de conceitos que visavam o estabelecimento de uma política pública de proteção ao patrimônio cultural. Os princípios que orientaram a criação de

ordenações jurídicas de proteção advieram a partir de mudanças históricas bastante significativas, como as revoluções políticas e econômicas ocorridas na Europa, particularmente na França e na Inglaterra. Dessa maneira, o Direito vai passar por uma série de afirmações, denominadas por alguns pesquisadores de *Patrimonialização do Direito*, isto é, uma regulamentação jurídica a preocupar-se com a questão do patrimônio.¹¹

1.2. O contexto brasileiro de preservação do patrimônio histórico: “Narrativas Românticas” e sociedade no Brasil Imperial

A reivindicação de uma arte genuinamente brasileira e politicamente preocupada com a construção de uma identidade nacional não foi primazia dos modernistas do contexto republicano, em 1922. Pode-se dizer, seguramente, que esse processo data do Romantismo.

Em 1822, após a declaração de independência, cresce o sentimento de nacionalismo, buscando-se construir uma história da sociedade brasileira exaltando a natureza e a pátria. Nesse sentido, é possível entender a Independência do Brasil como um projeto elaborado sob o jugo de idéias iluministas importadas da Europa. No início do século XIX, a partir dos processos revolucionários ocorridos no final do século anterior nos Estados Unidos (1776) e na França (1789), a constitucionalização das relações entre os indivíduos e o aparelho de Estado se impôs como uma necessidade no mundo ocidental. Foi neste contexto que ocorreram as independências na América Latina durante as primeiras décadas daquele século.

Após 1822, D. Pedro I promoveu uma mudança na legislação brasileira, uma propulsão de normas jurídicas “simultaneamente absolutistas e liberais”. Segundo Francisco Iglesias, a partir do momento em que a nação havia sido

¹¹ Todas estas inovações, então marcadas no campo do Direito, serão traduzidas de uma maneira bem concreta através da elaboração de um código civil feito na França por Napoleão Bonaparte em 1804, o chamado *Código Civil Napoleônico*. Outra característica apresentada no código será o individualismo, no qual o patrimônio, necessariamente, deveria ter um dono, um proprietário. Partindo dessa ótica, os direitos de cidadania viriam naturalmente a partir da idéia de patrimonialização, ou seja, somente o sujeito que tivesse renda (patrimônio) teria direito ao seu exercício pleno de cidadania. Para mais detalhes ver: LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história**. São Paulo: Atlas, 2008.

criada, “impunha-se organizá-la. Uma das preocupações de D. Pedro I, ainda regente, foi convocar em junho de 22 uma constituinte” (IGLESIAS: 1987, p. 17). A Carta Constitucional de 1824 será um exemplo das tendências conservadoras e liberais do Império, pois instituía o princípio da representação através de eleições, contudo os “eleitos” deveriam ter certa renda. Nela irá consumar-se a idéia do voto censitário, onde só poderia eleger e ser eleito aquele que dispusesse de um “patrimônio” pré-determinado. Sendo assim, a cidadania, então pensada a partir de uma lógica patrimonial e financeira, só existiria no momento em que a pessoa fosse proprietária de bens.

Os primeiros passos da nação independente aconteceram sob a tutela de um imperador autoritário; a Carta Constitucional de 1824 foi outorgada a partir da dissolução da Assembléia Constituinte ocorrida no ano anterior. A Constituição Política do Império do Brasil, assim chamada, estabeleceu um governo monárquico e hereditário, com eleições censitárias e indiretas. Estabeleceu, também, um quarto poder, o Poder Moderador, totalmente alheio aos interesses da emergente nação, entretanto, um poder que dava plena autoridade ao imperador de intervir nos demais poderes.¹² Um dos motivos que levou D. Pedro I à ruína, e a sua consequente abdicação, foi exatamente a institucionalização do Poder Moderador.¹³ Luiz Roberto Lopes retrata o cenário do Primeiro Reinado dizendo que o imperador, “de formação enraizada no antigo regime, não soube conviver dentro dos parâmetros da ordem liberal. Seus rompantes autoritários o incompatibilizaram com a elite” (LOPEZ: 1995, p. 8). A partir desse descompasso, a queda veio como uma consequência lógica e esperada.

Nesse jogo político, o Brasil tornou-se uma ilha monárquica em um mar de repúblicas, tendo uma sociedade escravista e extremamente excludente, herança advinda do período colonial. A sociedade do Brasil Imperial procurava se espelhar na Europa, particularmente nas sociedades inglesa e francesa. O

¹² Francisco Iglesias continua explorando a questão dizendo que, dessa forma, a Constituição personificou a orientação liberal dos seus autores, traduzindo as maneiras de pensar européias e norte-americanas (IGLESIAS: 1987, p. 21-22).

¹³ Nesse sentido, Francisco Iglesias sublinhou que a “transição entre liberalismo e absolutismo, atesta nos autores competência e imaginação. Tem-se nesse poder um compromisso entre a tendência constitucionalizadora – vitória do liberalismo – e o apego a fórmulas do Antigo Regime. O Poder Moderador concilia as duas tendências” (IGLESIAS: 1987, p. 21).

grande centro político desse novo Estado foi a cidade do Rio de Janeiro, que também era um importante pólo comercial.¹⁴

A partir da “transferência”, ou como diria Raymundo Faoro, a “transmigração” da corte portuguesa em 1808, à vida urbana exigiram-se melhores condições de infra-estrutura: ruas foram calçadas, criaram-se serviços de limpeza pública e de transportes urbanos, e redes de esgoto e de água. Sublinha esse autor que “o Brasil, sustentáculo do reino, torna-se seu refúgio, com imediatas consequências sobre a própria estrutura do reino, mal seguro e flutuante sem os recursos americanos, suas rendas, tributos e comércio” (FAORO: 2004, p. 248). O Brasil tornou-se um campo propício à divulgação das novas influências, contudo, as contradições do Império o impediram de avançar sistematicamente. Cabe fazer uma ressalva, um estudo pormenorizado sobre a história política e a formação do Estado nacional exige cautela; não é objetivo do presente texto tratar sobre a consolidação do Brasil como nação independente, mas perceber como essas contradições, inerentes ao papel do governo como agente de manutenção da ordem, facilitaram (ou ajudaram a evoluir) o surgimento de movimentos de contestação.

Em meados dos anos 30 do século XIX, mais precisamente em 1836, surge um incipiente movimento de valorização das particularidades regionais, com um tom colorido e popular e de características sentimentalistas e subjetivistas, buscando, também, reformas políticas e sociais. O movimento denominado de Romantismo adquiriu uma conotação extremamente patriótica, de afirmação nacional, lançando à luz o sentido da brasiliade. Antônio Cândido e J. Aderaldo Castello fazem uma contextualização bastante expressiva sobre o homem, produto do meio ao qual está inserido. Assim descrevem os autores:

[...] se o homem romântico surge como expressão de uma nova ordem social, moral, religiosa e econômica, e se ele exprime ao mesmo tempo a sua experiência individual é porque se deixa envolver pelo clima do momento, enquanto é uma síntese deste próprio momento (CÂNDIDO & CASTELLO: 1988, p. 158).

¹⁴ Cita-se aqui o comércio de escravos, negócios que ocorriam para a desgraça dos menos favorecidos. Sobre esse tema ver MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 2000.

Antônio Cândido e J. Aderaldo Castello acentuam a importância do Romantismo, ressaltando o sentido de sua universalidade. Para frisar o modo como essa forma de patriotismo será caracterizada, afirmam que o contexto de afirmação do Romantismo “coincide com o momento decisivo da definição da nacionalidade, com propósitos expressos de reconhecer e valorizar o nosso passado histórico” (CÂNDIDO & CASTELLO: 1988, p. 167).

Porém, o Romantismo no Brasil padeceu de uma contradição indócil, isto é, caminhou entre o discurso liberal-nacionalista e uma sociedade totalmente dependente da escravidão. De outra parte, na Europa, o Romantismo representou a vitória da burguesia sobre o decadente *Sistema Feudal*. Como salienta Nelson Werneck Sodré, o triunfo burguês conseguido na Europa “através da aliança com as classes populares, aqui teria de condicionar-se, muito ao contrário, à aliança existente entre uma fraca burguesia e a classe de proprietários territoriais” (SODRÉ: 1995, p. 201).

Após a Declaração de Independência em 1822, o Brasil passou a buscar sua afirmação no campo cultural com uma produção literária mais diversificada e original, valendo-se, por exemplo, dos índios¹⁵ (indianismo), onde o homem passou a ser celebrado junto da natureza. Sobre a valorização do indígena, Luiz Roberto Lopez traça um paralelo entre o Romantismo brasileiro e a identidade nacional. Assim ele fundamenta:

O indianismo foi um fator de identificação nacional em nosso romantismo. E integrou-se plenamente à concepção romântica de romper com o que havia de “pernicioso” no mundo capitalista, através da exaltação de mundos onde o capitalismo ainda não penetrara e de posturas individualistas e evasãoistas que, por serem filhas do sistema, eram, no fundo, inofensivas em relação a ele. (LOPEZ: 1995, p. 43).

O indianismo, como projeto de nacionalidade, criou um índio mitificado, na busca por exaltar um passado desvinculado da dominação cultural colonial. Exaltar o índio significava buscar as raízes nacionais brasileiras. Na literatura,

¹⁵ Sobre a literatura e poesia indianista brasileira ver: ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Ática, 1991; ALENCAR, José de. *O guarani*. São Paulo: Ática, 1991; DIAS, Gonçalves. *Poesia indianista*. São Paulo: Martins Fontes, 2002; DIAS, Gonçalves. *I-Juca-Pirama e os Timbiras*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

era descrito como corajoso, puro e honrado, convertendo-se na própria encarnação da jovem e “autônoma” nação brasileira.

Durante a consolidação do Romantismo ocorreram fatos determinantes para a formação de uma mentalidade mais desvinculada do pensamento colonial.¹⁶ O Romantismo abriu caminho para o surgimento de movimentos de auto-afirmação expressos de maneira generalizada. Já no contexto da Primeira República, as sementes da Escola Romântica, inauguradas em 1836, têm no Movimento Modernista o herdeiro desta tradição nacionalista.

1.2.1. O Movimento Modernista e a República

Durante o Movimento Modernista, ocorrido no Brasil no início dos anos 1920, surgem indícios de manifestações concretas de uma arte brasileira e sintonizada com os movimentos vanguardistas internacionais.¹⁷ Segundo Neide Rezende, “as correntes surgidas no início do século XX na Europa, chamadas de „vanguardas históricas”,¹⁸ deram as diretrizes do Modernismo paulistano” (REZENDE: 2006, p. 68).

Desde o surgimento da Escola Romântica (e a partir de 1922 sob uma forma mais aprofundada) a temática nacionalista esteve presente nos debates político-culturais que permearam a consolidação dessa nova forma de manifestação artística, sendo, também, um instrumento de apoio eficiente à construção ideológica do cidadão brasileiro. A busca por um modelo original expressou o nacionalismo em suas múltiplas facetas, procurando, entre outros aspectos, a revalorização do indígena, por exemplo, como verdadeiro representante da nacionalidade brasileira e propondo uma volta às origens

¹⁶ Desses fatos podem-se destacar as campanhas para a abolição da escravidão e a Guerra do Paraguai.

¹⁷ Uma das características do movimento modernista foi a sua assimilação com relação ao Cubismo, movimento que teve Pablo Picasso como um dos seus principais fundadores. Dawn Ades qualifica melhor essa questão. Diz que “para aqueles artistas desejosos de adotar um idioma moderno, o cubismo era, quase invariavelmente, uma porta de entrada” (ADES: 1997, p. 136). Para maiores esclarecimentos ver: ADES, Dawn. *Arte na América Latina*. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

¹⁸ As vanguardas históricas são: Cubismo, Dadaísmo, Impressionismo, Futurismo, Expressionismo e Surrealismo. Sobre este tema ver: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 à 1972*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

dessa sociedade no início do século XX, sociedade essa que estava ainda em constante transformação, no apogeu da chamada Belle Époque.

O cenário cultural brasileiro mantinha-se sob sério conservadorismo, reafirmado pela política da República Velha. Nas expressões artísticas a ortodoxia permanecia fiel à conjuntura política. Entretanto, o pensamento modernista, pintado e esculpido a partir de diversas contradições e inconformismos, ainda não havia despertado. Neste momento, a arte brasileira voltava-se para a temática dos costumes cotidianos em uma linguagem estética, totalmente direcionada para o rigor realista. Contudo, o despreendimento necessário das tradições acadêmicas estava um pouco distante, muito embora vários artistas brasileiros tenham estudado na Europa durante as revoluções vanguardistas da arte daquele continente.

O compromisso dos integrantes do Modernismo era com a valorização da nacionalidade a partir das artes, buscando construir uma estética que valorizasse o que era típico do país, todavia extraindo sua essência (técnica/expressiva) das vanguardas europeias. A lógica não era “inventar” novas formas de expressão, mas construir um ambiente propício, educando o olhar dos expectadores, na tentativa de renovar o sistema das artes.

Por outro lado, pode-se dizer que outro objetivo do Movimento Modernista foi romper com a idéia do antigo, principalmente com a literatura parnasiana, destronando as velhas formas de expressão. Em 1922, o Teatro Municipal de São Paulo serviu de palco para realização da Semana de Arte Moderna, evento que marcou o surgimento da arte brasileira como uma nova forma de expressão, provocando assim, uma mudança nos padrões tradicionais de comportamento. A produção intelectual dos jovens modernistas, tanto de Minas Gerais quanto de São Paulo, “situava-se no interior da renovação cultural trazida pelas idéias de renovação literária que atingia o Brasil no período” (CURY: 1998, p. 22). A idéia de reorganizar o país, tendo em vista a consolidação da sociedade brasileira por meio de um projeto político baseado na constituição de uma perspectiva de nação, com elementos identitários e ideológicos, fez dos primeiros anos da década de 1920 o cenário natural para a universalização do nacionalismo, pensamento esse idealizado desde os tempos do Primeiro Reinado, em 1831. Nessa ótica, a lógica

intelectual do Modernismo procurava unir à vanguarda cultural a necessidade de recuperar ideologicamente os valores nacionais.

Durante a realização da Semana de Arte Moderna, os dias 13, 15 e 17 de fevereiro foram responsáveis por uma pequena desestabilização na lógica cultural da burguesia paulista. Foram dias em que artistas visuais, músicos e literatos se reuniram e expuseram o que havia de mais inovador no cenário artístico brasileiro. A Semana de Arte Moderna sacudiu o país e renovou a mentalidade cultural. Sobre esse aspecto, Vicente Ataíde relata que

[...] o saldo do movimento, porém, foi positivo, pois todos comentavam a arte moderna, os jornais davam-lhe destaque, era assunto de rua. O conformismo acadêmico, a forma escultural do soneto, a clareza de idéias e pureza gramatical, a harmonia de linguagem, tudo o que era mera forma, conteúdo neutro ou vazio, desgastou-se. A criação se impôs à reprodução inautêntica (ATAÍDE: 1983, p. 15).

A Semana de Arte Moderna de 1922 pode ser considerada um divisor de águas no que tange à história da cultura brasileira. Nesse mesmo ano o Brasil completou o centenário de sua independência, conseguindo romper com as amarras do tradicionalismo imobilista, sacudindo assim o ambiente cultural da cidade e do país como um todo. O Modernismo vai dar ao cidadão comum o sentido de pertencimento. Inicialmente se identificando como um movimento de renovação bastante ligado a São Paulo e ao crescimento econômico das oligarquias cafeeiras, a *Semana* vai se contrapor ao sistema político vigente.¹⁹

A Primeira República, também denominada por alguns historiadores como República Velha, teve seu início em 1889; seu término ocorreu em 1930, com a chegada de Vargas ao poder. O historiador Boris Fausto traduz de forma bastante simples o momento de transição estabelecido em 1889.²⁰

Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores ao 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República (FAUSTO: 2002, p 245).

¹⁹ A idéia aqui não é “uniformizar” o Modernismo. Hoje, sabe-se que os modernistas não romperam propriamente com as oligarquias estaduais.

²⁰ Sobre esse tema ver CARONE, Edgar. *A República Velha*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Logo nos seus primeiros anos, de 1889 a 1894, a instalação e consolidação do Regime Republicano ficou a cargo dos militares, os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Os anos subseqüentes correspondem ao período em que a elite agrária governou o país através do revezamento no poder do Partido Republicano Mineiro e do Partido Republicano Paulista, fato que se tornou conhecido como a República Café com Leite. Funcionando de forma um tanto conservadora durante a Primeira República, a política fora baseada na troca de favores. Apesar de estabelecido o voto universal, as manipulações eleitorais que vinham desde a época do Império continuavam acontecendo. Conforme salienta Boris Fausto, “o voto não era secreto e a maioria dos eleitores estava sujeita à pressão dos chefes políticos, a quem tratava também de agradar. Como se isso não bastasse, havia a fraude eleitoral através da falsificação de atas, do voto dos mortos, etc” (FAUSTO: 2002, p. 262).

Os Coronéis, membros da antiga Guarda Nacional e, na sua maioria, proprietários rurais, facilitadores do alinhamento entre a política nacional e a local, encontraram no novo cenário um terreno fértil para o desenvolvimento dos seus *currais*.²¹ Ultrapassando os limites impostos pelas cercas das fazendas, sua “influência” chegava às cidades, junto das esferas da administração pública, onde os principais cargos estavam sujeitos a sua avaliação. Essa política clientelista era uma prática comum, na qual aproximar-se do Coronel, tendo com ele uma boa relação, poderia render algum cargo. Essas redes de poder acabavam costurando as alianças entre as várias dependências políticas, trocando favores e ampliando a prática da corrupção. Segundo Vitor Nunes Leal, “o Coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL: 1997, p. 40).

Além de se insurgir contra um contexto estático e antigo com relação à arte e à literatura, os modernistas colocaram-se na dianteira das reivindicações públicas e políticas perante as turbulências advindas desta “velha república”. A

²¹ Esses Coronéis eram fazendeiros e chefes políticos locais, grandes proprietários de terras e que, em uma economia essencialmente agrícola, tinham seu poder de “convencimento” como algo de suma importância e utilidade para o governo central (LEAL: 1997, p. 38-42).

vida cotidiana, considerada como ultrapassada, preparou o campo para a criação de novos lugares a serem absorvidos pela sociedade em formação, na qual o progresso caminhava a passos largos, porém, com arranjos políticos que prejudicavam a implantação de um modelo industrial forte.²²

Alguns fatores levaram à derrocada desse modelo de desenvolvimento instituído durante a Primeira República. Inicialmente havia um grande legado de insatisfações manifestadas ao longo da República Velha, como nos seguintes movimentos: Guerra de Canudos (1894), Revolução Federalista (1893), Revolta da Vacina (1904), Revolta da Chibata (1910), Guerra do Contestado, Revolta do Forte de Copacabana (1922), Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, Revolução de 1924 em São Paulo e a Coluna Prestes-Miguel Costa (1924-1927). Seguindo esta linha de pensamento, pode-se tomar a Crise de 1929 como a gota d'água que assinalou o esgotamento deste modelo político levando às circunstâncias que culminaram com a Revolução de 1930.

Apesar de uma intensa euforia no campo da cultura, os anos 1920 abarcam inúmeras crises. No Brasil, aquela década caracterizou-se por uma deliberada modernização no meio urbano e por uma efervescência de revoltas de caráter contestatório. As grandes transformações que viriam a ocorrer durante a era Vargas já estavam em curso na década de 1920. Em específico, o ano de 1922 foi bastante conturbado, sendo importante destacar três eventos que norteariam a década seguinte. O primeiro deles, seguindo uma ordem cronológica, foi a Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro; o segundo foi a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em março; e o terceiro evento foi a Revolta do Forte de Copacabana, em julho.²³

²² Apesar de um período de grande modernização, a economia ainda estava atrelada à cultura do café, à exportação de insumos e à importação de produtos industrializados. O incipiente processo de industrialização foi um importante fator de mudança na composição do emaranhado social, trazendo consigo a formação de uma classe de resistência (operariado) e o crescimento do setor urbano.

²³ A Semana de Arte Moderna veio dar o tom de renovação, buscando romper com um passado estático. Este foi o marco inicial do Modernismo no Brasil, onde novas idéias relacionadas à arte foram colocadas em voga. A Semana também teve uma conotação política, fazendo da juventude paulista a multiplicadora da ruptura com a tradição acadêmica de composição artística. O segundo evento destacado, a criação do PCB, veio a partir de dissidências do movimento anarquista, contudo, não se pode destacar esse como o único motivo para a criação de uma militância comunista no Brasil. Nesse sentido, é interessante frisar o triunfo da Revolução Russa em 1917 e os poucos resultados das greves deste mesmo ano no Brasil como elementos que aceleraram a criação do partido. O comunismo

De uma maneira geral, é possível entender o tenentismo como um movimento que expressava o inconformismo de alguns setores da classe média durante a Primeira República. De outra parte, os militares sentiam-se desprestigiados e marginalizados frente a pouca expressividade que desfrutavam na vida política. Tinham como bandeira o voto secreto e o fim da corrupção, defendendo a implantação de um governo forte, centralizado e comprometido com os interesses da nação. Entretanto, vale sublinhar que o tenentismo, antes de 1930, “foi um movimento de rebeldia contra o governo da República; depois de 1930, os „tenentes“ entraram no governo e procuraram lhe dar um rumo que promovesse seus objetivos” (FAUSTO: 2002, p. 307).

1.2.2. A ação cultural do Estado na era Vargas

A crise generalizada dos anos 1920, o quadro social excluente, a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e a queda dos preços do café resultaram em uma ruptura política que levou Vargas ao poder em 1930. Getúlio Vargas, de um lado apoiado pelos tenentes, e de outro pelas elites agrárias, chega ao poder e organiza um novo modelo de desenvolvimento e administração pública, centralizando o controle da burocracia estatal. Na Presidência da República, assume um papel modernizador e ao mesmo tempo autoritário. Desenvolveu um governo de cunho nacionalista, defendendo a soberania econômica e política por meio da intervenção do Estado na vida social. Mesmo possuindo grande capacidade de lidar com as massas, Getúlio foi um estadista extremamente articulado aos interesses das classes dominantes. O Estado *pós 1930* vai caracterizar-se, dentre outras tantas coisas, pelo equilíbrio das forças políticas, resultando em contornos bem

representava até então uma ameaça aos interesses das classes dominantes, sua repressão “foi uma espécie de subproduto da preocupação maior do presidente Artur Bernardes, que eram os Tenentes rebelados” (FAUSTO: 2002, p 304). O terceiro e último evento, primeiro movimento ao qual se pretendeu subtrair do poder as elites agrárias, foi a Revolta do Forte de Copacabana. A idéia dos tenentes era tomar os quartéis e impedir a posse do presidente Artur Bernardes, objetivando “salvar a honra do exército”. O levante que entrou para a história como *Os 18 do forte* iniciou a criação da legenda do Tenentismo, movimento que mais tarde levaria Getúlio Vargas ao poder.

definidos e característicos do populismo, criando assim uma forte tendência centralizadora ao redor de sua figura presidencial. Como chefe revolucionário, Vargas vai governar o país até 1934 de forma provisória; posteriormente sendo eleito de maneira indireta para a presidência, essa aparente forma democrática de governabilidade vai sucumbir em 1937, ano em que as liberdades individuais são caçadas pela ditadura do Estado Novo. Vargas manteve-se no poder por 15 anos (1930 – 45), voltando à presidência em 1950 pelo voto popular. Nesse segundo governo, o modelo nacionalista de desenvolvimento pretendido não agradava determinados setores da elite, pois a política de Estado deixada pelo governo Dutra teve como característica a abertura do país ao capital estrangeiro.

Retrocedendo um pouco e tentando entender o início dos anos 1930, não é falacioso afirmar que Vargas exerceu um duplo poder (Executivo e Legislativo) até 1934, um governo ditatorial disfarçado de provisório. Visando minimizar os efeitos da grande crise mundial de 1929 e seus reflexos sobre a cafeicultura, principal atividade econômica do Brasil até então, Vargas vai criar o Conselho Nacional do Café e uma política de valorização para este produto. O café, que então era produzido em larga escala, gerava um problema substancial, ou seja, sua grande oferta. O fato de existir um excedente de café, fazia com que seu preço declinasse no mercado internacional. Uma das estratégias adotadas pelo governo foi a compra (e muitas vezes a queima) dos estoques. Conforme retrata Boris Fausto, “o plano se baseava assim na idéia correta de alternância entre boas e más colheitas e na expectativa de que as compras governamentais reduziriam a oferta de café, fazendo subir os preços” (FAUSTO: 2002, p 266-267).

No início dos anos 1930, os problemas enfrentados por Getúlio Vargas serão de duas ordens: uma externa e outra interna. Os problemas de ordem externa já foram colocados anteriormente, fazem referência à crise mundial de superprodução. Os problemas de ordem interna, primeiramente, aconteceram com relação ao descontentamento da elite paulista. Apesar de a economia cafeeira receber total atenção por parte do governo, em 1932 estoura uma revolta em São Paulo com a proposta de dar legalidade ao governo então instituído, o movimento ficou conhecido como Revolução Constitucionalista.

Os paulistas acabam sendo derrotados pelas armas, contudo o conteúdo ideológico do movimento se consolida e ganha força dentro do governo.

Em termos práticos, o que vai mudar a partir de 1930? Luiz Roberto Lopes diz que, “com a crise econômica dos anos 30, o Brasil viu decair muito a exportação de café, ficando, pois sem receita para importar a quantidade de produtos manufaturados que costumava trazer de fora” (LOPES: 1980, p 78). Vargas vai introduzir uma política de substituição das importações objetivando dar impulso à industrialização no país e à produção interna de bens de consumo. Também cabe aqui ressaltar que o surto industrial no Brasil é acelerado em razão da II Guerra Mundial. Outra questão importante a ser desenvolvida refere-se ao que alguns pesquisadores chamaram de ideologia do trabalhismo. A partir de 1930 a política trabalhista²⁴ passa a representar uma inovação e uma ruptura com o período anterior. Dessa maneira, Boris Fausto sublinha que

[...] apesar das greves, das leis esparsas e da existência de movimentos e partidos que tratavam de arregimentar a classe operária, ou falar em nome dela, a massa trabalhadora continuava em sua grande maioria carente de direitos e organização. Essa carência seria um campo fértil nos anos 30 para ação do Estado através da política trabalhista de Getúlio Vargas (FAUSTO: 2002, p. 304-05).

De outra parte, vale dizer que a propaganda ideológica foi um importante instrumento de dominação por parte do Estado. No Brasil, foi usada a exemplo do que acontecia na Europa com os regimes totalitários. Os meios de comunicação, mais precisamente o rádio, foram determinantes para a exaltação do líder, envolvendo a figura de Vargas em um emaranhado de

²⁴ As greves, muitas vezes, eram consideradas verdadeiros casos de polícia, onde não raros eram os casos de prisão dos trabalhadores. Os direitos elementares das massas trabalhadoras eram alijados do processo de participação política. Falar em trabalhismo (ou uma política trabalhista) durante a Era Vargas não pode restringir-se apenas à composição de uma ideologia partidária. O trabalhismo foi uma política de Estado desenvolvida por Vargas, tendo como uma de suas metas reprimir a organização sindical. Essa política, por vezes, poderia parecer um tanto dúvida. De um lado procurava desmontar os sindicatos e do outro conceder benefícios aos trabalhadores. A ação do Estado frente à política trabalhista concentrou-se, também, na regulamentação de uma série de normas jurídicas que visavam a melhoria das condições de vida e trabalho da classe operária. A organização de uma legislação trabalhista foi resultado da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ampliando direitos e garantias individuais. Vargas era extremamente prestigiado em meio às massas, entrou para história como o grande “pai dos pobres”. Sônia Bercito interpreta esse fato dizendo que “o alcance do mito extrapolou os limites do Estado Novo, conservando-se na memória da população por muito mais tempo” (BERCITO: 1999, p. 30).

realizações de maneira a amalgamar uma adesão coletiva. Sua aproximação com o Fascismo acontecia por meio da vinculação entre Estado e nação. Outra estratégia de dominação bastante contundente dizia respeito às comemorações em torno do 1º de maio, dia do trabalhador. Sua organização ficava a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Nesse sentido, as comemorações são importantes, pois permitem entender os mecanismos de funcionamento e adaptação da memória. Comemorar tem um sinônimo importante que é recordar; e dentro dessa perspectiva, existe um meio de controle social do passado para articular as demandas do presente.²⁵

A leitura que é possível ser feita acerca de uma comemoração pode ser entendida, segundo Hobsbawm (1997), como uma “tradição inventada” e eficaz no sentido de unir as relações sobre um acontecimento histórico, como um instrumento que pretende expressar identidade e coesão social. Ilustrativamente, pode-se usar o livro *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, de José Murilo de Carvalho (2004), para falar um pouco das disputas no cenário urbano entre modelos políticos vigentes.

No contexto de transição para a República, emergiram lutas pela implementação de um imaginário social entre as diferentes vertentes políticas, como, por exemplo, a figura do Marechal Deodoro como um republicano convicto, salvador e responsável por livrar a nação do atraso da monarquia. Os símbolos nacionais vigentes durante o Império, como o hino e a bandeira, foram “reciclados” pela República nascente, promovendo um projeto de identificação dos indivíduos com as representações nacionais. No caso de José Murilo de Carvalho, essas disputas mostram a luta para se construir um imaginário da República brasileira com sua carga simbólica e os conflitos de memória existentes na sua criação e consolidação. O texto vai discutir os conflitos políticos em torno dos elementos simbólicos tidos como bases fundamentais para a manutenção e legitimação do regime. O processo histórico de construção do imaginário republicano é montado a partir de um discurso memorial e das criações simbólicas e mitológicas do fato em si. José

²⁵ A memória tem sido uma das preocupações mais pertinentes nos círculos sociais contemporâneos, não obstante ser um ponto de confluência para se discutir as dimensões de determinado evento ou fato histórico. A memória não pode ser considerada fixa e/ou linear, é fragmentada, divida e repleta de lacunas, constituindo alguns pontos de conflito de onde são retirados o substrato para a (re)construção do presente tendo em vista o processo de apropriação do passado.

Murilo de Carvalho vai trabalhar com as “utopias republicanas” enquanto construções memoriais de uma república brasileira idealizada, mediada politicamente por agentes responsáveis pelas determinações político-filosóficas. As comemorações são usadas como elementos de salvaguarda da memória, elementos de estratégia onde são colocados na balança a memória e o esquecimento.²⁶

Durante o período em que Vargas esteve no poder, as comemorações em torno do 1º de maio tinham como um dos seus objetivos o controle social das massas operárias, fortalecendo a imagem do líder junto a classe trabalhadora. Era de fundamental importância ter o controle dos meios de comunicação, estabelecendo uma censura prévia de tudo aquilo que fosse apresentado à população. A idéia era enfatizar as realizações do regime e sua adequação aos problemas sociais, bem como promover a figura pessoal do presidente. Não cabe aqui traçar um panorama analítico sobre a era Vargas, explorando as especificidades do seu governo, pois, certamente, já foi objeto de estudo de inúmeros e competentes historiadores e biógrafos. Para este trabalho, o que verdadeiramente importa é analisar sua ação política como relacionada à construção da idéia de nação na busca por uma identidade nacional. Nesse sentido, o Estado Novo preocupou-se com a construção de uma nacionalidade brasileira. A perspectiva de se estudar a era Vargas justifica-se pelo fato de demonstrar que a institucionalização das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e artístico, por meio da criação de dispositivos legais, serviu como instrumento de dominação por parte do Estado.

Seriam os bens culturais elementos de dominação? Ou discursos neutros, isentos de representatividade? Qual seria a melhor maneira de definir um sistema de representação? Uma representação objetiva torna presente

²⁶ Portelli (2006, p. 104-106) vai apontar para questões estruturais relativas à construção de uma política de memória. Dentro dessa perspectiva as comemorações podem ser encaradas como movimentos de dever de memória e também como políticas de esquecimento. A memória como sendo um processo de seleção dos fatos acontecidos, irá, necessariamente, contribuir para um movimento de manipulações. As comemorações evocam a memória do tempo passado especulando seus objetos de interesse e atribuindo grau de irrelevância à memória do presente. Comemorar significa voltar ao passado de maneira seletiva, esquecendo ou redimensionando o presente. Sendo investida de conteúdo político, as datas comemorativas conjugam a história à memória do passado na tentativa de aproximar o presente para estabelecer uma confluência das idéias sobre as mais marcantes lembranças da comunidade ou nação.

aquilo que está ausente. Segundo Francismar Carvalho, “as representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CARVALHO: 2005, p. 149). Os interesses que muitas vezes ligam-se às dominações de classe, em alguns casos, são legitimados por sistemas simbólicos que cumprem sua função de imposição. Continuando, Francismar Carvalho diz que “as representações tornam presentes um objeto, conceito ou pessoa ausentes mediante sua substituição por uma imagem capaz de representá-los adequadamente” (CARVALHO: 2005, p. 153). Nesse sentido, surge uma melhor adequação ao conceito de representação, onde a idéia de perda, referente a um bem cultural, é utilizada como elemento de discurso apresentando a cultura como algo real e objetivo.

Nesta perspectiva, José Reginaldo Gonçalves vai estudar os discursos que se fizeram acerca da constituição do patrimônio histórico no Brasil, analisando as “modalidades de invenção discursiva por intelectuais associados à formulação e implementação de políticas oficiais de „patrimônio cultural”, desde a década de 30 até os anos 80 do século XX” (GONÇALVES: 2002, p. 87-88). No mesmo sentido, Gonçalves acrescenta:

As práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais estão associadas a narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento. [...] Na medida em que, em nome da nação, de um grupo étnico ou de qualquer outra categoria coletiva, esses intelectuais, por meio de políticas públicas de Estado, reappropriam-se de múltiplos e heterogêneos objetos e os recontextualizam sob os rótulos de patrimônio cultural, civilização, tradição, identidade e outros, eles produzem os valores que, supostamente, estão em processo de declínio e desaparecimento (GONÇALVES: 2002, p. 87-88).

As formas de representação são processos onde se permite entender a produção de sentido intrínseca a um objeto onde os bens culturais são tidos como elementos de compreensão, conhecimento e construção do mundo ao redor do sujeito. São modalidades discursivas que, na fala de José Reginaldo Gonçalves, visam construir uma “memória e uma identidade nacionais”.

1.2.3. O SPHAN e a formação de uma “nacionalidade brasileira”

À época da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), os valores vivenciados pela sociedade brasileira, referentes às normas e códigos criados para regulamentar o trabalho com o patrimônio, atribuiu ao Estado a responsabilidade sobre a salvaguarda dos bens históricos da nação. O SPHAN estruturou uma forma e um sistema de proteção à memória e a identidade nacional. Nesse sentido, o órgão criado para proteger o patrimônio artístico e histórico nacional entrou em conflito com os interesses dos proprietários de imóveis passíveis de tombamento. Essa dimensão do interesse público, isto é, a preservação do patrimônio histórico, deu condições para a criação de uma efetiva política de memória.

Os movimentos que deram a tônica para a criação do SPHAN foram dois: o Modernismo e o Estado Novo. O Modernismo é entendido aqui como um dos movimentos culturais mais importantes da primeira metade do século XX. Todavia, os modernistas somente terão uma participação efetiva na esfera administrativa do Estado a partir de 1930, quando Vargas chega ao poder. Cabe aqui um pequeno questionamento: o que foram os modernistas fazer na repartição? Essa é a pergunta que Lauro Cavalcante faz na introdução do livro *Modernistas na repartição*, obra que reúne ensaios dos expoentes do Movimento Modernista, inicialmente publicados na revista *Patrimônio*, editada pelo SPHAN. Segundo o autor, os modernistas eram os mais aptos a erigir os monumentos do passado, ““dignos” pelo Estado de tornarem „digna”, em seu nome, a produção do passado que seria por ele protegida para a posteridade” (CAVALCANTE: 2000, p. 12). Nesse sentido, a idéia era criar uma cultura nacional homogênea que desse conta da diversidade das manifestações culturais e plurais do Brasil. Para entender o movimento modernista e sua participação na construção ideológica do Estado, faz-se necessário procurar os significados do contexto cultural ao qual ele estava inserido e que, consequentemente, veio a se opor. O que inicialmente caracterizava-se como um movimento ligado às artes, demonstrou, *a posteriori*, possuir um alcance mais amplo.

No contexto nacional de preservação, tem-se, a partir deste momento, a inclusão das políticas patrimoniais como uma preocupação do Estado. O Brasil

entrou no movimento de institucionalização das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico com as medidas adotadas pelo governo Vargas a partir de 1930, mais especificamente em 1936, com a elaboração de um anteprojeto para a criação do SPHAN, feito por Mário de Andrade. Por este anteprojeto, dava-se ênfase a uma concepção antropológica à cultura brasileira. As palavras de Maria Cecília Londres Fonseca são esclarecedoras a esse respeito. Diz a autora:

A preocupação em explicitar o que entende por cada uma das oito categorias de arte (arte arqueológica; arte ameríndia; arte popular; arte histórica; arte erudita nacional; arte erudita estrangeira; artes aplicadas nacionais; artes aplicadas estrangeiras), e como elas se agrupariam nos quatro Livros do Tombo e nos museus correspondentes, indica em Mário uma visão abrangente e avançada para a sua época em relação às noções de arte e de história vigentes, inclusive nos serviços de proteção já existentes na Europa (FONSECA: 2005, p. 99-100).

O texto do anteprojeto centrou-se em questões conceituais com relação ao trabalho a ser desenvolvido pelo SPHAN e, também, nas esferas culturais para a democratização dos bens patrimoniais. O Regionalismo será substituído pelo “mito da brasiliidade”, ou seja, uma política nacional de constituição do sujeito no seu lugar comum. Esses lugares, considerados patrimônio pelo Estado, são lugares viventes, locais providos de memória coletiva e social. Ricardo Ferreira do Amaral escreveu a esse respeito que

[...] o mito da brasiliidade, que estabelece a idéia de nação, baliza-se na heróica união de suas raças formadoras [...]. O mito da nacionalidade brasileira está diretamente associado à elaboração de um herói nacional que expresse identidade brasileira ideal e seu drama primordial que não cessa de se repetir (AMARAL: 2004, p. 33).

As preocupações com os elementos relacionados à identidade do povo brasileiro demonstraram um intercâmbio bastante estreito entre os atores sociais, no caso o povo em sua pluralidade e diversidade, e a idealização do herói por parte do Estado. Partindo dessa perspectiva, ou seja, a sacralização feita pelo Estado na composição de um herói nacional, encontra-se as preocupações com a conservação dos monumentos históricos que permitem a

inserção daquele cidadão comum no âmbito da cultura nacional. O fato de o patrimônio não estar relacionado a elementos de evocação do passado, capaz de fazer ligação com o presente, demonstra o que Myrian Sepúlveda dos Santos (2003, p. 17) convencionou chamar de *O pesadelo da amnésia coletiva*. A perda de identidade pelo sujeito representaria seu desligamento com o passado, isto é, sua incapacidade de lembrar. Sua memória, associada à idéia de pertencimento, atributo principal que o protege frente à consciência da finitude, estaria presente nas representações coletivas construídas no presente, o que estabeleceria, portanto, a memória coletiva como uma construção social.

As propostas para a preservação do patrimônio histórico anteriores ao Estado Novo esbarraram na prerrogativa do direito de propriedade assegurado na Constituição da República brasileira de 1937. A partir daquele ano, o ideário do patrimônio passou a integrar a construção da nacionalidade e, com isso, ampliando consideravelmente sua aceitação junto à sociedade. A institucionalização do patrimônio caracterizou-se, portanto, dentre outras coisas, por tratar da preservação dos bens culturais de maneira abrangente e articulada aos vários interesses em conflito. A proposta, inclusive, era criar um único órgão (SPHAN) que fosse responsável pela implantação e desenvolvimento de políticas públicas de salvaguarda.

Investigar o patrimônio é perceber nele a questão implícita do seu valor como processo de apropriação simbólica. Ao analisar a trajetória da institucionalização das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil, o pensamento de Maria Cecília Londres Fonseca estabelece conceitos explicativos e operacionais para o presente trabalho. A obra *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil* tem seu foco direcionado à investigação sobre o processo e as práticas de construção dos vários patrimônios no Brasil, patrimônios esses que têm seu percurso determinado por atores próprios em um cenário no qual as circunstâncias são bem específicas. A contribuição desses atores refere-se à formação do Estado-Nação e à emergência da conceitualização do patrimônio histórico.

Analizar o modo particular de como acontece a construção do universo simbólico no Brasil, do significado de patrimônio cultural, perpassa pela

representação da nação a partir de uma norma jurídica que articula Estado e sociedade civil. Segundo Fonseca,

[...] a norma jurídica funciona como linguagem performativa de um modo bastante peculiar: não apenas define direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos como também inscreve no espaço social determinados ícones, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar (FONSECA: 2005, p. 37).

Como e quando vai se constituir juridicamente essa noção de patrimônio histórico e cultural no Brasil? Maria Cecília Londres Fonseca vai analisar a noção de patrimônio como uma categoria jurídica representada pela primeira vez na constituição de 1934, período do governo provisório de Getúlio Vargas.

O Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, teve por objetivo garantir a sobrevivência do SPHAN e sua atuação junto à sociedade no que tange às questões relativas à propriedade privada. Até a instauração do Estado Novo, todos os projetos sobre a proteção do patrimônio encontravam problemas para serem aprovados pelo Poder Legislativo Nacional por ferirem o direito de propriedade. Existia, contudo, uma inadequação entre o anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto-lei nº. 25. As inquietações diziam respeito à institucionalização do tombamento como medida administrativa/restritiva e as “coisas” tratadas pela lei, como, por exemplo, manifestações folclóricas. É possível que este problema tenha encontrado uma solução, em parte, devido à criação, em 2000, do Decreto 3551 que instituiu o Programa de Nacional do Patrimônio Imaterial.

A Constituição Federal de 1937 estabeleceu limites para o direito de propriedade. Este, do mesmo modo, não pode contrapor-se à função social de que se reveste o bem patrimonial. Aos poucos o SPHAN conseguiu legitimar-se na sociedade tendo em vista o equilíbrio que se fez entre o interesse público e o privado. Somente a partir do Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, é que ocorrerá a regulamentação e a institucionalização das políticas públicas de preservação dos bens culturais no Brasil, estabelecendo o tombamento como uma medida impeditiva de descaracterização daqueles bens de interesse para o Estado. Sendo apenas uma restrição administrativa e não onerosa, essa prática foi amplamente absorvida pelo governo, atendendo a um tipo de

demandava bastante específica por parte da sociedade. O modo como esse tombamento passou a ser objeto de uma política pública de preservação repercutiu nos grandes centros como fruto de uma política de memória para a nação.

A criação do Instituto do Tombamento pelo governo Vargas, em 1937, preocupou-se com o patrimônio edificado tendo em vista a noção da materialidade como fundamento da idéia de objeto. O patrimônio tombado deveria refletir o pensamento então vigente, isto é, contemplar certa diversidade como referenciava o Decreto-lei nº. 25. Nesse decreto estavam previstos também o tombamento dos “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importasse conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”.²⁷ Percebe-se que a preocupação do SPHAN tomará o rumo, até meados dos anos 1960, das dimensões físicas dos bens materiais, dimensões essas relacionadas à “pedra e cal”.

Após a saída de Vargas do poder, em 1945, o contexto pós Estado Novo não trouxe grandes transformações na esfera de preservação patrimonial. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, essa relativa estabilidade teria se dado pelo fato do SPHAN não assumir uma presença significativa frente ao cenário de atuação do governo.²⁸ O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil nos anos 1950 e 1960 confrontou as políticas de preservação desenvolvidas pelo SPHAN a um ideário nacionalista de modernização. Nessa época houve o que Maria Cecília Londres Fonseca caracterizou como um achatamento dos valores tradicionais, ocasionando uma homogeneização da cultura (FONSECA: 2003, p. 139-143). Essa nova ótica nacional fez, de certa maneira, diminuir as possibilidades que cabiam ao referido órgão, cujo fim atrelava-se à defesa do interesse público no plano cultural. O SPHAN não se renovou muito e, devido a isso, um dos seus maiores adversários acabou sendo a especulação imobiliária.

A idéia que se tinha sobre a preservação do patrimônio era vista como algo extremamente limitado, não dando conta do equacionamento do problema

²⁷ Decreto Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, art. 1º, § 3º.

²⁸ Em 1946 o SPHAN passa a se denominar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, o DPHAN se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

vinculado à questão cultural e ao desenvolvimento industrial. A partir dos anos 1970, o desenvolvimento das atividades de proteção ao patrimônio esteve ligado à figura de Aloísio Magalhães. Nesse contexto, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), começa a ser introduzida a idéia de referência cultural. Essa reformulação sofre, contudo, algumas adaptações no que se vincula às noções antropológicas com relação à cultura, possibilitando um deslocamento no foco de direção de todo o sistema de salvaguarda. A questão passaria a ser a dinâmica de atribuição de sentido e de valor, onde os bens não valeriam simplesmente por si mesmos. Essa reorientação na prática de preservação possibilitou a criação, em 1º de julho de 1975, em pleno regime militar, do Centro Nacional de Referência Cultural, órgão de pesquisa e ação em cultura popular. A nomeação de Aloísio Magalhães para a presidência do IPHAN encerra a fase heróica de preservação cultural no país e, ao mesmo tempo, inaugura a fase moderna com uma proposta de ampliação do conceito de patrimônio.

Qual a imagem que se tem sobre o patrimônio hoje? Quais as atitudes perante a qualificação desse patrimônio? As políticas do atual Estado brasileiro refletem a diversidade desse patrimônio? Todas essas questões são instigantes para entender a visão que se tem com relação às políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico no Brasil. Atualmente, as medidas subvencionadas com relação à proteção do patrimônio histórico devem-se, em alguma parte, à Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural (2005) da UNESCO. A partir desta convenção, projetou-se a idéia de proteção à diversidade das expressões culturais, criando condições para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação e solidariedade.

No Brasil, a Constituição de 1988 ampliou o conceito jurídico sobre o patrimônio cultural. Por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu-se o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”.²⁹ Através deste

²⁹ Através deste programa o Brasil começa a se adaptar às novas diretrizes estabelecidas por organismos internacionais como o ICOMOS e ICOM. No contexto pós 2º Guerra Mundial, a preservação do patrimônio adquire uma conotação mais incisiva. Em 1946 é criado o ICOM (Conselho Internacional de Museus) com objetivo de estabelecer o diálogo constante e um intercâmbio de informações entre os profissionais que trabalham com museus e instituições culturais que visam à promoção de cultura. ICOMOS é uma organização civil internacional ligada a UNESCO, sendo criado em 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos, na cidade de Veneza, ocasião em que foi escrita a Carta de Veneza, declaração internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios.

programa buscou-se viabilizar projetos para reconhecimento e salvaguarda das práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que constituem os *modos de fazer* das comunidades pertencentes à diversidade cultural brasileira. Este programa também tem por objetivo estabelecer parcerias entre as esperas governamentais (União, Estados e Municípios), em conjunto com universidades, organizações privadas ligadas à pesquisa e à cultura, agências de desenvolvimento e organizações de cunho não-governamental.

O fato de reconhecer as manifestações folclóricas e os *modos de fazer* como “bens patrimoniais” implica um avanço no que tange à preservação dos patrimônios brasileiros. Nesta perspectiva, correspondem à instrumentalização jurídica de proteção as danças, os cantos, as tradições, os conhecimentos e saberes. Todas estas manifestações fazem parte do cotidiano das comunidades, ampliando, assim, as significações que envolvem esses segmentos da sociedade. Uma vez registrada a prática social, as comunidades são fortalecidas e suas identidades culturais valorizadas de maneira a constituir-se nelas um desenvolvimento sustentável.

Por meio de ações engendradas pelo IPHAN, reconheceram-se como patrimônio imaterial as seguintes manifestações culturais do Brasil:³⁰ a Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi no Amapá, que consiste em uma técnica de pintura corporal; o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras no Espírito Santo, fazendo referência à fabricação artesanal de panelas de barro; o Samba de Roda no Recôncavo Baiano, um misto de música, dança e poesia; a Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado para os povos indígenas que habitam as regiões banhadas pelos rios Papuri e Uaupés; o Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará, uma das maiores procissões católicas do mundo; a Feira de Caruaru em Pernambuco, mais importante feira livre da região nordeste; o Ofício das Baianas de Acarajé, tradição das baianas sobre a produção e venda de acarajés em tabuleiros, na cidade de Salvador; o Frevo, dança e forma de expressão musical e coreográfica características das cidades de Olinda e Recife, ambas no Estado de Pernambuco; a Viola-de-Cocho, instrumento

³⁰ Ver site do IPHAN. Informações disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do;jsessionid=53ADF901597090088AC45960992774FC>. Acesso feito em 27 de janeiro de 2010.

musical cuja forma de produção artesanal é característica da região centro-oeste; o Tambor de Crioula, expressão cultural de matriz afro-brasileira onde os participantes dançam e cantam sob o soar de tambores; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro, matrizes que compreendem o samba Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo; Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, expressão da culinária mineira que envolve as maneiras de fabricação de um produto típico da região, o queijo; Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira, manifestação da cultura africana que mistura dança, artes marciais, musica; o modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora, saberes artesanais resgatados pelas rendeiras de Sergipe referentes ao modo de fazer renda; o Toque dos Sinos em Minas Gerais; o Jongo do Sudeste, manifestação cultural africana que envolve dança, canto e tambores.³¹

1.2.4. A atuação do SPHAN no Rio Grande do Sul

Enquanto a década de 1920 traz os ventos da modernidade para o contexto metropolitano brasileiro, no sul do país estas renovações surgem a partir dos anos de 1940. A Semana de 1922 promove um alvoroço nas opiniões que cercavam a tradição do campo cultural. Estas evocações de liberdade estética e artísticas acabaram construindo uma bifurcação entre os intelectuais da época, dividindo opiniões tanto de público leigo, quanto da própria crítica. O contexto histórico e social do Rio Grande do Sul, neste momento, remetia a uma estrutura rural, com uma industrialização ainda embrionária. Em meio às controvérsias entre o nacional e o regional, tradição e modernidade, é que vão se estabelecendo as relações com a arte e a cultura, bem como a criação de instituições de grande importância na formação educacional, como a Escola de Belas Artes de Porto Alegre que, de certa forma, defendia uma posição oposta na disputa entre manutenção do regionalismo e renovação das estruturas

³¹ O Inventário Nacional de Referências Culturais – produção de doces tradicionais pelotenses – se constitui em uma pesquisa com objetivo de identificar e registrar a tradição doceira da cidade de Pelotas, compreendendo os múltiplos significados que estão associados aos modos de fazer implicados na composição desses doces. O projeto está sendo coordenado pela professora Flávia Rieth da Universidade Federal de Pelotas em parceria com o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ). O trabalho encontra-se em desenvolvimento, tendo como idéia final o reconhecimento dos doces como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

culturais. Maria Lúcia Bastos Kern, com trabalho intitulado *A emergência da arte modernista no Rio Grande do Sul*,³² discute idéia da institucionalização do modernismo no Rio Grande do Sul, juntamente com os embates gerados neste período. Trata a autora do surgimento da incipiente crítica de arte, da criação de instituições que foram de suma importância para a consolidação do campo artístico do Estado, bem como o posicionamento estético dos artistas que compuseram o mosaico artístico do começo do século XX.

As ações engendradas pelo poder público para “olhar sobre o passado” e construir uma identidade, ganham conotações diferentes em cada lugar e em cada contexto histórico. Nesse sentido, tempo, espaço, narrativa e território identificam o patrimônio a partir dos registros deixados pelo passado. Sons, documentos, cheiros e objetos materiais, constituem, também, estratégias para se chegar ao indivíduo e despertar-lhe as representações sobre esse passado. Sendo assim, é possível entender o patrimônio como aquilo que torna o passado visível e concreto.

A sociedade constrói representações que dimensionam os sentimentos de pertencimento a uma determinada tradição cultural. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os valores artísticos e as tradições foram mantidos a partir da preservação da história regional. Seguindo essa idéia, é importante ressaltar que a memória se revela nos conteúdos simbólicos presentes nos monumentos. Os vestígios não podem ser somente restos do passado, devem se revestir de testemunhos acerca da importância que este passado representou.

No processo “civilizatório” dos povos indígenas do Rio Grande do Sul, encontram-se a construção de grandes núcleos populacionais, as reduções. É errôneo pensar essas reduções como grandes aldeias, pois a infra-estrutura desses núcleos poderia ser comparada a de cidades. Nas reduções, o centro da vida comunitária era a igreja e, a partir dela, constituíam-se as outras atividades. As Missões Jesuíticas são referência ao universo fundador da história do Rio Grande do Sul. Na Missão de São Miguel Arcanjo, o valor histórico do monumento se sobrepôs ao seu valor artístico, atribuindo assim,

³² KERN, Maria Lúcia Bastos. A emergência da arte modernista no Rio Grande do Sul. In: GOMES, Paulo (org.). *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul: uma panorâmica*. Porto Alegre: Lahtu Sensu, 2007.

um caráter de documento. Segundo Ana Lúcia Goelzer Meira, “São Miguel passou a ser o primeiro bem patrimonial que recebeu a distinção de lugar histórico no estado – o primeiro patrimônio histórico do Rio Grande do Sul” (MEIRA: 2008, p. 221). Mais adiante a autora complementa:

O resultado do esforço do SPHAN nas Missões, consubstanciado nas ruínas de São Miguel Arcanjo, foi destacado para tornar-se patrimônio nacional e, anos depois, mundial, o que reforça o fato de ser marco fundacional do processo do que se tornou patrimônio no Rio Grande do Sul (MEIRA: 2008, p. 248).

As políticas de tombamento efetivadas no Estado do Rio Grande do Sul visaram mais os valores históricos de cada monumento do que seus valores artísticos. Isso pode ser explicado pela forte influência das tradições culturais e da valorização da história regional. O patrimônio histórico desse Estado, pelo menos no início da prerrogativa de salvaguarda, visto como uma cultura produzida pelo homem, foi submetido a critérios de preservação que privilegiavam a autenticidade do bem tombado, ressaltando seu caráter de documento. A ação preservacionista do SPHAN, segundo Ana Lúcia Goelzer Meira, “se fazia com dificuldades, especialmente no caso do Rio Grande do Sul, que não tinha uma estrutura autônoma. As fiscalizações dos bens tombados no Estado não eram regulares, e muitas parecem ter sido realizadas em função de fatos fortuitos” (MEIRA: 2008, p. 265).

Para consolidar a proposta de ação do SPHAN no Rio Grande do Sul, Rodrigo Melo Franco de Andrade contou com o apoio de Augusto Meyer, então representante da 7º região do serviço de proteção ao patrimônio. Sua atuação foi importante para a seleção dos bens que viriam a ser tombados no Estado.³³

A primeira delimitação histórica para seleção dos bens passíveis de tombamento no Rio Grande do Sul tem como marco inicial as Missões Jesuíticas e a Guerra dos Farrapos. No entanto, estas delimitações geraram controvérsias, pois os bens provenientes das Missões foram considerados estrangeiros, pois haviam sido construídos dentro do marco colonial

³³ A 7º Região de atuação do SPHAN compreendia os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

espanhol.³⁴ Esta situação se repetiu quando, entre as décadas de 1970 e 1980, as edificações das áreas de imigração passam às discussões visando inventário. Sobre esse aspecto, Ana Meira sublinhou que

É interessante notar que, na época, dos dois marcos históricos que Meyer adotou para inserir o Rio Grande do Sul no acervo dos bens nacionais, um não era considerado representativo da cultura brasileira e o outro estava ainda se construindo como brasileiro (MEIRA: 2008, p. 226).

Em 1937, o arquiteto Lúcio Costa foi enviado por Rodrigo Melo Franco de Andrade à região missionária para apurar o estado das ruínas das reduções. O objetivo da visita, além de promover uma maior participação do SPHAN do Rio Grande do Sul, era estabelecer medidas e ações de conservação para o sítio missionário. Lúcio Costa, atuando como diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, foi o autor do projeto de criação do Museu das Missões e das diretrizes de preservação do que viriam a constituir o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo. Na proposta de criação do Museu, a idéia não era reconstruir um passado a partir de uma perspectiva imóvel, todavia tratá-lo como matéria viva. Pela perspectiva de Lúcio Costa, o Museu não serviria para evocar a experiência e o cotidiano missionário, mas sim sua lembrança.

No que tange à preservação do patrimônio missionário, pode-se observar algumas distinções para se pensar a guarda destes bens. Por um lado, o estrangeirismo considerado pela historiografia de origem lusa; em extremo oposto, os que reconheciam a contribuição das populações missionárias, bem como a popularização da figura de Sepé Tiarajú.

Parecem as práticas de preservação do patrimônio sul-rio-grandense serem permeadas de lateralidades, construindo-se a partir de contraposições. Durante o Estado Novo, ocorreram algumas discussões a respeito do caráter

³⁴ Sobre isto, ver a tese de doutorado da Ieda Gutfreind, que separa a historiografia do Rio Grande do Sul em duas vertentes, uma lusitana e outra platinista. GUTFREIND, Ieda. **A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975**. Tese de doutorado em história, IFCH/USP, 1989. Ver também TORRES, Luiz Henrique. **Historiografia Sul-Rio-Grandense: o lugar das Missões Jesuítico-Guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975)**. Tese de Doutorado em História apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

estrangeiro dos bens de interesse coletivo, posteriormente retomadas na década de 1970, quando começou a se pensar acerca da salvaguarda dos bens nas regiões de imigração. Também reforça esse quadro a oposição entre tradição e modernidade, dividindo e definindo opiniões, ou mesmo desestabilizando as estruturas de critérios de seleção para os tombamentos. É neste ambiente de oposições que as discussões preservacionistas vão se sucedendo. Houve quem defendesse as caracterizações históricas, outros, valores artísticos culturais. No entanto os critérios de seleção para os tombamentos acabavam enveredando para rumos particulares, dependendo de posicionamentos políticos e/ou padrões estéticos. Cabe aqui ressaltar que a política de Estado, por mais de sessenta anos, acabou legitimando o patrimônio como um conjunto de monumentos antigos que deveriam ser preservados. Sobre esse fato, Maria Cecília Londres Fonseca assinalou.

Entretanto, é forçoso reconhecer que a imagem construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado. (FONSECA: 2003, p. 56).

A preservação dos bens culturais no Rio Grande do Sul vai se dando em meio a muitos avanços e retrocessos, interferências do SPHAN e valorações pontuais que não compreendiam a totalidade histórica do Estado.

Na parte final de sua tese de doutoramento, a pesquisadora Ana Lúcia Goelzer Meira apresenta um quadro geral sobre os representantes do IPHAN do Rio Grande do Sul que trabalharam entre os anos de 1937 e 2000. São eles: Augusto Meyer, Delegado da 7º região (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre); David Carneiro, Assistente Técnico da 7º região; Luiz Saia, Chefe do 4º Distrito (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em São Paulo); Antônio Luiz Dias de Andrade, Diretor do 4º Distrito; Dante de Laytano, Representante do DPHAN; Henrique Carlos de Moraes, Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lotado na repartição e com exercício na cidade de Pelotas; Júlio N. B. de Curtis colaborador e Diretor Regional (9º Representação Regional da FNPM – RS e SC); Luiz Antônio Bolcato Custódio,

Representante da 10º Representação Regional (RS e SC) e Luiz Fernando Rhoden, Coordenador da 12º Representação Regional do IPHAN (MEIRA: 2008, p. 477-478).

A partir da estruturação do quadro detalhado anteriormente, aparece a figura Henrique Carlos de Moraes como Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O capítulo seguinte terá por finalidade traçar o perfil biográfico desse personagem, juntamente com seu campo de atuação na preservação do patrimônio histórico na cidade de Pelotas.

Capítulo 2 - Arquivo, museu e memória biográfica: um estudo sobre a história de vida de Henrique Carlos de Moraes

2.1. A construção de um agente de preservação do patrimônio

O presente capítulo tem por finalidade estudar a ação de Henrique Carlos de Moraes³⁵ no tocante à preservação do patrimônio histórico e cultural no Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Pelotas e na região meridional do Estado. O capítulo anterior procurou apresentar os contextos internacional e nacional para a implantação das diretrizes para a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Outro aspecto que deve ser destacado diz respeito ao recorte temporal estabelecido para o presente trabalho. Primeiramente, o ano de 1933 marca a entrada de Henrique Carlos de Moraes na Biblioteca Pública Pelotense,³⁶ atuando como voluntário na Instituição com assuntos de preservação. O estudo avança até o ano de 1986, quando ocorreu seu falecimento. As duas datas são importantes, pois permitem entender a relação que se estabelece entre sua

³⁵ Seu nome completo era Henrique Carlos Cordeiro de Moraes. Nos documentos o sobrenome Cordeiro não aparece.

³⁶ A Biblioteca Pública Pelotense será melhor detalhada no item 2.2. deste capítulo.

vida privada e a esfera pública, tendo em vista que, em 1940, passa a atuar junto ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.³⁷



Fig. 1. Henrique Carlos de Morais, cerca de 1980.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense

Não é objetivo desta dissertação fazer um estudo biográfico propriamente, mas estabelecer os vínculos entre a trajetória de vida de Henrique Carlos de Morais e a evolução da discussão envolvendo a preservação do patrimônio cultural na cidade de Pelotas entre os anos de 1933 e 1986.

Como a principal fonte para o estudo sobre sua vida se constitui a partir de registros deixados por ele próprio, cabe aqui uma referência a Pierre

³⁷ É importante destacar que o trabalho realizado por Henrique Carlos de Morais na Biblioteca Pública Pelotense era voluntário. Passa a ter remuneração somente em 1940, quando começa a atuar junto à esfera federal de preservação. Muito embora as funções possam ser parecidas, Morais acumulava duas funções: Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Diretor do Museu da Biblioteca Pública Pelotense, sendo esta última sem remuneração.

Bourdieu. Quando alguém fala de si constrói-se algo perigoso no que tange a uma verdade objetiva. O que acontece é apenas uma representação de si. A este propósito, o texto de Pierre Bourdieu acerca da *Ilusão biográfica* é esclarecedor. A narrativa de si (ou auto-narrativa) engendrada por Morais busca sempre apresentar uma trajetória coerente e racional. Quando se faz um relato autobiográfico, é praticamente impossível não deixar-se cair nesta *ilusão*. Selecionou, a sua maneira, tudo aquilo que acreditava ser constituinte do seu projeto de vida, construindo um edifício monumental onde as lembranças condicionariam uma narrativa memorialística sobre sua existência. Nesse sentido, Bourdieu observa que:

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigadores perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis (BOURDIEU: 2006, p. 184).

O indivíduo que será estudado no presente capítulo foi alguém que trabalhou como voluntário durante 53 anos na mesma Instituição, a Biblioteca Pública Pelotense, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, local onde nasceu, viveu e morreu, sem deixar descendentes diretos.

Nascido em Pelotas, em 20 de abril de 1898, com uma trajetória de vida que lhe permitiu ser expectador de inúmeros acontecimentos transformadores da história brasileira e mundial, amalgamou em si uma variedade múltipla de possibilidades que o fizeram um estudioso de formação autodidata.³⁸ Os conhecimentos, que muitas vezes eram adquiridos por uma busca pessoal pela erudição, por outras ocorriam a partir de um anseio imposto por sua profissão. Historiador por paixão e museólogo por herança, Morais desenvolveu um

³⁸ Aprender de forma autônoma, por seu próprio esforço, caracteriza uma conduta chamada de autodidatismo. Ser autodidata não significa refutar o sistema educacional, tampouco estabelecer uma relação de crítica com o mesmo. O crescimento intelectual do sujeito depende de sua sede por saber, sua curiosidade. Nesse sentido, as faculdades da intelectualidade a serem desenvolvidas denotam um tipo de argumentação que repercutirá na expansão de um conhecimento crítico. Para mais detalhes ver: TRAGTENBERG, Maurício. **Memórias de um autodidata no Brasil**. São Paulo: Escuta, 1999.

sistemático e peculiar trabalho de organização e de gestão documental e iconográfica dentro da Biblioteca Pública Pelotense.

Para escrever sobre sua vida e traçar algumas considerações biográficas, este estudo baseou-se essencialmente em registros deixados por ele mesmo no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, além de contar com algumas entrevistas com pessoas que o conheceram pessoalmente e com ele conviveram, seja no âmbito profissional ou pessoal. O fragmento a seguir foi retirado de um documento escrito por Morais no qual aparecem muitas considerações referentes à história de sua família. Sobre este assunto, colocando-se na terceira pessoa, assim escreveu:

Henrique Carlos de Morais é descendente dos troncos da tradicional família Morais Patacão. Seus antepassados eram oriundos das Ilhas Canárias, aqui chegados em seis de julho de 1789, no total de quarenta e oito casais, os quais receberam ordens do vice-rei: três léguas de terras virgens, que foram divididas em quarenta e oito datas de igual tamanho, com a condição de cultivar trigo durante cinco anos. Guarda a tradição que foram eles os pioneiros da cultura do trigo e da fundação de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, hoje cidade. Anos após mudaram-se para a então fluorescente Freguesia de São Francisco de Paula, e aqui deram o nome da principal rua da cidade (1835) Rua dos Canários, atual quinze de novembro.³⁹

Henrique Carlos de Morais, filho de Henrique de Morais Patacão⁴⁰ e Rosina Cordeiro de Morais, teve como irmãs Marina, Dulce e Rosina Cordeiro de Morais. Era neto paterno de Henrique de Morais Patacão e Luiza Carolina de Morais, e neto materno de Benjamin Ricardo Cordeiro e Josepha de Sá Cordeiro. O primeiro membro de sua família a chegar ao Brasil foi seu tataravô, José Carlos de Morais, natural da cidade de Cádiz, juntamente com sua esposa Bernanda da Silva, natural de Lançarote. Deste casamento nasceu

³⁹ Este texto está assinado por Henrique Carlos de Morais. Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Origem do apelido Patacão – texto datilografado – 29/05/1950 (Notas biográficas). Pasta CDOV – A/ HCM-017. O detalhando do Arquivo está no anexo 3.

⁴⁰ Sobre a origem do apelido “patacão”, Henrique Carlos de Morais escreveu que seus antepassados, José Carlos de Morais e filho, comerciantes estabelecidos na cidade de Piratini, “vendiam tudo muito barato, ao preço de novecentos e sessenta réis, moeda de prata mais conhecida por „Patacão“ (...) para diferenciá-lo de outros concorrentes diziam: „amigos, vamos comprar barato na „Casa do Patacão“”. Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Origem do apelido Patacão – texto datilografado – 29/05/1950 (Notas biográficas). Pasta CDOV – A/ HCM-017.

José Carlos de Moraes (mesmo nome do pai).⁴¹ Casou-se, em 25 de julho de 1929, com Emma Bisso Tillmann, filha de Carlos Tillmann e Rosa Bisso Tillmann.

Embora o perfil que por ora esteja sendo traçado não remeta à construção biográfica de um “grande homem”, como costuma ocorrer nos estudos biográficos tradicionais, sua história de vida, ligada ao trabalho voluntário na Biblioteca Pública Pelotense, reservou certa singularidade. Esses contornos podem ser encontrados, contudo, em vários de seus contemporâneos que, de igual forma, dedicaram-se ao trabalho de constituir acervos com contornos memoriais. Henrique Carlos de Moraes começou a trabalhar na Biblioteca Pública Pelotense em 1933, aos 35 anos de idade, e, mesmo após a aposentadoria, ocorrida em finais da década de 1970, permaneceu ativo na Instituição praticamente até sua morte, em 28 de agosto de 1986. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, a partir da análise dos documentos consultados, foi possível inferir que as cinco décadas de trabalho na Casa foram intensas, a ponto de fazê-lo sentir-se parte da mesma. Essa progressiva simbiose, cujo início não se pode estabelecer com precisão, marcou a constituição do acervo da Instituição durante seus anos de trabalho e, igualmente, a história de perda e esquecimento que será abordada no capítulo subseqüente. Tais perdas, especialmente, dizem respeito à parte do conjunto documental que ele constituiu ao longo de sua vida.

O longo período de atuação com os arquivos da Biblioteca Pública Pelotense permitiu-lhe, progressivamente, conquistar um grupo de confiantes apoiadores, a partir dos quais muitas doações ocorreram. Inúmeras correspondências, hoje encontradas no arquivo da Biblioteca, testemunham acerca das doações que recebia no intuito de ampliar o acervo do Museu.⁴² Exemplificando o que foi dito anteriormente, com o título de Sambaquiana, Moraes assim escreveu para o Jornal Diário Popular, em 27 de novembro de 1950: “Do prezado Sr. Cipriano José Centeno, recebemos um exemplar de

⁴¹ Os nomes de sua família eram bastante repetidos, gerando, por vezes, algumas dúvidas com relação aos graus de parentesco.

⁴² O museu em questão é o Museu da Biblioteca Pública Pelotense, que será abordado nas páginas seguintes.

„machado de pedra polida“. Sambaquiana, procedente do próspero município de Camaquã”.⁴³

Um fato que talvez explique a indefinição entre o limite de pertencimento dos objetos das coleções que foram montadas ao longo desse tempo pode ser exatamente a relação estabelecida entre a Biblioteca e o público visitante e colaborador do Museu. O que essas coleções apontam, no presente, é o perfil de Henrique Carlos de Moraes como o de um colecionador incansável, por vezes um colecionador de memórias, convicto de que tudo poderia ou deveria ser guardado, de que haveria uma essência de informação em cada objeto e documento e essa possibilidade justificava o esforço de sua guarda com o intuito de preservação. Havia método na reunião dos materiais que até ele chegavam, mas um método próprio, muitas vezes desvinculado de normas e orientações externas.

Desde muito cedo, Henrique Carlos de Moraes apresentou muito interesse pela História Natural, dedicando-se, a partir de sua mocidade, ao estudo de plantas e animais. Fez estudos primários no Colégio Gonzaga, em Pelotas. Após, realizou parte de um curso de Farmácia junto à Faculdade de Farmácia e Odontologia de Pelotas.⁴⁴ Depois disso, passou a tomar conta dos interesses do pai, proprietário da Água Mineral Serrana. Tornou-se, em 1940, o primeiro funcionário nomeado para dirigir o Museu da Biblioteca Pública Pelotense, fato que o motivou, dentre outras coisas, a organizar aquilo que chamou de *Arquivo Histórico da Cidade de Pelotas*.⁴⁵ Nesse mesmo ano, após ter ingressado no serviço público federal como perito em Belas Artes, foi nomeado, por questão de merecimento,⁴⁶ Conservador do Patrimônio Histórico

⁴³ SAMBAQUIANA, recorte de jornal – Diário Popular 27/11/1950. Pasta CDOV – A/ HCM-022.

⁴⁴ No Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense encontra-se uma carteira de *Químico Licenciado*, documento expedido pelo Departamento Nacional do Trabalho, com data de setembro de 1940. Também, no referido Arquivo, existe um caderno de estudos com anotações sobre experiências químicas. O título deste caderno é *PHARMÁCIA CHÍMICA*, na sua primeira página está a data de 14 de junho de 1915. Disponível na pasta CDOV – A/HCM 018.

⁴⁵ Arquivo Histórico da Cidade de Pelotas era o nome dado por Henrique Carlos de Moraes aos documentos que compunham o acervo do Museu da Biblioteca Pública Pelotense. Esses documentos formavam o que no Museu denominou-se de “arquivo da cidade”, cujos fins eram a cultura pública.

⁴⁶ Existem no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense dois documentos chamados “Boletim de Merecimento”. Esses documentos fazem referência aos anos de 1957 e 1961. Por esse boletim, Henrique Carlos de Moraes era avaliado com relação aos trabalhos desenvolvidos no órgão. Era uma espécie de questionário padrão, onde o chefe imediato aferia conceitos de desempenho. As questões circundavam sobre sua aplicação no trabalho, sua boa vontade em

e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura. São palavras suas: “ingressei por concurso no Serviço Público Federal como perito em Belas Artes, depois por merecimento passei a Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC”.⁴⁷ Em 1945 tornou-se membro da Associação dos Arquivistas Brasileiros, com sede no Rio de Janeiro. Ainda nesse mesmo período, passou a atuar como professor de artes plásticas brasileiras no curso noturno mantido pela Biblioteca. Também foi colaborador assíduo de inúmeros jornais e revistas, com ênfase nas áreas de História, Paleontologia, Ornitologia e Arqueologia.⁴⁸

No entanto, durante essas cinco décadas, Morais só foi presidente da Biblioteca no biênio de 1976 a 1978. No mesmo ano em que deixou a presidência, recebeu, no dia 22 de setembro, através de um decreto⁴⁹ do prefeito Irajá Andara Rodrigues, direitos vitalícios por serviços prestados, concedidos pela Fundação Municipal Museu de Pelotas.⁵⁰ Alguns

executar serviços que lhes eram prescritos, seu conhecimento da função, sobre a realização com presteza os serviços encarregados, sobre a responsabilidade dos atos, sua discrição, capacidade de metodizar as rotinas de trabalho, etc. Neste documento também existiam espaços para anotações mais gerais como faltas, apurações sobre pontos de desenvolvimento do trabalho, etc. Por este boletim, havia o índice de merecimento onde se fazia uma tabela de pontuação referindo-se os pontos positivos e negativos. Vale destacar que em todos os itens a resposta foi “S” designado SIM, ou seja, o funcionário representou um aproveitamento total da função. Este material encontra-se disponível na pasta CDOV – A/HCM 018.

⁴⁷ “Serviços prestados à terra natal”. Material datilografado. Disponível na pasta CDOV – A/HCM-005.

⁴⁸ Henrique Carlos de Morais escreveu para os jornais Diário Popular e Diário da Manhã, ambos de circulação em Pelotas; Correio do Povo, de Porto Alegre; correspondente da antiga revista *A Voz do Mar*, do Rio de Janeiro.

⁴⁹ Decreto nº 1431. “É nomeado membro conselheiro, com direitos vitalícios, da Fundação Municipal Museu de Pelotas, o Senhor Henrique Carlos de Morais, na conformidade do que dispõe os parágrafos 2^a e 3^a do Artigo 4^a da Lei nº 2365 de 10 de agosto de 1977.

⁵⁰ A presente notícia foi extraída (na íntegra) do Jornal Diário Popular de Pelotas, de 10 de fevereiro de 1978. **Criada a Fundação Museu de Pelotas** - O prefeito Irajá Andara Rodrigues assinou ontem o decreto nº 1.386, criando a Fundação Municipal Museu de Pelotas e aprovando seus estatutos. A Fundação, instituída como jurídica de Direito Público, tem por finalidade a formação e preservação de um acervo de bens de valor cultural, para exposição ao público. A Fundação é constituída pelos conselhos diretor, consultivo e fiscal. O conselho diretor é formado por três membros e encarregar-se-á de desenvolver as funções administrativas da entidade. Seu diretor-presidente será nomeado pelo Prefeito Municipal, sendo os dois membros restantes, os professores Adail Bento Costa e Henrique Carlos de Morais, vitalícios nos cargos. **Conselho** - O Conselho Consultivo será formado por representantes das duas universidades de Pelotas, da 5^º Delegacia Regional de Educação, da Associação Sulriograndense de professores, Biblioteca Pública Pelotense, Associação Comercial Centro das Indústrias, Lions Club, Rotary Club, Ordem dos Advogados, Sociedade de Medicina e mais três, de livre escolha do Prefeito. O Conselho elegerá, dentre seus membros, anualmente, seu presidente. Já o Conselho Fiscal terá os seus três membros nomeados pelo Prefeito, nos termos dos Estatutos. **Patrimônio** - O patrimônio da Fundação será constituído de dotações, auxílios e subvenções, doações, legados ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, bens móveis e imóveis de seus domínios e de receitas eventuais.

reconhecimentos, portanto, vieram ao longo de sua vida. Talvez os mais freqüentes tenham ocorrido na forma das doações que eram feitas a ele e ao Museu. Sobre os materiais doados, pouco se sabe acerca do modo como eram encaminhados, se eram dirigidos a ele ou à Instituição, tendo em vista que havia por parte dele uma imanência da autoridade de guarda sobre o acervo do Museu, que não gerou um catálogo sistemático. Nesse sentido, o acervo da Biblioteca foi crescendo consideravelmente, contudo, de maneira um tanto desordenada.

Outra pesquisa, anterior a presente dissertação, elencou dados advindos de pessoas que o conheceram.⁵¹ Há, pois, uma unanimidade recorrente de que ele era um indivíduo que fazia da Instituição na qual trabalhava a extensão de sua casa e, mesmo, de sua vida. Aos sábados, domingos e feriados, tinha por hábito - sistemático hábito raramente não cumprido - ir à Biblioteca ler o jornal do dia. Antes, depois e durante sua gestão como diretor, muitos problemas do cotidiano eram resolvidos com recursos próprios, trazendo de casa ou comprando com seu dinheiro o que fosse necessário.

Por meio da oralidade foi possível preencher alguns dos espaços deixados pelo silêncio que se abateu sobre sua história de vida. Nas entrevistas,⁵² os depoentes fizeram referência ao fato de, no ambiente de trabalho, Henrique Carlos de Moraes manter uma postura intelectualmente respeitosa, sustentando, inclusive, a idéia de que poderia responder a qualquer questão que alguém colocasse sobre a história da cidade. Muitos o consideravam um homem de grande erudição, um profundo conhecedor da história que o circundava. Em tempos mais recentes, algumas de suas práticas, como carimbar e assinar documentos,⁵³ foram consideradas obsoletas e

No caso de sua extinção o acervo de sua entidade será transferido à União para integrar o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob a condição de que seja mantido em Pelotas como conjunto unitário de museu e não seja alienado, salvo para instituição congênere. Se a União não aceitar os bens ou não observar as condições os bens integrarão ou revestirão o patrimônio do município.

⁵¹ Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Plena em História/ICH/UFPel (2006), de autoria de Maiquel Gonçalves de Rezende, orientado pela professora Drª. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira com o título “Arquivos do eu: a idéia de patrimônio em Henrique Carlos de Moraes”.

⁵² No capítulo seguinte estabelecer-se-á algumas considerações acerca da História Oral e suas perspectivas de análise, em conjunto com a articulação feita pelos depoentes.

⁵³ Os documentos em questão não são aqueles que foram escritos por ele, mas os de conteúdo histórico que caíram em suas mãos.

equivocadas pelos membros da direção daquela entidade, pois indicavam, na visão dessas diretorias, notório desejo de apropriação indevida do acervo⁵⁴.

Também, segundo os informantes, ter acesso aos documentos históricos sobre a cidade só era possível após o pedido ter sua aprovação. Ele seguia um princípio: só os liberava a partir do momento em que estabelecia relação de confiança com o solicitante. Por vezes, esse comportamento era traduzido como arbitrariedade e como uma forma de julgamento sobre as intenções de quem buscava a consulta e, claro, como um direito que se atribuía de fazer o julgamento e tomar a decisão. No entanto, os seus contemporâneos reconheciam que, sobretudo, havia zelo naquela atitude.



Fig. 02. Carimbo usado por Henrique Carlos de Moraes.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.⁵⁵

Esse trânsito entre o público e o privado, caracterizando a ação de Henrique Carlos de Moraes, pode ter sido o fator responsável pela formação de conjuntos documentais importantes. Todavia, ou como consequência indireta desses fatos, abateu-se um processo de esquecimento sobre a figura desse homem após o seu afastamento, mesmo que em sua história recente fique flagrada a importância que teve para a constituição do acervo do Museu da

⁵⁴ Sônia Maria Tavares Garcia. Entrevista realizada em 22 de setembro de 2005. **Anexo 1**.

⁵⁵ Na imagem da figura 02 observa-se a reprodução da assinatura e do carimbo usado por Henrique Carlos de Moraes para “patrimonializar” os documentos da Biblioteca Pública Pelotense. É interessante observar que no carimbo está escrito “Pertence ao Museu da Biblioteca Pública Pelotense”.

Biblioteca Pública Pelotense. Os esquecimentos e silêncios que se desenvolveram ao redor de sua figura serão trabalhados no terceiro capítulo.

2.2. Biblioteca Pública Pelotense: discutindo sobre as possibilidades de organização do seu museu/arquivo

A instituição Biblioteca Pública Pelotense é uma entidade privada, porém de caráter público, situada na Praça Coronel Pedro Osório, 103, na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul. Com sua história conjugada à história das letras de Pelotas, teve sua fundação a partir de iniciativa do jornalista Antônio Joaquim Dias, em novembro de 1875, contando também com a colaboração de João Simões Lopes, importante literato pelotense que cedeu parte de seu patrimônio para a construção da então “casa das letras”.⁵⁶ Contando com um volume inicial de aproximadamente 1000 exemplares, a inauguração do prédio deu-se em 5 de março de 1876. O acervo da nova casa constituiu-se, desde sua gênese, por meio de doações, pois a comunidade de Pelotas entendia a necessidade de impulsionar a cultura, objetivando dar substrato à literatura e ao círculo erudito em formação. Em 18 de março de 1878 decidiu-se pela localização da Biblioteca Pública Pelotense junto à Praça Coronel Pedro Osório e, em 7 de setembro do mesmo ano, foi lançada a pedra fundamental da construção, cabendo a João Simões Lopes sua inauguração simbólica.

A consolidação da proposta de reunir cultura e lazer em um prédio, dentro do âmbito da literatura, fez surgir, também, a afirmação desta Instituição como casa de livros e unidade promotora de políticas de preservação de acervos. Constitui-se de uma organização sem fins lucrativos. Sua administração consta de uma Diretoria, um Conselho Deliberativo e um Conselho Fiscal. Atualmente, a manutenção do prédio, que deveria acontecer a partir das contribuições dos seus sócios, apresenta muitas dificuldades. Os recursos financeiros advêm de parcerias estabelecidas com a prefeitura e a iniciativa privada.

⁵⁶ Sobre este assunto ver: PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Pelotas*. Porto Alegre: Typographia Gundlach, 1940.

Desde sua fundação, garante a todos os cidadãos livre acesso ao acervo, sendo aos sócios permitida a retirada de livros. Assim, pesquisadores, leitores dos periódicos e revistas, alunos da rede pública e estudantes universitários fazem parte dos cerca de 200 usuários que costumam freqüentar o estabelecimento diariamente.⁵⁷



Fig. 03. Biblioteca Pública Pelotense, 2010.
Fonte: Foto do autor.

A história que circunda a Biblioteca Pública Pelotense liga-se aos principais acontecimentos daquele momento até os dias que correm. Teve uma importância tão grande que, durante sua trajetória, acabou acumulando uma grande quantidade de documentos, possuindo lugar de destaque no cenário do Rio Grande do Sul devido a variedade do acervo que abarca.⁵⁸

Uma considerável parte do conjunto de documentos reunidos faz referência a um importante período da cidade.⁵⁹ Esses documentos são de

⁵⁷ Informação disponível em <http://www.biblioteca.org.br/>. Acessado em 20 de junho de 2009.

⁵⁸ Essa variedade corresponde acervos museais, documentais e bibliográficos.

⁵⁹ É importante fazer referência aos demais setores da Instituição: a própria biblioteca, com seu setor de consulta e empréstimo de livros; o Museu, com peças de valor histórico; o Arquivo Histórico, com documentos importantes sobre a história da cidade de Pelotas e do Rio Grande do Sul. Hoje o Museu não funciona mais com esse caráter propriamente dito, sendo apenas uma sala para depósito de objetos antigos. Todavia, criou-se uma nova sala para abrigar os documentos destinados à pesquisa. Esta sala foi chamada de Centro de Documentação de Obras Valiosas. O trabalho tem sido desenvolvido pela Profª. Drª. Beatriz Ana Loner do

uma época onde o imperativo da charqueada e do trabalho escravo se faziam de forma bastante presente em uma sociedade saladeril forte e consolidada como a de Pelotas. O acervo da Biblioteca Pública Pelotense impressiona por sua historicidade e riqueza. O pesquisador que se permitir estudar a história da cidade e, de certa maneira, a do Brasil, irá deparar-se com uma grande variedade de materiais. São eles: atas, relatórios públicos e privados, cartas, ofícios, correspondências institucionais públicas e privadas, anais, almanaque, livros, jornais, objetos museais, fotografias, etc.⁶⁰

A Biblioteca Pública Pelotense, juntamente com a imagem que se produziu do seu acervo, tem sua história conjugada, também, a partir da história de vida dos seus personagens. Um desses personagens é Henrique Carlos de Moraes, homem zeloso que dedicou mais de cinco décadas à preservação da memória dentro da Instituição. Embora começando em 1933, a maior relevância de sua participação vai ocorrer somente depois de 1940, ano que vai marcar sua entrada no Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura e a sua nomeação para a diretoria do Museu Histórico da presente Instituição. Pode-se perceber, a partir desses dois acontecimentos, o início de algumas iniciativas (intencionais ou não) de Moraes para fomentar uma cultura museal na cidade, contribuindo para desenvolver um pensamento de preservação dos bens culturais e do patrimônio edificado.

A Biblioteca Pública Pelotense, como casa de livros e instituição de guarda de objetos e acervos documentais, possui uma variedade muito grande de peças. A Instituição apresenta um caráter híbrido, não desenvolvendo apenas a atividade de biblioteca como o nome sugere, mas também abrigando museu e arquivo. Analisando os documentos encontrados no seu arquivo histórico foi possível conhecer parte dessa variedade documental. Além dos materiais descritos anteriormente (fontes textuais), os documentos que faziam

Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, com a participação de estudantes do curso de História. Essa sala compreende a Hemeroteca, livros raros, almanaque, revistas, ou seja, materiais já considerados históricos, tanto por seu valor de antiguidade, quanto pelo interesse dos pesquisadores.

⁶⁰ Sobre a Biblioteca Pública Pelotense, sua história e seu acervo, ver ainda: LONER, Beatriz Ana & GARCIA, Sônia Tavares. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. In: *História em Revista* (UFPel), Pelotas, v. 6, p. 133-164, 2000; PERES, Eliane. *Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

parte do cotidiano de Morais iam desde coleções de insetos e ovos até objetos de natureza arqueológica. A lógica estrutural desse Arquivo muito se aproximava do que se conhece acerca dos gabinetes de curiosidades do século XVII, onde se depositavam muitos objetos. Portanto, uma lógica muito particular de acesso, onde somente o gestor é capaz de encontrar de forma rápida e precisa toda e qualquer informação. A composição desse Arquivo evidencia, dentre outras coisas, a idéia de seu genitor. Essa estrutura não aparece como algo intencional e específico, mas como fruto de uma conduta realizada ao longo de muito tempo. Uma pequena parte do Arquivo hoje gerido pela Biblioteca Pública Pelotense teve sua origem nas coleções particulares de Henrique Carlos de Morais.

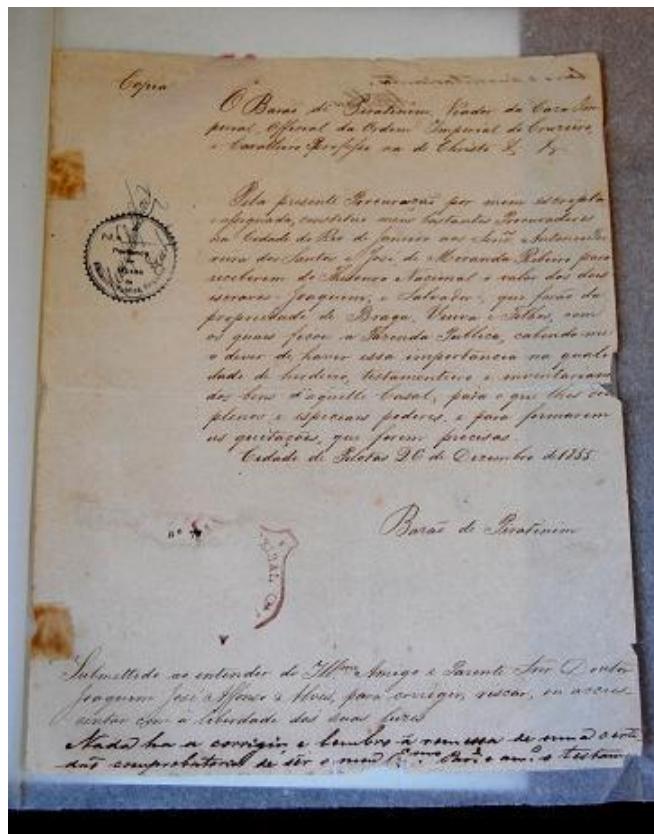
O Arquivo compõe-se de vários fundos documentais, dentre eles um leva o nome de “Fundo Henrique Carlos de Morais”. Foi nesse fundo que esta pesquisa deteve-se de forma mais aprofundada.⁶¹ Os documentos estão distribuídos em aproximadamente 42 pastas, de acordo com a seguinte organização: artigos para jornais; correspondência institucional; correspondência pessoal; cursos e congressos; diversos; documentos pessoais; ensaios, estudos, fotografias e ilustrações; notas biográficas; notas fiscais/recibos; obras; plantas; rascunhos manuscritos; recortes de jornais; recortes de revistas; traduções; série: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEPHAN); série Henrique Carlos de Morais Patação; série Museu da Biblioteca Pública Pelotense; série Sociedade Cooperativa dos Fruticultores de Pelotas; série Sociedade Ornitológica Rio Grandense. Os demais fundos do arquivo também se originaram de coleções arquitetadas por ele, entretanto o “Fundo Henrique Carlos de Morais” abriga documentos mais de caráter pessoal⁶².

Embora em desacordo com os princípios contemporâneos de preservação de documentos, o sistema de organização empregado por Henrique Carlos de Morais incluía, como já foi observado, carimbar, colar e assinar documentos. Tais procedimentos afrontavam os princípios inerentes aos conceitos de guarda de documentos históricos vigentes no período. Isto

⁶¹ Essa informação foi retirada do índice do arquivo que está disponível aos pesquisadores. Esta descrição aparece sob a forma de lista detalhada no anexo 3.

⁶² Hoje o padrão de arquivo pode ser mais flexível, isto é, os documentos são catalogados por procedência e/ou tipologia.

posto, é possível entender que durante o seu período de trabalho (1933–1986) os procedimentos de conservação e preservação em Pelotas ainda estavam em fase de afirmação e experimentação. Essa justificativa é válida tendo em vista as críticas que se fazem atualmente sobre sua metodologia de trabalho, como carimbar, assinar, colar, etc.⁶³



A imagem da figura 04 mostra um documento da Biblioteca Pública Pelotense com o carimbo e a assinatura de Henrique Carlos de Moraes. Trata-

⁶³ No Brasil a conservação pode ser entendida como um conjunto de intervenções diretas e realizadas na própria estrutura física do bem patrimonial. Impedindo a degradação, os procedimentos de conservação visam tratar e/ou retardar a ação calamitosa ocasionada pela ocorrência de patologias e seus agentes de deterioração. Em termos teóricos existe uma diferenciação substancial entre conservação e preservação. A preservação de um bem de interesse coletivo seria o primeiro estágio de desenvolvimento para evitar o seu comprometimento. Podemos entender por preservação como algo relacionado à consciência coletiva, ou seja, uma ação prática e preventiva de controle do entorno do bem patrimonial e engendrada por pessoas responsáveis pela sua salvaguarda. Sobre esse assunto ver: MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILAQUA, Fátima; BAPTISTA, Antônio Carlos Nunes (orgs). **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.

se de uma procuração do Barão de Piratini a Antônio dos Santos e José de Miranda Ribeiro.⁶⁴ Outro documento importante, bastante elucidativo sobre esta questão, encontra-se em anexo a este trabalho (anexo 5). É uma carta de alforria de 1826, documento elaborado por Bento Gonçalves da Silva declarando que recebeu de Francisco Xavier de Farias um escravo alforriado.⁶⁵ Da mesma maneira, tal documento foi carimbado e assinado por Moraes.

2.2.1. O Museu da Biblioteca Pública Pelotense

O Museu da Biblioteca Pública Pelotense foi fundado a 18 de janeiro de 1904, reunindo peças relativas à história da cidade, do Rio Grande do Sul e do Brasil. Sendo o Museu de propriedade da Biblioteca, a organização e obtenção do acervo processou-se de forma lenta, contando-se para isso apenas com doações. Dedicou-se a conservar e colecionar peças de valor histórico, principalmente o que se denomina como objetos de cultura pública. Foi remodelado por Henrique Carlos de Moraes a partir de 1940, sendo sua seção mais importante, sem dúvida, a de documentação e arquivo de obras raras e edições centenárias, entre as quais se encontram manuscritos sobre a história de Pelotas, como o do Padre Felício, fundador da freguesia de São Francisco de Paula, em 11 de outubro de 1812.⁶⁶

Dentre as várias peças que compõem o acervo do Museu, existem registros inusitados da história da cidade. Como exemplo, tem-se o tijolo que pertenceu à residência da Família Torres, a casa mais antiga de Pelotas.⁶⁷ O tijolo possuía uma marca, possivelmente o mesmo timbre com o qual se marcava o gado do fazendeiro.⁶⁸ *O tijolo como fator de civilização*⁶⁹ foi um artigo escrito por Moraes em agradecimento à doação feita ao Museu. São páginas que exalam e fulguram as preocupações de um *velho museólogo*. Também esse artigo reitera a concepção museal com que tratava os objetos.

⁶⁴ Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, fundo Império do Brasil.

⁶⁵ Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, fundo Escravidão.

⁶⁶ Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 23 de dezembro de 1979.

⁶⁷ Casa que hoje abriga a Associação dos Surdos, situada na rua Major Cícero Góes Monteiro, 201, bairro centro, cidade de Pelotas / RS.

⁶⁸ Sônia Maria Tavares Garcia. Entrevista realizada em 22 de setembro de 2005.

⁶⁹ Jornal Diário Popular de Pelotas, 1972 e jornal Diário da Manhã também de Pelotas, 1985. Disponível na pasta CDOV – A/HCM-005, Arquivo Histórico da BPP.

Eram 15 as seções que faziam parte do Museu: Mineralogia, Paleontologia, Ornitológia, Zoologia, Botânica, Numismática, Filatelia, Pinacoteca, Escultura, Arquitetura, Engenharia, Desenho, Arqueologia, Armas e Relíquias. Mesmo empregando técnicas rudimentares de conservação - que no presente parecem equivocadas -, Morais conseguiu que suas “coleções” se mantivessem presentes até os dias de hoje.

Maria Cecília Londres Fonseca, fazendo uma análise a respeito da obra de Mário de Andrade, no anteprojeto elaborado para a criação do SPHAN, diz que, a partir da criação de um serviço responsável pela proteção do patrimônio histórico, defendeu-se, também, uma concepção pedagógica com relação ao trabalho dentro de cada museu. Por este anteprojeto, demonstrou-se acreditar nos objetos como testemunhos para entender o passado. Todavia, acreditava ser na esfera municipal que os museus deveriam expressar sua eminente função educativa. Segundo a autora,

Mais avançada para a época era, no entanto, a concepção de Mário sobre os museus municipais. Se os museus nacionais deveriam ser organizados a partir de ordenamentos disciplinares, como apoio e ilustração dos Livros do Tombo, Mário preconizava e incentivava a criação de museus locais, em nível municipal, com base em critérios distintos. Enquanto os museus nacionais e os das grandes cidades tenderiam à especialização, os museus municipais seriam ecléticos, seus acervos heterogêneos e os critérios de seleção das peças pelo valor que apresentam para a comunidade local que participa ativamente da coleta de bens (FONSECA: 2003, p. 101).

Essas palavras refletem de forma bastante expressiva e com uma precisão milimétrica o que representava o Museu da Biblioteca Pública Pelotense. A política de aquisição de documentos do Museu parece ter antecipado os princípios que posteriormente seriam estabelecidos por Mário de Andrade para nortear a organização de museus em pequenos municípios. Mário de Souza Chagas, ao detalhar a obra de Mário de Andrade, a partir de uma liberdade poética sem igual, deixa reconhecer que a concepção marioandradiana⁷⁰ “é mesmo uma pororoca de tradição e modernismo, de tragédia e comédia, de prosa e poesia, de pensamento e ação, capaz de

⁷⁰ O termo “marioandradiana” é descrito no livro de Mário de Souza Chagas. Para mais detalhes ver: CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

afogar o pescador sem cautela e tornar a navegação bastante perigosa" (CHAGAS: 2006, p. 21-22).

A imagem da figura 05 mostra o Museu da Biblioteca Pública Pelotense em finais dos anos 1970. Ao fundo, à esquerda, vê-se a figura de Henrique Carlos de Moraes misturada aos objetos. Trata-se de uma fotografia realizada no interior da Biblioteca, com o gestor focado no plano posterior do quadro. Proposital ou não, o ângulo de tomada da cena fez coincidir na mesma diagonal três bustos de personagens históricos que se alinham com a figura de Moraes, em pé, atrás dos balcões de vidro no qual os objetos do Museu ficavam guardados. Intencional ou não, a imagem arrumou os elementos no enquadramento de forma a traduzir a simbiose do curador com a sua coleção. Na figura 06 tem-se a imagem atual desse Museu. Sobre as políticas de constituição de acervo, percebe-se na imagem das figuras 07 e 08 a valorização de materiais de cunho arqueológico/indígena.



Fig. 05. Museu da Biblioteca Pública Pelotense, 1977.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.



Fig. 06. Museu da Biblioteca Pública Pelotense, 2006⁷¹.
Fonte: Biblioteca Pública Pelotense.



Fig. 07. Pontas de flecha e de lança
Fonte: Biblioteca Pública Pelotense, 2006.



Fig. 08. Urnas funerárias.
Fonte: Biblioteca Pública Pelotense, 2006.

Em um dos textos escritos e deixados por Moraes, observaram-se algumas concepções acerca das suas práticas museológicas. O documento intitulado *Minha formação de museólogo* trata das circunstâncias que o levaram a se interessar pelo campo da museologia. Neste texto faz-se uma cronologia desde a infância até bem próximo de sua morte. Todavia, também é possível ressaltar nele a idéia de poder reviver o passado através de fragmentos. Seus

⁷¹ As fotografias das imagens 06, 07 e 08 foram cedidas por Alex Perleberg, responsável técnico pelo acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

escritos exaltam a importância de proteger os objetos que remetem ao passado. Segundo sua concepção, “o museólogo tem de ser, antes de tudo, um evocador. Um museu conserva justamente para evocar. Por que esta é a sua parte dinâmica, sua vida, linguagem, sua forma de perfeição na cultura do país”.⁷² No mesmo documento, um pouco antes, Morais diz que:

Para os meus eventuais sucessores um conselho: para um museólogo a parte mais importante e mais difícil, sem sombra de dúvidas, é a classificação dos objetos de quaisquer espécies, que tenha de constituir suas coleções. Varia em cada museu, segundo sua natureza. Para bem se classificar as peças que devem ser expostas ao público, mister se faz grande cabedal de conhecimentos especializados que somente a teoria não pode fornecer. É preciso que ela se alie à prática, às instituições desenvolvidas com o tirocínio e de agudez espiritual.⁷³

O discurso museográfico elaborado por Morais realiza um processo de construção que enfoca estratégias para a preservação da memória, marcando assim a história de cada objeto. Nesse sentido, outro aspecto que merece ser destacado faz referência ao ato de colecionar lembranças. Na busca por dados que evidenciassem esta perspectiva, como estratégia de desenvolvimento de um discurso museal, deparou-se este pesquisador com um catálogo cuidadosamente construído em papel preto e com uma capa bastante sofisticada. Na parte inicial encontrava-se o seguinte histórico explicativo:

Após proclamação da Republica e, em plena Revolução federalista, houve carência de numerário e de troco, obrigando as autoridades municipais do Estado do Rio Grande do Sul, criar Decreto Lei, que autorizava-se imprimir “BONUS”, no valor de cem reis, duzentos réis e quinhentos réis. Nesta recuada época as firmas particulares também usaram e abusaram dos vales em papel e, até em couro!!! Aqui, em parte representada. Hoje, consideradas peças de Museu. A documentação fotográfica pertenceu a Henrique Carlos de Morais Patação. Ano de 1891 a 1897.⁷⁴

⁷² Minha formação de museólogo. Texto escrito e assinado por Henrique Carlos de Morais em 10 de junho de 1986. Disponível no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, pasta CDOV – A/ HCM-010. Este texto também se encontra em anexo a este trabalho – anexo 4.

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ “Bônus”, Pelotas, junho de 1962. Documento disponível na pasta CDOV – A/HCM 024.

Por este material destacavam-se alguns bônus consumidos pelo tempo. São pequenos pedaços impressos de papel moeda, criteriosamente colecionados objetivando construir um quadro social de uma determinada época. Como já mencionado anteriormente, cada objeto era uma história a ser contada.

Esse catálogo (figura 09) possui um número de identificação do Museu da Biblioteca Pública Pelotense (191), está carimbado e assinado por Morais. Cada folha contém um bônus, aparentemente original, com uma etiqueta numerada, correspondente a descrição em folha avulsa pertencente ao catálogo. Contém 12 bônus diferentes, sendo que duas tem numeração repetida (páginas 6 e 7) apresentando reprodução de bônus de mesmo valor, sendo o último em couro e os demais em papel. As legendas, impressas em folha separada, fazem referência a doze notas/bônus, de valores de 100, 200 e 500 réis, datadas dos anos de 1892, 1893 e 1895. Nas descrições feitas por Morais constam valores dos bônus, instituição e localidade a qual pertenceram, valor e ano de expedição.



Fig. 09. Catálogo de Bônus, 1962.⁷⁵
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense

⁷⁵ O bônus que aparece na fotografia é um bônus em papel, no valor de duzentos reis. Pertencente a Santa Vitória do Palmar. Número 1545. Legenda correspondente: nº1 Convenção Provisória de Santa Vitória do Palmar. Valor 200 réis. Ano de 1893.

Algumas das posturas e interpretações de Henrique Carlos de Moraes aproximam-se do que Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira vai analisar em sua dissertação de mestrado, tendo como pano de fundo a atuação de Gustavo Barroso na criação de uma identidade nacional. Em *O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*, Ana Cristina destacou a importância das contribuições de Gustavo Barroso na criação de uma ótica museológica, procurando avaliar seu pensamento no sentido de construção de uma memória nacional. Esta idéia foi substanciada a partir da criação do Museu Histórico Nacional (1922), do Curso de Museus (1932), da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), etc. Segundo a autora:

O pensamento museológico de Gustavo Barroso possui em sua gênese aquilo que o próprio Barroso chamou de “culto da saudade”. Entendido neste trabalho como mais do que um saudosismo, o “Culto da Saudade” é avaliado de forma relacionada à prática antiquada e é entendido como uma sensibilidade antiquaria, na qual estabelece-se uma relação com o passado baseada na valorização emotiva, a partir da qual o passado pode ser revivido, sentido, evocado (OLIVEIRA: 2003, p. 41).

A partir dos anos 1960, o acervo do Museu da Biblioteca Pública Pelotense foi ampliado para as mais variadas tipologias e, conjuntamente, tornou-se objeto de práticas expográficas. Os objetos passaram a ser alvo do olhar do espectador. Nesta linha de pensamento torna-se imperativo pensar na relação do Museu com a construção do imaginário da cidade e, da mesma parte, nas maneiras pelas quais se estabelece esse diálogo, entendendo, também, a relação simbiótica com a comunidade ao seu redor. Com base nas informações disponíveis (e nos documentos deixados por Moraes), percebeu-se uma grande preocupação relativamente à divulgação do trabalho do Museu. Desejava ele que a história da cidade fosse compartilhada por todos. Em matéria dedicada a Henrique Carlos de Moraes e seu trabalho junto à Biblioteca Pública Pelotense, extraída do jornal Correio do Povo de Porto Alegre, do dia 23 de dezembro de 1979, percebe-se esta inquietação.

Os estudantes de ensino médio e superior, e os professores e outros profissionais que precisem realizar trabalhos baseados

na documentação existente, são os que mais procuram o museu. Diariamente há interessados em extrair dados dos velhos documentos guardados nos grandes armários envidraçados que cobrem as quatro paredes do museu.⁷⁶

Vive-se hoje uma onda de restauração dos centros urbanos, tanto em seu sentido físico quanto poético e metafórico, uma nostalgia com referência aos tempos ancestrais, no qual tudo parece confluir a uma tendência banalizada do que se pode entender pelo histórico. O museu serve, nesse caso, como um indicador para entender o modelo estruturante da sociedade contemporânea. O ser humano está em uma busca obsessiva pela memória, expressada pela necessidade de um lócus temporal e a formação (procura) de (por) identidades coletivas. Contudo, existem algumas maneiras específicas de tratar com a questão dos museus.

Durante a realização do 3º Fórum Nacional de Museus, sediado pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 2008, expuseram-se inúmeras perspectivas relacionadas aos museus como agentes de mudança social e desenvolvimento. A idéia foi apresentar o museu como uma ferramenta de trabalho à prática cotidiana, demonstrando as narrativas compostivas que estão se construindo e o papel que cada museu desempenha na comunidade que o circunda. Também é pertinente destacar que muitos dos museus em funcionamento no Brasil (e no mundo de certa maneira) encontram-se associados a processos políticos, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais.⁷⁷

O caso do Museu da Biblioteca Pública Pelotense, então gestado por Morais, não tinha por propósito um cunho político propriamente dito. Possuía uma forma pretérita de narrar a partir de um conjunto de práticas complementares, um passado entendido como história. Contudo, perceber esse passado de maneira total não era a sua forma de trabalho. Nesse sentido, merece atenção o fato dele próprio ter adquirido uma parte considerável do seu

⁷⁶ “Aos 81 anos, Morais continua o guardião do Museu de Pelotas”. Jornal Correio do Povo, 23 de dezembro de 1979. Matéria sem assinatura.

⁷⁷ Um bom exemplo é o Museu da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Sendo o primeiro museu do Brasil localizado dentro de uma favela, sua proposta objetiva a inclusão social. Representando um marco nas novas práticas museológicas brasileiras, o museu fomentando a cultura, o desenvolvimento e a valorização do patrimônio local. Seu acervo se constitui a partir de doações da comunidade, com materiais do cotidiano dos moradores, fotografias, etc.

conhecimento de maneira autônoma e, porque não dizer, a partir das experiências do seu cotidiano.

Sua prática diária, na maioria das vezes, era provida de tentativas e erros. Porém, por maior que fossem as desventuras de suas tentativas, o conhecimento implicado na resolução de algum problema era sistematizado a partir de uma orientação metodológica. As idéias eram agrupadas de acordo com as necessidades estabelecidas por determinada tarefa. O conhecimento acumulado na sua interação com o trabalho na Biblioteca Pública Pelotense ajudaram-no a constituir (dentro da Instituição) a museologia como campo de estudo atrelado aos seus interesses no trabalho com o patrimônio histórico de Pelotas e, consequentemente, do Rio Grande do Sul. A conciliação entre teoria e experiência é demonstrada no trecho que segue.

As condições de natureza pessoal decorrem dos coeficientes, maior ou menor soma de vocação, bom gosto, golpe de vista, prática, boa vontade em servir. Os que possuem todas essas condições de natureza pessoal, as quais se resumem no senso inato de medida e da proporção, e no sabor, podem desenvolvê-las e aprimorá-las com tino e as observações e comparações dele decorrentes. Os efeitos dos próprios objetos dependem de sua natureza, de sentimentos de arte ou evocação que encerram de expressão de beleza ou de glória que representam. As regras, princípios técnicos que encontram compulsando as obras dos especialistas, dimanam em geral dos ensinamentos empíricos. Há também regras de caráter científico. Para um perfeito trabalho, “A TÉCNICA DE MUSEU” completa e coroa essas disciplinas. São frutos de observações cumuladas durante longos anos, devidamente examinadas e codificadas.⁷⁸

Para Morais, a temática museológica/pedagógica deveria ter por objetivo orientar o olhar do público espectador. Seu conhecimento o levou a apropriar-se da realidade que o cercava, conferindo a si próprio uma ação consciente com relação ao trabalho desenvolvido nas questões patrimoniais.

No trabalho cotidiano do Museu da Biblioteca Pública Pelotense incluía-se, dentre outras tantas coisas, e como já referenciado anteriormente, a

⁷⁸ Minha formação de museólogo. Texto escrito e assinado por Henrique Carlos de Morais em 10 de junho de 1986. Disponível no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, pasta CDOV – A/ HCM-010. Anexo 4.

divulgação das descobertas que envolviam interesse coletivo.⁷⁹ Entretanto, nesse sentido, poderiam coexistir olhares diferentes acerca do caráter de cientificidade de um determinado achado. Conforme os documentos deixam transparecer, as questões éticas sempre pautaram a divulgação dessas descobertas. Para que essa ética fosse respeitada, entretanto, a publicização de um conhecimento tido como novo não poderia sofrer influência de interesses subjacentes.⁸⁰ No jornal Diário Popular de Pelotas, em 2 de dezembro de 1970, foi noticiada a descoberta de um sítio arqueológico de ostras fósseis na região do Fragata (bairro adjacente à cidade de Pelotas). Apesar de a descoberta ter ocorrido no ano de 1962, a divulgação do seu conteúdo se fez somente no final da década, depois de passar pela avaliação de alguns estudiosos do assunto. A imagem da figura 10 apresenta Morais no trabalho de coleta desse material. Por esta foto percebe-se que as técnicas usadas eram, de certa maneira, um tanto rudimentares.⁸¹



Fig. 10. Henrique Carlos de Morais coletando ostras fósseis em Pelotas, 1962.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense

⁷⁹ A divulgação dessas descobertas geralmente era feita por meio da publicação de textos de caráter científico nos veículos de comunicação da cidade de Pelotas.

⁸⁰ A história que envolve a descoberta do *Sinete da República Riograndense* é um bom exemplo dessa postura ética. Henrique recebeu de doação um “carimbo”, material que estampava o emblema da República Riograndense. Sempre desconfiou que aquele desenho fosse original, contudo não tinha como provar. Alguns anos se passaram até que recebeu o testemunho que tanto procurava, era um passaporte carimbado e assinado por Domingos José de Almeida, então Ministro da República. A história deste sinete será abordada ainda nesse capítulo.

⁸¹ Henrique Carlos de Morais está de chapéu e no canto inferior direito da fotografia. As duas outras pessoas que fazem parte da imagem não puderam ser identificadas. Geralmente as peças que eram recolhidas, posteriormente eram expostas à visitação no Museu.

Alguns poderiam chamar esta técnica de *arqueologia da retroescavadeira*,⁸² pois o que ocorria era a remoção desordenada da terra tendo em vista a “captura” dos materiais. De outra parte, vale destacar que, naquele instante, o que mais interessava era o objeto em si, e não o seu contexto. À medida que os estudos avançavam, o contexto histórico que envolvia cada uma daquelas peças era mais afirmadamente reconstituído. Somente em 1970, ou seja, 8 anos após o recolhimento do material, cautelosamente,⁸³ é que a divulgação se fez de forma mais sistemática.

2.2.2. Políticas de gestão de acervos: o caso do Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

Quando se faz referência a uma instituição que possui em seus acervos materiais bibliográficos, museais e arquivísticos, existe a necessidade de estabelecer algumas diferenças tipológicas que são observadas tendo por base a constituição desses materiais e o modo como se originaram. As bibliotecas e os museus diferenciam-se fundamentalmente dos arquivos de acordo com a função exercida por cada um deles. Às bibliotecas e aos museus, por um lado, destinam-se objetivos culturais; aos arquivos, por outro, o livre fluxo da informação dentro da sociedade, visando sua utilização futura (PAES, 2004).

“Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida das instituições” (BELLOTTO: 2002, p. 169). Heloisa Bellotto reflete em suas palavras a idéia de que os arquivos abrigam registros que são usados tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil.⁸⁴ Os arquivos estão presentes na vida das sociedades na medida em que são depositários dos seus direitos. Ainda assim, a mesma autora salienta que,

⁸² “Arqueologia da retroescavadeira” foi uma designação dada por este pesquisador.

⁸³ Conforme percebe-se a partir da análise dos documentos encontrados no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, Henrique Carlos de Moraes, antes de qualquer coisa, à medida que surgia alguma dúvida sobre um determinado assunto, procurava cercar-se de um aparato documental e técnico. Buscava, também, a opinião de estudiosos no assunto, como no caso os professores da escola de Geologia de Porto Alegre.

⁸⁴ No Brasil, o Arquivo Nacional é a Instituição responsável por implantar e acompanhar uma política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.

[...] se bem considerarmos todas essas implicações dos arquivos, como ferramentas governamentais, como peças do patrimônio cultural, fontes para a revisitação do passado feita pelos historiadores e como registros de direitos e deveres e de memória dos cidadãos, nos damos conta de quanto os documentos arquivísticos estão profundamente inseridos naquilo que chamamos sociedade (BELLOTTO: 2002, p. 170).

De outra parte, segundo norma jurídica, a manutenção dos arquivos e dos documentos de ordem oficial é de responsabilidade do poder público, devendo o mesmo zelar pela sua integridade. Como bem descreve Schellenberg (2004, p. 30-33), os motivos que levaram os governos da França, Estados Unidos e Inglaterra a instituir uma política incisiva de arquivos são de quatro ordens: o primeiro motivo faz referência ao fato de agilizar a eficiência do Estado com relação à administração pública; o segundo diz respeito aos princípios culturais imbricados nos arquivos, pois se constituem como fontes para se entender as atividades governamentais; o terceiro, mais relacionado ao contexto revolucionário francês de 1789, objetivou alicerçar a criação de uma nova sociedade em contraposição ao declínio do sistema feudal; o quarto motivo foi em decorrência da oficialidade dos documentos, ou seja, os mesmos constituem-se como fontes de informação e um instrumento a ser utilizado pela administração pública.

Atualmente o Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense é composto por vários fundos documentais. Esses fundos dividem-se em privados e públicos. Os fundos de caráter privado estão dispostos a partir da seguinte organização: Alberto Coelho da Cunha (ACC), Alfredo Ferreira Rodrigues (AFR), Álbuns e Periódicos (AP), Bens Imóveis e Colonização (BIC), Biblioteca Pública Pelotense (BPP), Bernardo Taveira Júnior (BTJ), Diocese de Pelotas (DIO), Diversos (DIV), Empresas e Instituições Comerciais (EIC), Entidades (ENT), Escravidão (ESC), Família Mendonça Lima (FML), Família Osório (FO), Família Simões Lopes (FSL), Henrique Carlos de Moraes (HCM), João Nunes Saraiva (JSN), Lobo da Costa (LC) e Movimentos e Partidos Políticos (MPP). Os fundos de caráter público seguem a seguinte organização: Documentos Públicos Municipais (DPM), Império do Brasil (IMP), Documentos Públicos do Rio Grande do Sul (DPRS) e República do Brasil (RP). Todos esses fundos subdividem-se em séries, contudo, discriminar a totalidade das

séries disponíveis não seria pertinente ao propósito deste trabalho, tendo em vista o grande volume dos documentos.⁸⁵



Fig. 11. Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, 2009.⁸⁶
Fonte: foto do autor.

Os fundos do Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense constituem parte das ações desenvolvidas por Henrique Carlos de Moraes durante seu período de trabalho na Instituição. Sua organização original foi desfeita devido ao fato de não corresponder, primeiramente, aos anseios dos pesquisadores contemporâneos no trato com os materiais.⁸⁷ Da mesma parte,

⁸⁵ Essa organização consta no índice do Arquivo. Anexo 3.

⁸⁶ Como já observado anteriormente, o trabalho desenvolvido pela Profª. Drª. Beatriz Ana Loner estruturou o Arquivo na forma como se observa na imagem da figura 11. Boa parte dos documentos está armazenada em pastas de polionda. Os demais materiais foram encadernados com uma sobrecapa protetora para que os danos não comprometesse sua estrutura. Os documentos estão dispostos na forma horizontal e com empilhamento baixo, evitando qualquer tipo de compactação. A higienização é realizada continuamente para evitar o aparecimento de agentes biológicos de deterioração (como traças, cupins e brocas) e perdas decorrentes de fatores relacionados à umidade. O local para pesquisa é de fácil acesso, havendo duas mesas à disposição dos pesquisadores e interessados. Em virtude de o material do arquivo ser de volume relativamente pequeno, sua manutenção ocorre sem maiores problemas.

⁸⁷ Adequar uma prática pessoal de gestão de acervos pode, em alguns casos, confundir-se com os reais significados a que este arquivo se propõe, isto é, ser uma ferramenta de auxílio aos seus gestores e pesquisadores. Desenvolver um arquivo para que o mesmo possa servir de suporte à construção da memória de uma coletividade, com projetos de desenvolvimento e de relações humanas, passa pela implementação de práticas que visem simplificar e flexibilizar a busca por esses documentos. Para dar maior eficiência às rotinas de arquivamento, Henrique Carlos de Moraes procurava desqualificar a rigidez administrativa adequando os materiais às condições naturais do arquivo. São critérios para gestão de uma arquivo: simplicidade, para

entende-se a atual organização com o objetivo de dar agilidade às propostas de pesquisa.

A quase totalidade dos materiais encontrados nesse Arquivo possui seu suporte em papel, sendo que, esses documentos, segundo suas técnicas gráficas, podem ser classificados como sendo de origem manuscrita, datilografada ou impressa.

O tratamento recebido por este acervo consiste basicamente na retirada dos poluentes residuais, identificação de danos e inventário. Essas técnicas devem ser aplicadas constantemente, tendo em vista o fato da cidade não ter um ambiente próprio à conservação arquivística.⁸⁸ Pelotas reúne algumas das condições ambientais que são favoráveis ao aparecimento de patologias que danificam o papel, contribuindo assim, para que esses documentos entrem em contínuo processo de decomposição.⁸⁹ Apesar de ser uma cidade bastante úmida, dentro das salas destinadas ao armazenamento dos documentos de arquivo, é possível se ter um controle com relação à estabilidade do ambiente. Existem equipamentos específicos para controle de umidade e temperatura que podem ser usados com essa finalidade.⁹⁰

uma maior eficiência das rotinas de arquivamento; flexibilidade, para aprimorar a rotina administrativa adequando-se às condições “naturais” do arquivo e sua diversificação; controle, devendo o arquivo ser regido pelos seus gestores ou pessoas por eles designadas e devidamente orientadas prestando atenção à entrada e saída de documentos; acessibilidade a uma boa organização é condição indispensável para uma maior agilidade, rapidez e confiabilidade do material; segurança, limpeza e acondicionamento, os materiais devem localizar-se em local seguro, seco, limpo e livre da intervenção e infestação de agentes danosos. Sobre este tema ver: CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. São Paulo: Jorge Zahar, 2008; PEDRA, Adriano Sant'Ana. *Arquivos de Direito Público*. São Paulo: Método, 2007.

⁸⁸ Por meio do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), na Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2008, foi implantado o Curso de Arquivologia. A criação do curso visa suprir uma demanda na região, tendo como função básica qualificar profissionais para o trabalho em arquivos públicos e/ou privados.

⁸⁹ Os materiais em papel são extremamente perecíveis, logo exigem cuidados especiais. Nesse sentido, Ingrid Beck discorre a respeito da degradação dizendo que: “[...] o papel envelhece de acordo com os agentes agressores a que esteve sujeito [...] os altos graus de temperatura e umidade, agravados por oscilações bruscas aceleram, como já observamos, os processos químicos de envelhecimento do papel” (BECK: 1985, p. 11).

⁹⁰ Também por meio do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi criado em 2008, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis. O objetivo desse curso é formar profissionais com capacidade para planejar e implementar processos de conservação e restauração de bens culturais móveis. Sua ação busca enfatizar uma prática não dissociada de uma sólida base cultural, além do uso de metodologias de intervenção adequadas à realidade brasileira, sem deixar de respeitar as políticas que regulam a área e os conceitos vigentes já consolidados. Para mais detalhes ver: <http://conservacaoerestauro.wordpress.com>

2.3. Textos para divulgação científica ou simples *histórias* de um conservador de arquivos?

Uma das atividades a que Morais se dedicava era a produção e divulgação de textos, aos quais procurava atribuir um valor científico. Todavia, estes textos tinham por objetivo a simples divulgação das atividades do Museu da Biblioteca Pública Pelotense.

As histórias que serão descritas a seguir abrangem alguns dos significados que Morais atribuía a sua vida e ao seu trabalho. São episódios (selecionados por este pesquisador) que contemplam uma capacidade rememorativa por meio de objetos materiais, o que Ecléa Bosi chama de “objetos biográficos”. A experiência de vida do detentor desses objetos, e das histórias que os circundam, é incorporada em construções de mundo ancoradas na memória. Os objetos biográficos posicionam o sujeito no mundo, fortalecendo seus laços identitários. Segundo Ecléa Bosi, esses objetos

[...] envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante... Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador (BOSI: 2003, p. 26).

Morais vivia a partir de suas lembranças, um passado posto que evidenciava e representava as suas experiências. A memória fundamenta-se na expressão dos discursos referentes aos objetos do cotidiano, crivos emotivos defendidos com propriedade por aqueles que depositam ali suas lembranças pueris, como no caso da *biografia da rã*.

A primeira história a ser descrita faz referência à *biografia da rã*. O tema pode soar um tanto estranho devido à utilização do termo “biografia”. Mais estranho fica quando o termo designa uma rã como o objeto/sujeito a ser biografado. No entanto há a necessidade de uma breve explicação.

A primeira entrevista concedida por Sônia Maria Tavares Garcia a este pesquisador, em 22 de setembro de 2005, foi pautada por uma mistura de

sentimentos: emoção, felicidade, saudade, etc.⁹¹ Ela contou a este pesquisador uma história que fazia referência ao estudo que Morais realizou no intuito de entender a constituição biológica das rãs, porém o termo usado na entrevista foi biografia. De início, o termo biografia não se adequava à explanação que vinha sendo feita. Falava ela sobre o sistema respiratório, circulatório, etc. Assim relatou:

Ele escreveu um livro chamado *A biografia da rã*. Todo mundo achava ridículo aquilo ali [...] aquele livro foi comentado. Ele mesmo me contava que tinha gente por ai que fala daquele livrinho, que poderia ter escrito outra coisa. Foi escrever logo da rã.⁹²

Algum tempo depois, pesquisando nos documentos do Arquivo da Biblioteca, foi possível identificar com mais clareza o que as palavras de Sônia Garcia queriam dizer. O folheto intitulava-se *A biologia da rã* e não biografia.⁹³ Escrito em 1941 e, apesar de constituir-se a partir de uma perspectiva biológica propriamente dita, um tanto enigmático talvez, o panfleto não poderia tratar da questão da rã como um animal biografado.

No livro/panfleto (de apenas 8 páginas) *A biologia da rã*, os animais são apresentados minuciosamente, a contar de seus caracteres morfológicos e fisiológicos. Sendo um ser anfíbio, a rã é descrita desde a fase larval, sob a forma de girino, vivendo na água, até seu estágio adulto, já em terra. Todo seu processo evolutivo é comentado em particularidades, sendo a reprodução a fase mais fecunda da sistêmica descrição. Assim ele escreveu:

Os machos criam, nas mãos, no lugar correspondente ao dedo polegar, uma pronunciada calosidade, cuja função consiste em cavalgar a fêmea; esta devido a pressão mecânica do macho, começa a depositar os ovos sobre a superfície das águas, as quais o macho imediatamente fecunda.⁹⁴

Do período embrionário ao estágio adulto, Morais observou os traços da evolução orgânica e a admirável metamorfose pela qual a rã passa durante seu

⁹¹ Sônia Maria Tavares Garcia foi colega de trabalho de Henrique Carlos de Morais de 1974 até 1986.

⁹² Sônia Maria Tavares Garcia, entrevista realizada em 22 de setembro de 2005.

⁹³ O termo “biografia” surgiu a partir de um equívoco de Sônia Garcia durante a entrevista.

⁹⁴ *A biologia da rã*, panfleto editado em 1941 por Henrique Carlos de Morais.

período de vida. Outra colocação ressaltada faz referência a sua perícia na caça, ou seja, a captura de pequenos animais usando a língua. As imagens das figuras 12 e 13 mostram, respectivamente, a capa do panfleto e a radiografia de uma rã.



Figuras. 12 e 13. A biologia da rã – folheto, 1941.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

Tendo por hábito escrever notas biográficas sobre grandes personagens da história brasileira⁹⁵ e mundial, segundo as perspectivas mais tradicionais, colocar ou mesmo trocar o termo biologia por biografia faz uma diferença muito grande com relação ao significado de cada um deles. Todavia, nas perspectivas iniciais que se tinha com relação ao trabalho desenvolvido por Moraes, o termo biografia seria um tanto mais apropriado, causando uma surpresa menor. O enigma era somente o fato do(a) biografado(a) ser uma rã. Tudo acabou sendo esclarecido quando oportunizou-se a leitura do tão comentado livro, contudo restava ainda uma outra dúvida substancial: por que a rã?

⁹⁵ Alguns ilustres personagens da história brasileira podem aqui ser citados. São eles: General Osório, Lobo da Costa, Alexandre Cassiano do Nascimento, Aldo Locatelli, Bento Gonçalves, David Canabarro, Duque de Caxias, etc. Disponível na Pasta CDOV – A/HCM -012.

Sendo alguém que possuía uma inquietação crítica, Morais, desde a infância, com uma curiosidade diletante, aperfeiçoada à medida que se tornava adulto, orientou sua capacidade de viver o cotidiano da maneira mais plena a partir de coisas simples. Em matéria publicada no jornal Correio do Povo, de 23 de dezembro de 1979, aparecem algumas particularidades desta predileção:

Aos 7 anos de idade caçou e matou uma aranha caranguejeira para estudá-la. Seu pai que entrava na biblioteca no exato momento que o menino examinava o animal, tentou sair silenciosamente, mas Henrique percebeu-lhe o movimento silencioso e foi espiá-lo pelo buraco da fechadura. Neste exato momento o pai dizia a esposa: “venha ver o que teu filho está fazendo. O que será de nosso filho?” Algum tempo depois o próprio pai prognosticava seu futuro dizendo-lhe: “nunca darás para o comércio e a indústria. Serás um homem de gabinete”. E a partir daí Henrique foi incentivado pela família para continuar suas pesquisas e estudos que foram a marca de toda sua vida.⁹⁶

De outra parte, vale destacar que Morais colecionava objetos inusitados. Tinha por hábito guardar insetos e negociá-los com outros colecionadores. Para facilitar o trabalho, muitas vezes, esses insetos eram trocados via correspondência comum. Em carta recebida por ele, datada de 11 de fevereiro de 1940, lê-se o seguinte texto:⁹⁷

Meus cumprimentos a ti e dona Emma e todos os teus. Junto a presente, um “cascudinho”, que achei por aqui e por ser bonitinho lembrei-me logo em mandar-te. Não repare se, por acaso, for algum cascudo vagabundo, por que a intenção é boa. Henrique, conforme te comuniquei anteriormente, estou dedicando-me a colecionar pedras de toda a espécie, e já conto com certo número delas, como seja, mica, feldspato ágatah e, sobretudo alguns exemplares muito lindos de crystal rocha. Não imagina como é rica esta região em mineralogia. Se por acaso o amigo dispuser de algum catálogo dessa matéria, não esqueça o amigo, mesmo alguma pedrinha aí da princesa do sul, será para mim de grande valia.⁹⁸

Outra história importante, bastante referenciada por Morais nos documentos, diz respeito ao Engenho Filatório, uma máquina de fiar lã que

⁹⁶ Jornal Correio do Povo, 23 de dezembro de 1979.

⁹⁷ Não foi possível identificar o remetente da correspondência. A mesma está assinada de maneira ilegível.

⁹⁸ Correspondências recebidas. Disponível na pasta CDOV – A/HCM-008.

presumidamente teria sido inventada por um pelotense em 1833. Observando as páginas do jornal Diário Popular de Pelotas, de 15 de agosto de 1969, lê-se a seguinte notícia:

A PRIMEIRA MÁQUINA AUTOMÁTICA DE TECER TERIA FUNCIONADO EM PELOTAS - Talvez pertença a um pelotense e, por conseguinte a Pelotas, a invenção da primeira máquina automática para tecer lã batizada na época com a denominação de "Engenho Filatório". Segundo apurou o Sr. Henrique Carlos de Moraes, através da "História del Mundo", de J. Pijoan, máquina idêntica veio a surgir na Europa, a qual passou a ser chamada "Homem de Ferro" somente em 1834, quando aqui há um ano pelo menos já existia uma em funcionamento.⁹⁹

A documentação sobre o *Engenho Filatório* é relativamente grande. Anexo aos escritos encontra-se uma sacola, um "valioso testemunho", que supostamente teria sido tecida pela máquina. No entanto, outros materiais também estão disponíveis à consulta, como a cópia da ata da Câmara de Vereadores sobre a autenticidade do invento e uma cópia de um desenho feito à bico de pena da máquina. Em outro documento, Moraes escreve sobre a história do invento e a importância da conservação dos testemunhos do passado. Começa com as seguintes palavras:

A nossa gente, como se cumprisse uma determinação para realizar uma função histórica, guardou tudo, como podemos avaliar pelo que chegou até nós. Assim, para conhecer-se a história do Engenho Filatório, necessário é volver aos primitivos tempos da então Vila de São Francisco de Paula.¹⁰⁰

Uma petição feita por Luiz Pereira Leal, em 12 de outubro de 1833, ao poder legislativo da então Vila de São Francisco de Paula solicitou que uma comissão de vereadores atestasse a veracidade do seu invento, um engenho de fiar lã, batizado posteriormente de *Engenho Filatório*. Nos materiais do Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense encontram-se todos os documentos referentes à máquina. Segundo seus dados autobiográficos, Moraes era sobrinho neto de Luiz Pereira Leal. Cabe aqui uma pergunta: seria

⁹⁹ Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, pasta CDOV – A/HCM-014

¹⁰⁰ Engenho Filatório, maio de 1985. Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Disponível na pasta CDOV – A/HCM-003.

possível uma cidade como Pelotas, sem uma tradição industrial consolidada como Manchester ou Liverpool, ser pioneira com relação a tal invento?

A história e o processo de evolução das máquinas está ligado, em boa parte, à história da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra em meados do século XVIII. O desenvolvimento desses sistemas mecanizados propiciou ao homem uma acumulação de capitais nunca antes vista em toda sua história. As condições mais adequadas ao surgimento de um parque industrial teriam possibilitado à Inglaterra o pioneirismo com relação à revolução que mudou os rumos do capitalismo.¹⁰¹ Quais teriam sido os princípios motivadores que levaram Morais a se interessar pela constituição de um engenho de fiar lá? Sua importância histórica? O pioneirismo dos seus inventores?

Nesse sentido, o personagem incorpora uma narrativa essencialmente simbólica que lhe permitiu desenvolver um discurso bastante persuasivo e rememorativo. Para Morais os objetos eram veículos que projetavam uma extensa simbologia narrativa. Um objeto não seria simplesmente um objeto, ele era uma história a ser contada.

Dentre as várias peças de composição do acervo do Museu da Biblioteca Pública Pelotense, fazia parte o *Tijolo do Torres*. O material foi retirado da residência onde morou a Família Torres, situada na Rua Major Cícero, 201, supostamente, a casa mais antiga de Pelotas. Dentre as várias hipóteses que teriam motivado sua salvaguarda, além da destacada anteriormente, têm-se aquela que trata do tijolo como um fator de civilização.¹⁰² O tijolo tinha as seguintes dimensões: 33 cm de comprimento, 16 ½ cm de largura e 8 cm de altura, pesando aproximadamente 10 quilos. Estavam nele

¹⁰¹ Os processos de acumulação de riqueza são nítidos e, a partir das leis referentes ao uso das terras e das propriedades rurais, a agricultura passou a ser dominada por pessoas então ligadas aos grandes ciclos produtivos. Segundo Hobsbawm, a revolução industrial literalmente explodiu na metade do século XVIII, começando a crescente, rápida e ilimitada multiplicação dos sistemas produtivos, ligando, definitivamente, política e lucro. O processo de mecanização aumentou a produtividade, diminuindo consideravelmente os custos. Considerando o que diz este autor, é plausível afirmar que o acúmulo de capitais, a demanda de mercado e uma considerável tecnologia marítima foram fatores decisivos para tal evolução. É importante trazer suas palavras, pois se faz necessária uma explicação mais substanciada acerca da industrialização. São palavras dele: “[...] a Grã-Bretanha possuía uma industria admiravelmente ajustada à revolução industrial pioneira sob condições capitalistas e uma conjuntura econômica que permitia que se lançasse à industria algodoeira e à expansão comercial” (HOBSBAWM, 1997, pp. 49). Para mais detalhes ver: HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789 – 1848.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

¹⁰² O título *O tijolo como fator de civilização* foi usado por Henrique Carlos de Morais em artigo publicado no jornal Diário da Manhã de Pelotas em outubro de 1985.

gravadas três letras entrelaçadas: T.C.R. Presume-se que tais abreviaturas correspondam a marca do oleiro daquela recuada época. Um tijolo, uma peça de 150 anos, objeto de culto à memória correspondente ao espírito inventivo do homem. Não sendo um tijolo qualquer, a peça representou para além dos muros da lembrança, isto é, o testemunho do processo de edificação no centro urbano da cidade.

Outra curiosa história faz referência ao *Canhão da Cascata*. Tomando por base os registros¹⁰³ deixados por Morais, foi possível reconstruir a história do Canhão a partir de sua retirada do fundo do mar. Tudo se iniciou com a contratação do navio brasileiro de dragagem, chamado *Draga Brasil*, para executar obras no porto de Willemstad, capital da ilha de Curaçáo, no mar do Caribe (Antilhas Holandesas). Em 10 de abril de 1960, o maquinário de trabalho da *Draga Brasil* se deparou com um estranho objeto, um canhão de ferro fundido coberto de ferrugem. O canhão é içado para dentro do convés do navio enquanto seguem as obras. Terminado o trabalho, o navio desloca-se em direção à cidade de Rio Grande onde prestaria outro serviço de dragagem, agora no canal de acesso ao porto, nos molhes da barra. Após a tarefa ter sido concluída, a *Draga Brasil* se dirige para Pelotas, local onde acaba depositando o canhão.

Três anos se passaram e em princípios do mês de abril de 1963, o administrador do porto de Pelotas, o Sr. José Curwitz, comunicou a Morais, então representante do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em Pelotas, a existência, nos depósitos daquela unidade, de uma antiga peça de artilharia com grossa camada de ferrugem.¹⁰⁴ Morais solicitou que a peça fosse doada ao patrimônio histórico da cidade. Assim diz o termo de doação expedido pelo comandante do navio em 30 de abril de 1963.¹⁰⁵

Pelo presente documento, dô-o [sic] ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dos Estados Unidos do Brasil um velho canhão de ferro fundido, com 2,73 metros de comprimentos e

¹⁰³ O Canhão da Cascata. Disponível na pasta: CDOV – A/HCM-013.

¹⁰⁴ Jornal Diário Popular de 21 de julho de 1963. Disponível na pasta CDOV – A / HCM-013, Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

¹⁰⁵ O termo de doação encontra-se hoje, na sua íntegra, impresso na placa de identificação do canhão, no Largo Armando Lima, na Cascata.

13,5 centímetros de calibre, por mim encontrado nas proximidades do porto de Willemstad, ilha de Curaçao e colhido do fundo do mar pela “DRAGA BRASIL” sob meu comando, no dia 10 de abril de 1960.¹⁰⁶



Fig. 14. Canhão da Cascata, 2009.
Fonte: Foto do autor.

Legalmente detentor do Canhão, Morais conseguiu que o mesmo fosse restaurado (figura 15). A partir disso, uma longa jornada se desenrolou. Três anos separaram o início das restaurações e o seu assentamento. A questão, finalizado o restauro, passou a ser a fixação da peça. O local escolhido foi o largo Armando Lima, na região da Cascata.

A imagem da figura 15 mostra o Canhão da Cascata sendo preparado para a restauração nos galpões do porto de Pelotas.¹⁰⁷ Como se pode perceber, a restauração de uma peça deve ter caráter excepcional. No caso do Canhão, pelo fato de ter ficado muitos anos debaixo d’água, houve comprometimento de sua estrutura, havendo a necessidade de intervenção.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Disponível na pasta CDOV – A / HCM-013, Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

¹⁰⁷ Henrique aparece quase ao centro da foto, de chapéu e com as pernas flexionadas.

¹⁰⁸ Essa etapa deve evitarse, pois sempre em obras de restauro corre-se o risco de infligir no objeto algum dano. Em contrapartida, a preservação deve ser uma atividade permanente, tendo em vista a não intervenção direta na constituição física da peça. Isso vale para os documentos em papel também. Ver mais detalhes em: GONÇALVES, Cristine Souza. *Restauração arquitetônica e a experiência do SPAN em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2007.

Acreditando na inexistência de um local seguro para o assentamento, Morais opta pela Cascata,¹⁰⁹ talvez pelo fato de lá sua família possuir uma residência. Nenhuma hipótese pode ser descartada, tampouco as suas negativas. Seria esse o motivo de sua escolha? Por que tanto interesse em um Canhão? Por que fixá-lo em um local aparentemente descontextualizado e distante do centro da cidade?



Fig. 15. Canhão da Cascata, 1963.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

Também ganhou destaque no acervo do Museu o Sinete da República Rio-grandense (figura 16). Esse sinete era um carimbo onde constava o desenho do Brasão de Armas da República Riograndense. Com breves palavras, Morais deu significado ao que achava constituir a essência da tradição farroupilha. A história do Brasão personifica o seu caráter de gestor. O fragmento a seguir assim esclarece:

Por ocasião de uma das pesquisas que tenho realizado nesta cidade, visando à proteção de nosso Patrimônio Histórico, tive a satisfação de encontrar no arquivo particular do distinto conterrâneo Sr. Alberto Vieira Braga, um sinete de chumbo, ou liga de chumbo, com o emblema da malograda República Rio-Grandense.¹¹⁰

¹⁰⁹ A região da cascata fica a aproximadamente 25 km do centro de Pelotas. Constitui o 5º distrito.

¹¹⁰ "O sinete e o emblema da República Rio-Grandense 1835". Disponível na pasta CDOV – A / HCM-015, Arquivo Histórico da BPP.



Fig. 16 - Desenho do Brasão de Armas da República Riograndense.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

O que Morais chamou de o *Sinete da República Riograndense* foi um dos seus achados mais significativos como pesquisador e agente de proteção do patrimônio. A partir da análise do material e de seus dados autobiográficos, foi possível pensar a questão de o Sinete constituir-se como uma de suas maiores contribuições ao estudo da história do Rio Grande do Sul.

O Sinete apresenta as seguintes características: 1) a influência maçônica na composição do emblema e nas suas linhas geométricas, qualidades observadas no desenho da figura 16; 2) uma rede harmônica de representações, símbolos projetados de forma hierárquica e ritmada, com característica da maçonaria; 3) o desenho previamente concebido é garantia de conjunto, onde as redes são construídas tomando por base um determinado módulo de ação correlato.

O objeto compõe-se de uma peça de liga de chumbo de 4,5 milímetros de espessura e 40 gramas de peso, aproximadamente; e traz na sua face o emblema da República Riograndense.¹¹¹ O Selo (ou carimbo) era usado para autenticar os documentos da República e também para os despachos do então Ministro da Fazenda, o Sr. Domingos José de Almeida.¹¹²

Depois de muitos anos e pacientes buscas, Morais acabou por encontrar a prova que tanto procurava, pois, apesar de possuir o Sinete, não poderia

¹¹¹ Parecer do Sr. Francisco Lopes Gastal, Pelotas, 30 de maio de 1957. Disponível na pasta CDOV – A / HCM-015, Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

¹¹² Pelo fato do objeto ter chegado às mãos de Henrique Carlos de Moais por meio de doação feita ao Museu, reforça-se o fato de ele ser um depositário e catalisador da confiança dos moradores da cidade, dentro outras tantas perspectivas, na sua capacidade de zelar pela história e pelo passado.

dizer que era verdadeiro. O enigma começou a se desvendar em 1º de março de 1957, quando recebeu uma grande quantidade de documentos doados por Cássio Brutus de Almeida, neto de Domingos José de Almeida. Por entre essa miscelânea de papéis, estava o imprescindível testemunho para reconstituir a trajetória do *Carimbo da República*. Eram dois passaportes impressos e timbrados com desenho do Brasão de Armas da República Riograndense. Na face superior estavam os referendos do próprio Domingos José de Almeida, Ministro de Estado da República. Essa descoberta aferiu caráter de relíquia histórica ao *Selo de Armas*, passando a ser, a partir daquele momento, peça do museu e de grande valor. A partir dessas constatações, Morais começou a pensar na possibilidade de que a Assembléia Legislativa do Estado elaborasse um projeto de lei onde a finalidade seria redesenhar a bandeira do Rio Grande do Sul acordada em sua pureza original. Para isso enviou inúmeros ofícios, porém não foi atendido.

Atualmente este Sinete encontra-se exposto no Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, dentro de sua nova reformulação. Segundo Sônia Maria Tavares Garcia,¹¹³ o *Selo de Armas* era a peça preferida de Morais. O desenho do sinete foi usado como timbre na face superior esquerda dos papéis do Museu por mais de 20 anos. Este desenho testemunha a relevância que, como Conservador do Patrimônio Histórico, Morais atribuiu ao Brasão de Armas da República Riograndense.

Com uma freqüência quase que semanal, Morais escrevia textos para os principais jornais da cidade.¹¹⁴ Seus trabalhos contavam algumas

¹¹³ Sônia Maria Tavares Garcia, entrevista realizada em 22 de setembro de 2005.

¹¹⁴ Os artigos que seguem constituem parte do que consta no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Esses artigos foram publicados nos jornais da cidade de Pelotas (Diário Popular e Diário da Manhã), estão disponíveis nas pastas: CDOV – A / HCM-001, CDOV – A / HCM-002, CDOV – A / HCM-003, CDOV – A / HCM-004 e CDOV – A / HCM-005. Por uma economia de espaço no corpo do texto, para efeitos ilustrativos, os mesmos foram descritos aqui em pequena parcela. A íntegra do conteúdo deste índice encontra-se em anexo. São os artigos (Apenas manchete e ano): Adorno labial, 1983; Aeroplano, 1965; um anfíbio que veio confirmara teoria dos deslocamentos continentais, 1968; Ânfora Romana, 1985; As aranhas, 1940; Aranhas aeronáuticas, 1967; Um arquiteto pelotense na África, 1984; As aves cantam, por que?, 1965; azulejos, 1984; Banco fossilífero do Fragata, 1962; Barragem do Santa Bárbara, 1965; Bate-bico, 1983; O Brasil no Triássico, 1964; Brejos de água doce, 1983; Os cactos, 1983; Câmara secreta, 1983; Campos do São Gonçalo; Capitulação do Campo de Taborda, 1951; Carta de Garibaldi, 1984; Casas fortes, 1976; Cem anos do Obelisco Republicano, 1985; Os chamados fósseis vivos, 1983; Charrua e minuano, 1983; Cheia de 1942, 1961; Clube Comercial, 1981; Comunicações postais na província, 1984; A cor das flores, 1975; Curtumes em Pelotas, 1981; Decoração da cidade em 1848, 1983; Dente fóssil na baixada do RS, 1962; Diabos loiros, 1965; Encontrado num sambaqui uma pedra de amolar,

particularidades históricas de Pelotas. Sobre o início da iluminação pública, escreveu o artigo intitulado *Pelotas e seus lampiões de azeite*¹¹⁵, uma pequenina história que, por sua vez, deveria (e merecia) ser contada.

Em outro artigo, denominado *O Primeiro documento registrado na Câmara Municipal de 1832*,¹¹⁶ trata dos primeiros registros da época em que viviam os pioneiros da indústria saladeril na então Vila de São Francisco de Paula. Por outro lado, muitas vezes esses artigos diziam respeito a coisas simples do cotidiano, facetas, até mesmo, inusitadas. A *União do solo* reconhecia a conexão entre os inúmeros animais frente ao beneficiamento do solo. O artigo fala sobre a união entre fungos, saúvas e minhocas refletindo no equilíbrio da natureza. Escreveu, também, sobre os *Peixes que morrem afogados*,¹¹⁷ dizendo se tratar de curiosos seres, animais de composição grotesca, cabeça e boca semelhante as da rã; olhos grandes, arredondados e salientes que giravam em torno da cabeça possibilitando uma visão panorâmica. Viviam em terrenos pantanosos da Malásia e da Austrália.

1966; Equinodermas, 1983; Esponja de água doce, 1983; Estrada de ferro Rio Grande-Bagé, 1984; Existem violinos Estradivários no Brasil?, 1973; Exposição farroupilha, 1963; Fazenda da palma, 1982; Figurinhas de barro cozido, 1984; O fim do Seival, 1985; Foi doada ao museu a farda de Deodoro, 1972; Formação das jazidas carboníferas, 1964; Fungos entomófagos, 1940; Glyptdon, 1983; A guerra contra Rosas, 1951; A história se repete, 1984; Identificação de nossos cetáceos, 1983; O introdutor do pardal no Brasil, 1983; Irmãs franciscanas, 1984; Linguagem do leque, 1975; Livro do tombo, 1981; Machado de cerimônia, 1959; Os maiorais da independência, 1951; Os mares (ecologia), 1971; Mergulhão, 1941; Missões, 1973; A mosca das frutas, 1934; Museus escolares, 1934; O nível, 1982; Nossa Senhora do Desterro, 1984; Notas ornitológicas, 1984; Um ofício útil, 1984; Órgão sonoro da cascavel, 1983; A ostra na alimentação, 1940; Um ovo de dinossauro, s/data; Páginas esquecidas, 1976; Uma peça de cunho sexual, 1962; Peixes peçonhentos, 1940; Peixes que morrem afogados, 1939; Petrobrás no município vizinho, 1960; Peyote, 1984; O povo mineiro, 1962; Pesquisas sobre o pólen, 1976; Primeiro formulário de medicina caseira, 1970; O primeiro titular de Pelotas, 1976; Princesa do Sul, 1984; Que é maré vermelha, 1981; Rainha da Fronteira, 1955; Reconhecimento ao colono, 1970; Reconstrução da colonização pré-histórica, 1961; Recordar é viver, 1982; Relíquias da Guerra do Paraguai, 1982; Remanescentes da Preguiça Terrestre, 1965; Rio Grande de São Pedro, 1984; Rosas, 1984; Roteiro Missionário, 1967; Sambaquianas, 1950; Sede do governo da província em Pelotas, 1958; Sedimentos limosos do oriente, 1964; Servindo ao país no campo da museologia, 1983; O Sinete da república Rio Grandense, 1984; Sítios arqueológicos do litoral, 1962; Sociedade Ornitológica, 1978; Solar da Cascata, 1974; Tamanduá Bandeira, 1984; Teatro 7 de abril, 1958; Termômetro Krentel, s/data; Terra viva, 1983; Torre do mercado, 1964; Toxodonte, 1983; União do solo, 1983; Valiosos objetos doados ao museu da biblioteca, 1967; O valor nutritivo das frutas, 1986; O tijolo como fator de civilização, 1972; Os vegetais, 1941; Xavier dos pássaros, 1940; Cardeal, 1943; Lampreia, 1944; Martim Pescador, 1937; etc.

¹¹⁵ Pelotas e seus lampiões de azeite. Artigo para o jornal Diário da Manhã. Pelotas, maio de 1970. Disponível na pasta: CDOV – A / HCM-004.

¹¹⁶ O Primeiro documento registrado na Câmara Municipal de 1832. Artigo para o jornal Diário Popular. Sem data. Disponível na pasta CDOV – A / HCM-004.

¹¹⁷ Jornal Diário da Manhã de Pelotas. Disponível na pasta: CDOV – A / HCM-004, Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

Os títulos curiosos e chamativos e os conteúdos surpreendentes eram apenas uma opção de escrita e uma maneira (a sua maneira particular) de dar importância e atribuir significado às coisas que faziam parte de sua vida. No caso específico desses dois assuntos, os peixes e as rãs, tratavam-se de referências de sua vida enquanto criança. Morando no meio rural, Morais tinha prazer em mexer com pequenos animais, insetos, pedras e plantas.

Não restrito a esse gênero peculiar, escreveu, também, *As Relíquias da Guerra do Paraguai*,¹¹⁸ trabalho que fazia referência à pistola usada por Bento Gonçalves e à lança que abateu Solano Lopes em 1º de março de 1870. Tanto nos seus escritos sobre biologia quanto sobre fatos históricos, Morais dava destaque aos particularismos dos objetos, algo que, em uma abordagem mais ampla, pareceria um detalhe específico, o que se supõe ser uma inclinação a compor relicários. Exemplos disso são a franja do ponche do Zeca Neto,¹¹⁹ do qual dizia se tratar de esplendoroso registro da história da cidade de Pelotas¹²⁰ e os estilhaços dos vitrais do mercado público na ocasião de um incêndio, em setembro de 1969.¹²¹ Dentre outros, esses são dois exemplos expressivos do modo como buscava atribuir significado a detalhes: um pequeno fio de tecido pelo qual pretendia em seu discurso imortalizar Zeca Neto e reconstruir um passado através de pedaços.

2.4. O Obelisco Republicano e a legislação de Pelotas sobre patrimônio.

Como pensar uma política de preservação dos vestígios do passado escapando dos termos que muitas vezes balizam esse debate, tais como a valorização nostálgica de um tempo perdido, a sua promoção entusiasmada

¹¹⁸ Jornal Diário da Manhã de Pelotas em 15 de maio de 1983.

¹¹⁹ Zeca Neto foi um dos líderes maragatos da Revolução Federalista de 1923 no Rio Grande do Sul. Em luta contra os chimangos de Borges de Medeiros, manteve a cidade de Pelotas sob seu domínio com grande apoio popular durante uma tomada no mesmo ano de 1923. O movimento revolucionário deu-se em função da violência e fraude das eleições que acabaram novamente Borges de Medeiros no governo do Estado. Para mais detalhes ver: CALDAS, Pedro Henrique. **Zeca Netto e a conquista de Pelotas.** 2º edição. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

¹²⁰ Disponível em: Pasta CDOV – A / FML-001, Arquivo Histórico da BPP.

¹²¹ “Vitrais do Mercado.” Disponível na Pasta CDOV – A/HCM-005, Arquivo Histórico da BPP.

quando convertido em bem de consumo, a celebração do mercado dos seus vestígios ou a valorização do mesmo, como fonte para o turismo? É possível que sem contemplar, em alguma medida, um ou mais desses aspectos, o pensamento perca o seu objetivo, perca a razão do esforço que demanda. Mas na história das políticas de preservação há muito que contar. Para esses relatos, os aspectos da objetivação são desnecessários.

Patrimônio, história e memória são temas que atualmente ocupam lugar de destaque na cena cotidiana da cidade de Pelotas. Outros assuntos pertinentes, como restauração, arquitetura e preservação, têm constituído um importante campo de trabalho, sendo (a cidade) um centro de iniciativas, ações e projetos que têm como eixo as discussões sobre memória e patrimônio, em suas diferentes formas de abordagem.¹²²

O primeiro monumento tombado em Pelotas foi o Obelisco Republicano Domingos José de Almeida. A leitura que se fez a respeito desse monumento é importante, tendo em vista o fato de ele representar o início de uma efetiva intenção política de patrimonialização no que tange às edificações e monumentos existentes na cidade. A partir dele são iniciados todos os outros processos de tombamento.

Segundo registro de inventário elaborado na ocasião da inserção do monumento no Livro do Tombo Histórico do DPHAN, em 1955, feito pelo próprio Morais, o monumento, então denominado Obelisco Republicano Domingos José de Almeida,¹²³ é constituído de um obelisco de alvenaria de aproximadamente 9 metros de altura sobre uma base de 2 metros. Na face principal existem duas placas de bronze, sendo a primeira delas com a seguinte inscrição: “Os republicanos de Pelotas recomendam aos viandantes a memória de Domingos José de Almeida – 20 de setembro de 1884”; a inscrição

¹²² Um aspecto importante que vai fazer Pelotas avançar na defesa de seu patrimônio, sendo definitivamente inserida no percurso da preservação no Brasil, diz respeito ao programa Monumenta do Ministério da Cultura. O Monumenta é um programa de revitalização e recuperação do patrimônio cultural brasileiro e dos seus sítios urbanos. Despertando o interesse da população pelas questões patrimoniais, esse programa contempla e qualifica os anseios daqueles que se preocupam com a história da cidade. As investidas do Monumenta em Pelotas devem-se à instituição do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), concebido em 1991 através da Lei 8313, também conhecida como Lei Federal de Incentivo à Cultura ou Lei Rouanet. Pelas iniciativas do programa Monumenta, e também por uma intensa e substancial prática legislativa orgânica, pode-se dizer que hoje Pelotas está inserida na trajetória da preservação do Brasil.

¹²³ Inscrito no Livro Histórico em 14 de dezembro de 1955. Número da inscrição – 313. Número do processo - 0531-T-55

da segunda placa trata do seguinte tema: “Homenagem da Sociedade Agrícola de Pelotas e da Liga de Defesa Nacional no centenário da pacificação Farroupilha 3/3/1845 – 3/3/1945”.¹²⁴ Encontra-se, também, em destaque sob a forma de relevo, o escudo de armas da República Riograndense; na parte posterior estão destacadas as seguintes datas: “Novembro de 1855”¹²⁵ e “Março de 1856”;¹²⁶ do lado direito: “6 de novembro de 1836”¹²⁷ e “Rio Grande do Sul – 1835”;¹²⁸ do lado esquerdo: “Minas Gerais – 1797”¹²⁹ e “15 de outubro de 1822”.¹³⁰

Conhecido também pelo nome de *Obelisco do Areal*, o monumento foi erguido em homenagem à memória de um mineiro que fora adotado e acolhido pelos pelotenses. Estando localizado nas terras onde originalmente situava-se a Charqueada de Domingos José de Almeida, hoje dá nome à avenida que o circunda. Como Ministro da República Riograndense, Domingos José de Almeida destacou-se pela participação efetiva na elaboração da Carta Constitucional da República, implantada no Rio Grande do Sul em 1836.

O processo de tombamento do Obelisco foi encaminhado por Morais em 1955, ano que marca a inscrição do primeiro bem tombado na cidade. A notícia do jornal *Diário Popular* assim reconheceu a importância com relação ao tombamento desse monumento:

O Senhor Henrique Carlos de Morais, perito em Belas Artes, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, oficiou ao prefeito municipal, Sr. Adolfo Fetter, comunicando-lhe ter recebido do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor geral do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o seguinte telegrama: “HENRIQUE CARLOS DE MORAIS – PELOTAS – COMUNICO-VOS QUE O OBELISCO DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA FOI INSCRITO NO LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. SAUDAÇÕES RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE, DIRETOR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL”.

O monumento em apreço foi erigido no ano de 1884 e inaugurado em 10 de abril de 1885, por iniciativa do Dr. Álvaro

¹²⁴ Essa placa não está no obelisco, pois foi roubada.

¹²⁵ Epidemia de *Cólera Morbús* em Pelotas.

¹²⁶ Domingos José de Almeida funda um hospital para as vítimas da *Cólera Morbús*.

¹²⁷ Data da batalha que culminou com a proclamação da República Riograndense e também a escolha de Domingos José de Almeida como o quarto nome na lista da vice-presidência.

¹²⁸ Ano de início da Revolução Farroupilha.

¹²⁹ Ano de nascimento de Domingos José de Almeida, em Minas Gerais.

¹³⁰ Data em que os pelotenses, por iniciativa de Domingos José de Almeida, comemoram a independência do Brasil.

Chaves, em pleno regime monárquico, e é o único em todo o país, consagrado aos ideais republicanos¹³¹.



Fig. 17. Obelisco Republicano Domingos José de Almeida, 2008.
Fonte: Foto do autor.

Morais entendia o Obelisco não somente como uma construção antiga, mas como um objeto (documento) que exaltava o ideário republicano na cidade de Pelotas. Talvez seja possível dizer que esse Obelisco é um dos únicos (senão o único) monumentos, no Brasil, publicamente erguido em homenagem ao ideal republicano durante o regime monárquico. É um obelisco consagrado à memória de Domingos José de Almeida, votado pelos republicanos da cidade de Pelotas em setembro de 1884 e inaugurado em abril de 1885 pelo Partido Republicano de Pelotas, no ano em que a Revolução Farroupilha completava 50 anos.¹³²

¹³¹ Texto extraído do Jornal Diário Popular, de 08 de janeiro de 1956.

¹³² Notas referendadas por Henrique Carlos de Morais (Pasta CDOV – A/ HCM-028) e Jornal Diário Popular de 08 de janeiro de 1956.

A imagem da figura 18 mostra uma parte do material que foi organizado por Morais com a finalidade de servir de suporte à pesquisa. Da esquerda para a direita tem-se uma ilustração de Domingos José de Almeida, logo em seguida uma fotografia da base do Obelisco, onde é destacado o gradil destruído que cerca o monumento; depois se vê um desenho feito pelo próprio Morais em que é representado a base do Obelisco; a quarta imagem mostra o Brasão da República Riograndense na parte frontal; e a última imagem apresenta o Obelisco em um plano mais distante. Nesta mesma pasta encontram-se vários negativos onde aparece o Obelisco em outros ângulos.¹³³



Fig. 18. Imagens feitas e organizadas por Henrique Carlos de Morais.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

As ações realizadas por Morais na salvaguarda do patrimônio em Pelotas poderiam, até mesmo, ser entendidas de maneira um tanto isolada, pois não havia ainda a consolidação de uma legislação e de uma política preservacionista na cidade. A legislação orgânica, subsequente ao tombamento do obelisco, pode ser considerada herdeira do trabalho realizado a partir dos anos 1940, quando Morais foi nomeado para o cargo de conservador do MEC.¹³⁴ Necessariamente, ações públicas de salvaguarda de

¹³³ Material disponível na pasta CDOV – A/HCM 011.

¹³⁴ Em finais dos anos 1970 iniciam-se as tentativas do poder público municipal em fazer valer a preservação do seu patrimônio histórico. No ano de 1978 houve um encontro em Pelotas para discutir as questões que permeavam a constituição do seu patrimônio e as políticas de preservação. Esse encontro possibilitou a elaboração de um documento chamado Carta de Pelotas. Sobre a Carta de Pelotas, Renato Duro Dias diz que é possível “afirmar que a Carta

bens patrimoniais necessitam de respaldo junto ao corpo social para que sejam efetivadas com sucesso. Contudo, a idéia que perpassa o início da sua inserção no percurso da idéia de patrimonialização, pode ser remetida ao ano de 1955, quando Morais, como agente credenciado pelo MEC e responsável por desenvolver em Pelotas a salvaguarda do patrimônio, insere o Obelisco Republicano Domingos José de Almeida no Livro do Tombo do DPHAN.

Concomitante ao que ocorria no restante do país, em Pelotas discutiam-se políticas de preservação do patrimônio histórico, desenvolvendo-se, também, um pensamento comparado e atrelado aos grandes centros urbanos, onde o debate frente a estas políticas estava extremamente avançado. Por outro lado, a noção social de institucionalização e preservação do patrimônio, referenciada por meio das Cartas Patrimoniais, como a de Atenas, por exemplo, que deu sustentação teórica à inclusão do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade Ouro Preto, declarado como monumento nacional em 1933 e posteriormente tombado em 1938, repercutirá também em Pelotas. As Cartas Patrimoniais fundamentaram a política patrimonial no Brasil, sendo a cidade de Pelotas um lócus que absorverá o advento dessas políticas. A história do desenvolvimento da idéia de preservação na cidade tem Morais como um dos seus protagonistas, podendo-se ver, por meio de suas atividades, a tentativa de implementação do que estava sendo discutido em âmbito nacional, apesar de suas limitações teóricas.

A partir dos anos 1980, Morais começa a retirar-se paulatinamente do cenário efetivo de proteção ao patrimônio em função de sua idade avançada.¹³⁵

de Pelotas é uma referência, a partir dela o Poder Público Municipal de Pelotas mobilizou seu aparato com o fim de rever o seu conjunto normativo [...]” (DIAS: 2009, p. 20). Para mais detalhes ver: DIAS, Renato Duro. *Um olhar jurídico-multidisciplinar sobre a preservação do patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas*. Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: ICH-DHA-UFPel, 2009.

¹³⁵ De uma forma efetiva, é possível reportar o início das práticas legislativas de Pelotas (ou pelo menos o trabalho de cunho prático), referente à proteção do patrimônio histórico, à Lei 2565/80. Esta lei foi um dos desdobramentos da Carta de Pelotas de 1978. O texto institui o II Plano Diretor, objetivando, dentre outras tantas coisas, o desenvolvimento social e cultural da cidade. Apesar de ser uma legislação bastante específica, tratando de questões referentes ao planejamento urbano, com objetivo de promover a racionalização do espaço, o Art. 4º da presente lei definiu as metas do plano. Segundo o texto da lei, tem-se: a) distribuição racional das atividades e das densidades populacionais na área urbana; b) a estruturação do sistema viário urbano; c) a distribuição espacial adequada dos equipamentos sociais; d) controle e preservação da qualidade do meio-ambiente; e) a proteção do patrimônio histórico e cultural do município.

Nesta fase de transição, sua vida caracterizar-se-á por uma produção voltada para a divulgação (nos jornais de circulação diária da cidade – Diário Popular e Diário da Manhã) de textos com caráter pretensamente científico.

Capítulo 3 - Memória e finitude: Henrique Carlos de Moraes e o esquecimento entendido a partir dos silêncios e da percepção diante da perda e da morte.

3.1. Os (des)caminhos da memória

A memória constitui-se para muito além da simples faculdade de lembrar ou reter impressões cotidianas, informações e/ou idéias. Como uma construção mental abstrata, a memória se apresenta como uma fonte de estudo bastante expressiva. Recentemente, muitas pesquisas têm tomado a memória como substrato, postulando seu caráter interdisciplinar como objeto da História, da Sociologia, da Antropologia, da Museologia, entre outras disciplinas. Nesse sentido, o espaço do cotidiano ganha representatividade analítica, tendo em vista sua relevância para recuperar o passado. Nessa ótica, torna-se imperativo rever esses espaços e torná-los fonte de estudo. Pessoas e lugares são entrelaçados, pois o espaço, como lugar de coisas (ou das coisas), torna-se um sistema coletivo de imagens onde cada lugar possui uma história a ser contada.¹³⁶

¹³⁶ Dentro da tradição filosófica dos tempos remotos, relativa aos gregos substancialmente, a memória atendia às significações ligadas à imaginação, uma história projetada a partir das suas representações simbólicas. Para alguns cientistas e historiadores, a memória está ligada

Entender a formação da memória enquanto um processo de construção individual implica a aquisição de alguns conhecimentos concernentes à compreensão de alguns fenômenos biológicos, tais como aqueles que envolvem a percepção da informação pelos sentidos, sua decodificação e posterior armazenamento no cérebro.¹³⁷ Em *Memória* (2002), Izquierdo exemplifica essas questões dizendo que a informação ao ser processada e decodificada provoca no cérebro uma espécie de marca, sendo essas, mantidas a curto, médio e/ou longo prazo.

O armazenamento das informações no cérebro e sua posterior evocação são realizados por meio da experiência vivida pelo sujeito, de maneira que a memória vai depender do contexto ao qual ela está sendo formada.¹³⁸ À medida que a memória evolui ao longo dos anos de vida da pessoa, desde o nascimento até a morte, as estruturas cerebrais tendem a aprimorar-se. Os estados morfológicos responsáveis pela decodificação das lembranças possuem mecanismos de funcionamento extremamente complexos.

Saindo do campo biológico e entrando no terreno das Ciências Sociais, é possível dizer que a memória teve como um dos seus principais propulsores Maurice Halbwachs. Autor do livro *A memória coletiva*, Halbwachs lançou alguns dos mais importantes pilares à compreensão do comportamento social. O texto tornou-se leitura obrigatória para os pesquisadores dedicados às discussões conceituais no campo da memória coletiva. Em Halbwachs, a

à questão da imaginação como ato fundante de um passado ou como projeção do futuro. Ver detalhadamente em FINLEY, Moses I. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 2002.

¹³⁷ O cérebro humano, ao mesmo tempo em que armazena a informação, acaba traduzindo-a sob forma de experiências e imagens significantes. A memória, juntamente com os seus mecanismos de armazenamento, que até bem pouco tempo eram desconhecidos (de certa maneira ainda o são), funciona por meio de diferentes redes neurológicas encarregadas de funções específicas. Um dos grandes colaboradores, dedicado ao estudo da memória no sentido biomorfológico, é Ivan Izquierdo. Segundo o autor, as memórias podem ser classificadas de acordo com o seu tempo de duração, funções desempenhadas no cotidiano e o conteúdo referente a cada uma delas. Ver mais detalhes em IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: ARTMED, 2002, p19-33.

¹³⁸ O Hipocampo é a região do cérebro responsável pelo aprendizado, armazenando informações fundamentais das experiências cotidianas. Tem também o papel de codificar novas memórias e estabelecer cognições no pensamento. Ficando na parte mais central do cérebro, no lobo temporal, o hipocampo encontra-se menos exposto a lesões. Porém, uma vez afetada essa região, a capacidade de memorização e articulação do pensamento acaba sendo comprometida. Uma lesão não irá comprometer diretamente a capacidade de lembrar, todavia as maneiras que essas lembranças são evocadas.

memória é compreendida tendo como base a sociedade,¹³⁹ representando assim, correntes de pensamento e de experiência.

Entendendo a perspectiva de um passado que sobrevive, o que existe é sempre uma reconstrução desses eventos. Para o pensamento de Halbwachs ser entendido se faz necessário contextualizá-lo dentro de uma ótica na qual a memória foi tomada como substrato social. Segundo o próprio Halbwachs (1990), a memória é um fenômeno coletivo que tem por objetivo estabelecer elos entre os indivíduos do grupo a partir de seus passados coletivos comuns. Uma idéia que resume sua teoria consiste na memória individual sempre ser remetida a um conjunto de indivíduos, o que ele chamou de memória coletiva. Essa memória coletiva é um local onde as identidades sociais do grupo encontram apoio na reconstrução do passado. Mesmo assimilando que é o indivíduo o responsável pelas evocações, isto é, o que recorda, a memória coletiva vai tratar da questão de como esses fatos são lembrados dentro do grupo. Halbwachs vai dizer que é no seio da sociedade que o indivíduo constitui e localiza as suas memórias.¹⁴⁰

Por vezes, a memória coletiva pode ser encarada como constituinte e atrelada a um espaço de convivência onde imperam as necessidades e as sociabilidades do sujeito. Nesse aspecto, a linguagem demonstra-se como fundamental elemento para a formação dessas memórias. Os “lugares de memória” podem ser lugares de memória coletiva, isto é, um lócus onde a memória é socializada e usada como instrumento para impedir a desconstituição dos seres sociais. É, portanto, o espaço de onde a coletividade subtrai suas lembranças mais fecundas. Revela, por outra parte, uma memória projetada a partir dela própria, isto é, histórias individuais buscando elementos de afirmação junto à memória do grupo ao qual ela está inserida.

¹³⁹ Um dos méritos de Maurice Halbwachs reside no fato de ter escrito sobre a memória coletiva em uma época onde o pensamento acerca da constituição da memória era um fenômeno puramente individual e subjetivo. A memória coletiva, segundo esse aspecto, seria uma prática reflexiva de representações simbólicas, a partir das quais os indivíduos construiriam suas representações do passado sustentadas em estruturas coletivas. Ver SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: ANNABLUME, 2003, p 33-53.

¹⁴⁰ Os principais eixos das contribuições de Halbwachs sobre a memória são a constituição social da memória individual, a elaboração da memória coletiva nos grupos intermediários (família, etc), a desconstrução do passado a partir do presente “memória e trabalho”, a memória coletiva dos grupos e a memória individual como um ponto de vista da memória coletiva. Ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

Enquanto Halbwachs propõe uma sociologia da memória, Bergson surge como um filósofo da memória, um importante teórico que levantou questões sobre a memória e suas relações com o indivíduo. Em *Matéria e memória*, “afirma a realidade do espírito, a realidade da matéria, e procura determinar a relação entre eles sobre um exemplo preciso, o da memória.” (BERGSON: 1990, p. 01). Tem-se em Bergson um importante tratado no que tange às definições e construções científicas e filosóficas para se interpretar os problemas constituintes da memória. No prefácio do livro *Matéria e memória*, explica o objetivo principal a que se propõe, isto é, estabelecer uma relação do espírito com o corpo, onde a lembrança irá representar o ponto de interseção. A posição apresentada no livro utiliza alguns elementos de contraposição objetivando mostrar que a memória não é um mecanismo baseado simplesmente na recordação.¹⁴¹

Em dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Francisco Fuchs discute sobre a noção de virtualidade em Bergson. Segundo ele, na teoria de Bergson, “a intuição se define em oposição ao conhecimento analítico mediado por símbolos” (FUCHS: 1996, p. 11). Os conceitos de espírito e matéria não são exteriores um ao outro, tendo em vista a fecundidade de estudar-se o ponto onde se cruzam, denominados por Bergson de experiência. “Todos os fatos analisados por ele foram confrontados com a experiência do vivido, na fronteira entre o objetivo e o subjetivo” (FUCHS: 1996, p. 13).

Existe em Bergson uma preocupação com o sujeito na sua forma individual, imagética e simbólica. Bergson vai analisar o sujeito que lembra, vendo as maneiras pelas quais a memória nele se constitui. Bergson trabalha com a memória para muito além da simples questão do armazenamento. A percepção, diz Bergson, está encharcada de memória, sendo que a cultura somente se dá no plano do real. Nessa constituição perceptiva que as pessoas

¹⁴¹ Ecléa Bosi parte de alguns pressupostos bergsonianos para compor o livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. Neste livro, as histórias que envolvem seus personagens mostram que a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória dos velhos. É uma narrativa de homens e mulheres que possuem uma função social específica (lembra), tendo em vista o fato de não serem mais membros ativos da sociedade. Ecléa Bosi vai investigar a percepção, ou seja, como as imagens são percebidas pelo cérebro. Ver BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia da Letras, 2004, 43-53.

têm de suas próprias vidas, a memória não se encontra expressa em um tempo físico, mas sim no tempo vivido.¹⁴²

3.2. Sob as teias da lembrança

Lembrar de algo comovente, tanto sob a forma escrita quanto falada, ou ainda através de alguma imagem faz florescer dentro de cada pessoa um lirismo poético. A leitura de determinadas histórias (ou fenômenos históricos) faz com que os pesquisadores percebam algumas maneiras condensadas de escrita que encarnam a dor como um drama verdadeiramente sinuoso. A presente dissertação não objetiva apresentar Henrique Carlos de Moraes como produto desse tipo de escrita, mas destacar algumas ações e percepções diante das suas lembranças à medida que se aproximava do fim da vida.



Fig. 19. Festa de despedida de Henrique Carlos de Moraes.
Fonte: Sônia Maria Tavares Garcia. Arquivo pessoal.

¹⁴² Outro livro que a pesquisadora Ecléa Bosi traz para a análise da substância social da memória, à luz de Bergson, é o *Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Neste livro, a autora explora o campo da experiência pessoal a partir do cotidiano, referindo a história de cada indivíduo (a história de cada um). Para Bosi, as histórias se constroem ao longo da vida, a partir de imagens e sentimentos, significando o cotidiano constituindo um tempo vivido. Ver BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

A imagem da figura 19, em si mesma, não diz nada sobre o fim de sua vida. É possível que tenha sido seu último registro fotográfico dentro da Biblioteca Pública Pelotense. A consciência dispersa entre seus colegas acerca da proximidade de seu fim, despertou neles o desejo de fazer uma despedida, sendo o último adeus até que tudo terminasse.

No âmbito das ciências, apenas as ciências humanas se permitem enfrentar o desafio criativo de dramatizar uma história, levando às páginas cenas providas de uma estrutura narrativa, buscando com isto recriar contextos aparentemente “verdadeiros”. O que acontece é uma fusão, um ponto de encontro entre as várias linguagens que se cruzam nestas narrativas. Pensar a problemática da construção do sujeito e da finitude, por meio da leitura crítica de uma relação direta, passa pela leitura da *Retórica da Perda*, texto escrito por José Reginaldo Gonçalves. O livro trata das estruturas narrativas que concebem os ditos patrimônios culturais brasileiros, onde a ideologia da perda é utilizada pelos governantes para criar, pelo menos discursivamente, o patrimônio como bem cultural. O discurso da perda é organizado por meio do passado homogeneizado e também pelo inconsciente que habita coletivamente a nação, construindo assim uma alteridade sem limites. Segundo José Reginaldo Gonçalves:

As práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais estão associadas a narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento (GONÇALVES: 2002, p. 87).

As ressonâncias dessa idéia de perda, de desaparecimento, estão presentes na narrativa que Henrique Carlos de Moraes faz de sua vida. Não o simples tempo do relógio, mas o tempo onde cada objeto é alvo de um discurso pontual. A dimensão do tempo trabalhada em seus objetos é densa, sendo também eternizada na construção de significados. O espaço exterior às figuras revela, mesmo que parcialmente, a pureza da narrativa poética desses objetos. Não se deixando enclausurar em formatações, a continuidade da narrativa apresenta, em alguma medida, uma relação “romântica” que ele tinha com os arquivos. São palavras suas:

A minha formação de museólogo deu-se aos 20 dias do mês de abril de 1905, quando contava sete anos de idade recebia das mãos do meu saudoso pai numerosos testemunhos de um passado. Ao receber estas lembranças a minha satisfação foi enorme tanto assim que comecei a estudar a procedência e o valor histórico de cada peça.¹⁴³

A imagem da figura 20 e o texto subsequente fazem parte do mesmo documento, então presentes no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Ambos são complementos de uma das linhas desenvolvida nesta dissertação, ou seja, a finitude como sendo a morte e o verdadeiro fim das coisas. Pode ser essa uma idéia afirmativa ou apenas uma questão a ser discutida e pensada? A partir do texto e da imagem da figura 20, tornou-se possível, para este estudo, tecer algumas considerações sobre as relações entre memória, história e narrativa, pois a produção arquivística de Henrique Carlos de Moraes e os seus registros fotográficos pessoais constituem, por vezes, uma memória autobiográfica.¹⁴⁴ A imagem demonstra, de certa maneira, a valorização de um passado nostálgico e finito.



Fig. 20. Henrique Carlos de Moraes e Marina Cordeiro de Moraes.
Fonte: Arquivo da Biblioteca Pública Pelotense.

¹⁴³ "Minha formação de Museólogo". Documento datilografado e assinado por Henrique Carlos de Moraes. Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Pasta CDOV – A/ HCM-016.

¹⁴⁴ É necessário tomar certo cuidado tendo em vista que os arquivos de onde foram tiradas as informações pertinentes a biografia de Henrique Carlos de Moraes foram constituídos por ele próprio. Isso entraria no que teorizou Bourdieu sobre a "ilusão biográfica". Ver: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p183 -191.

Reminiscência de uma infância

Documento fotográfico.

Carnaval no Solar da Cascata, município de Pelotas 1905.

Nesta Fotografia, tirada pelo meu Pai aparecem os irmãos Marina Cordeiro de Morais (5 anos) e Henrique Carlos Cordeiro de Morais (7 anos). Marina fantasiada com roupagem típica de uma portuguesa de Minho. Henrique de gaúcho peleador, facão de 60 cm, chapéu de palha, botas de cano alto, posição de sentido, de lado, ofertando um ramalhete de amores perfeito! Interessante assinalar nesta fotografia que o gaúcho amoroso, na pressa de calçar as botas, enfiou os pés trocados.¹⁴⁵

Coincidência ou não, as datas referidas no texto de *Minha formação de museólogo* e na identificação da fotografia da figura 20 são muito próximas, isto é, respectivamente, 20 de abril de 1905 e carnaval (supostamente mês de fevereiro) do mesmo ano. É interessante destacar que o texto *Minha formação de Museólogo* foi escrito poucos meses antes de seu falecimento. Henrique Carlos de Morais morreu em 28 de agosto de 1986 e o documento data de 10 de junho do mesmo ano. O texto descreve em pormenores cada objeto, testemunhos históricos de épocas anteriores. Ressalta ainda o caráter de sua formação museológica, desenvolvida e dimensionada a partir de experiências pessoais na infância. Reconhecia nessa formação uma necessidade de inserção em diversas áreas do conhecimento. Para isso delineou alguns dos atributos que julgava pertinentes à formação em museologia, um estudo que poderia prescindir, pelo menos *a priori*, da academia.¹⁴⁶

O local de todas estas “experiências” foi a Biblioteca Pública Pelotense, instituição que amalgamou a sua multiplicidade de papéis. O dilema do que poderia ser feito com a documentação acumulada gerou desdobramentos importantes, nos quais Henrique Carlos de Morais foi o protagonista de um percurso singular onde se sucederam histórias curiosas e inusitadas. A

¹⁴⁵ Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Pasta CDOV – A/ HCM-016.

¹⁴⁶ A museologia brasileira terá como paradigma estrutural o Curso de Museus, criado na cidade do Rio de Janeiro em 1932. A criação desse curso tem relação direta com as necessidades apresentadas pelo Museu Histórico Nacional, criado por Gustavo Barroso em 1920, onde havia a incorporação de um discurso nacionalista e conservador. Para mais detalhes ver: SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *História, tempo e memória. Um estudo sobre os museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional*. Dissertação de Mestrado – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 1989.

Biblioteca revela e ao mesmo tempo encobre aquilo que é emblemático, tal qual uma metáfora. Do mesmo modo, é plausível entendê-la como depositária dos anseios de Henrique Carlos de Moraes. Público e privado se confundem quando se analisa o resultado do seu trabalho como defensor do patrimônio. Todavia, não uma confusão intencional, mas algo que fazia parte da atmosfera criada por um personagem que era fruto de uma concepção deficiente e incompleta acerca dos procedimentos para a preservação da memória e do patrimônio.

Objetivando preencher essas lacunas, o presente trabalho de pesquisa utilizou-se da história oral na perspectiva de uma engrenagem do tempo presente, sendo uma peça importante para se entender o funcionamento de um determinado conjunto de fatores que circundam a figura de Henrique Carlos de Moraes, servindo, até mesmo, para pensar sua narrativa como um discurso sobre o passado.¹⁴⁷ A memória, no presente caso, pode também ser interpretada como uma constante revisita ao passado a partir do seu lócus no presente, onde o sujeito é quem rememora. A narrativa oral, antes de mais nada, constitui-se como um discurso sobre o passado, devendo ser abordada como uma prática discursiva e não como uma verdade absoluta sobre determinado acontecimento. Assim sendo, essas “verdades” vão sendo constantemente reconstruídas e ressignificadas.

Foi por intermédio de Sônia Maria Tavares Garcia que este pesquisador conheceu o Sr. Francisco Carlos Couto de Moraes,¹⁴⁸ primo em segundo grau e afilhado de Henrique Carlos de Moraes. A entrevista, realizada em julho de 2008, foi pautada por uma nostalgia perfeitamente compreensível, um tropel de lembranças. Tomando por base as palavras deste afilhado, foi possível imaginar a percepção de Moraes acerca do final de sua vida. Assim explicitou o Sr. Francisco:

Quando o padrinho Henrique sentiu que ia falecer, mais ou menos um ano antes, não sei se sabia que estava doente, pelo menos não havia falado nada, começou a organizar suas

¹⁴⁷ Todas as entrevistas realizadas para a composição deste trabalho foram devidamente transcritas. Em anexo encontram-se duas que este pesquisador julgou de maior importância. Ambas foram feitas com Sônia Maria Tavares Garcia, respectivamente em 22 de setembro de 2005 e 25 de junho de 2008. Anexos 1 e 2.

¹⁴⁸ Francisco Carlos Couto de Moraes – entrevista realizada em 22 de julho de 2008.

coisas para deixar. Juntou uma série de documentos sobre ele e sobre a história da família, os trabalhos que tinha feito para os jornais e etc. Colocou tudo em um baú de madeira e levou para a Biblioteca Pública [...] levou para lá, pois achava que assim ficaria mais seguro.¹⁴⁹

Dentre outros tantos assuntos que surgiram no transcorrer da entrevista, um deles demonstrou relacionar-se intimamente às lembranças pueris de Henrique Carlos de Morais. O Sr. Francisco contou que o seu padrinho falava bastante na Cascata,¹⁵⁰ lugar onde a família possuía uma residência de veraneio. Segundo ele, o espaço era valorizado como um lugar de lembranças e de saudade.

O primeiro texto ao qual este pesquisador teve contato, fazendo referência ao Solar da Cascata, apresentou não simplesmente uma casa, contudo, um lugar vivo na memória daqueles que lá tiveram parte de sua história. Talvez não tenha sido possível transmitir ao presente trabalho o grau de eloquência com o qual Morais demonstrou o amor profundo que tinha pela região onde passou sua infância, de onde guardou lembranças que foram realmente fortes e expressivas. Sobre o significado de ter sua vida ligada ao *Solar*, assim escreveu:

A recordar o nome desta aprazível localidade situada nos últimos contrafortes da Serra da Buena, onde o criador reuniu tudo quanto há de belo, sente-se perto o que já de longe nos arrebatará? A magnífica paisagem [...]. Por mais longe que evoque a minha infância, o solar no seu silêncio fala, mostra bem, dum passado que o tempo não destruiu ao correr das estações do ano.¹⁵¹

No fragmento acima fica evidenciada a importância que o *Solar* teve na infância e na formação de Morais como indivíduo, razão pela qual era rememorado constantemente. Descreve uma pequena parte do passado, um pedaço de sua vida que não se esmaeceu sob os círculos do tempo.

¹⁴⁹ *Idem.*

¹⁵⁰ A Cascata é um distrito pertencente à cidade de Pelotas (5º distrito). É uma região que dista aproximadamente 25 km do centro da cidade, lugar onde o urbano e o rural se misturam. Nessa localidade a família de Henrique Carlos de Morais mantinha uma residência de campo, o que ele chamava de *o Saudoso Solar*.

¹⁵¹ Cascata, fevereiro de 1974. Disponível na pasta CDOV – A/HCM-005. Texto escrito por Henrique Carlos de Morais. Esse mesmo texto foi publicado no jornal *Diário da Manhã* de Pelotas em 08 de abril de 1984. Os problemas de pontuação presentes nesta e em outras citações constam nos documentos originais.

Recordando com simplicidade os momentos de sua infância, Morais procurou ultrapassar as fronteiras da poesia e da finitude. A Cascata representou um lugar marcado, onde a paisagem deixou reentrâncias impressas na sua memória, constituindo os sedimentos de uma vida cotidiana repleta de imagens e sentimentos. Estas memórias individualizam o olhar sobre o objeto, que neste caso é o Solar da Cascata. Após a leitura destes fragmentos, já não se pode inferir outras significações para este espaço de lembrança senão a de corresponder à memória viva.

A partir das múltiplas sensações evocadas pelas lembranças que tinha do Solar, este deixava de ser um simples local para contemplação, tornando-se um espaço para a tomada de consciência de si mesmo por parte de Morais. O Solar não sedia apenas uma história pertinente à coletividade pelotense, mas também recria, pelas lembranças e pelos escritos, a construção identitária de um indivíduo. Memória e paisagem encontram pontos de convergência a partir do olhar atento. A memória eternizou a paisagem pueril do Solar. Esses lugares guardam memórias que eternizam as lembranças. Em outra parte deste mesmo texto, Henrique Carlos de Morais acentua suas impressões sobre a infância.

Sentimos entre as ameias do terraço a fresca brisa daquela noite erma e calma cujo silêncio quase religioso é apenas interrompido pelo pulsar do coração dolorido e saudoso. Procuro ali recontar a história; as tradições do povo com suas superstições e encantos; procuro decifrar as inscrições lapidares da Água Santa e suas romarias; a pedra do bicho homem bem ao cume da serraria; o riacho em que o velho Córdoba, extraía há mão cheia pepitas de ouro; a mãe do ouro quando soa a noite sulca o céu iluminado a mataria virgem. Coletânea de lendas de cânticos tão simples e frescas de emoção em que o pai João Domingos comunicava que tinha nascido e medrado nas solidões da África.¹⁵²

Há uma diversidade de momentos que são fugidos com o passar do dia, constroem insuspeitadamente os hábitos e as suas contradições do já instituído cotidiano. A percepção se altera em determinados instantes, quando as banalidades hibridizam-se ao que é potencialmente interessante. É neste momento que se rompe com a pura sucessão de eventos, deixando o olhar

¹⁵² *Idem.*

sensível recriar o habitual, ampliar a percepção para sensações outras, significações novas para aquilo que é costumeiro.

Registrar estes momentos pela escrita é um dos meios para materializar um instante. Aqui, enquanto Henrique Carlos de Moraes narra sutilmente seus afetos pelo Solar, reconduz o cotidiano a um espaço sensível, provocando uma dobra naquilo que se faz diário. As imagens produzidas pelo passado são, ao mesmo tempo, uma espécie de diário e uma maneira que ele utiliza para registrar os momentos importantes de sua vida. Essas lembranças mantiveram abertas as portas da memória.¹⁵³



Fig. 21. Solar da Cascata, sem data.

Fonte: Fotos da coleção Marina Moraes Pires. Arquivo Fotográfico Histórico da UFPel. MALG/IAD/UFPel.

O Solar da Cascata, traduzido a partir de imagens, representou a preciosidade do tempo vivido, retratado em cada tijolo da construção. Nesse sentido, o *Solar* construiu um mapa expressivo da memória do lugar.¹⁵⁴ A

¹⁵³ Falar sobre memória, identidade e representação social no que tange as capacidades individuais dos espectadores não é tarefa das mais fáceis, e com freqüência, nessa situação podem se manifestar vícios recorrentes nos pesquisadores. A composição de uma narrativa fotográfica por meio de metáforas, no presente caso, diz respeito à coesão entre três “provocações” de intercâmbio, distintas e ao mesmo tempo interrelacionadas, isto é, imagem, discurso e subjetividade. Para mais detalhes ver: REZENDE, Maiquel Gonçalves de. Memória e convencimento: uma narrativa fotográfica por meio de metáforas. In: Francisca Ferreira Michelon; Francine Silveira Tavares. (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural.** 1 ed. Pelotas: Editora e gráfica da UFPel, 2008, v. 2, p. 200-210.

¹⁵⁴ *Idem.*

imagem da figura 21 representa o tempo em que Henrique Carlos de Moraes viveu. É muito provável que esta fotografia tenha sido feita por ele mesmo, tendo em vista seu apreço pelas imagens que representavam suas lembranças; na imagem da figura 22 consta uma imagem atual deste Solar feita por este pesquisador.



Fig. 22. Solar da Cascata, 2008
Fonte: Foto do autor

A representação fotográfica do cenário a qual as memórias pueris de Henrique Carlos de Moraes remetem, demonstra o afeto que ele tinha pela casa na qual passou sua infância, seus tempos áureos. A história desse lugar tem como narrador o próprio personagem. No fragmento a seguir é possível notar como Moraes percebia o Solar de uma forma poética e saudosista.

Debruçado ao dorso a Serraria com seus terraços a encherem-se de cicatrizes, cobrindo-se de musgo a saudade. Nesse anfiteatro que altos pícaros circundam e enfeitam o único testemunho mudo das crônicas antigas e nos descreverem as pompas de seus festejos, a sua vida social, sua cultura espiritual. Nesses vales profundos de águas límpidas e murmurantes regou a sementeira de heróis que deixaram gravadas nesse livro de pedras um poema em todos os recantos dessa região esplendorosa. Sonhando, ainda ele continuara contemplando os homens que aí, vão, com freqüência, render culto à saudade.¹⁵⁵

¹⁵⁵ Solar da Cascata. Cascata, março de 1951. Disponível na pasta CDOV – A/HCM 024.

Por estas palavras, é possível perceber que a saudade com relação aos tempos passados se fez como mensageira da lembrança. Na insistência por recordar os dias que se foram com a pressa do tempo, deixa, contudo, um infinito de recordações. Sendo assim, a vida passa a ser revelada sob a forma de palavras escritas.

No ano de 1975, por ocasião do centenário da construção do Solar da Cascata, reuniram-se os membros remanescentes da família Morais para que se fizesse um ato particular em memória dos fundadores e construtores da Casa. Juntaram-se os irmãos “Henrique Carlos Cordeiro de Morais, Rosina Cordeiro de Moras, Marina Cordeiro de Morais Pires e Dulce Cordeiro de Morais, numa manifestação de carinho, cultuando a memória dos saudosos e queridos fundadores”.¹⁵⁶ A leitura do texto sobre os 100 anos do Solar foi muito interessante, pois evidenciou a idéia do lugar constituir-se como um local destinado à lembrança. Este documento foi escrito em suporte de papel fotográfico. No centro encontra-se registrada a imagem de outro pedaço de papel (um manuscrito feito em papel quadriculado) descrevendo a cena, no momento em que se fazia um minuto pétreo de silêncio em respeito aos antepassados, algo como um registro de memória, o relato de um fato no qual os membros da família Morais assinaram seus nomes em uma espécie de ata. Acima deste registro fotográfico, Henrique Carlos de Morais transcreve (datilografando) o texto manuscrito, corroborando assim o que se descreveu no pedaço de papel quadriculado.

3.3. A simbiose através dos objetos e dos documentos.¹⁵⁷

A idéia de confusão público/privado, evidenciada por meio da simbiose entre Henrique Carlos de Morais e os arquivos da Biblioteca Pública Pelotense, norteou parte desta pesquisa. O histórico do Museu desta Instituição, antes apresentado, procurou explicar como se deu o envolvimento de Morais com o

¹⁵⁶ Solar da Cascata, 1975. Disponível na pasta CDOV – A/HCM 011.

¹⁵⁷ Esse tema foi trabalhado por este pesquisador em outro texto. Para isso ver: MICHELON, Francisca Ferreira; REZENDE, Maiquel Gonçalves de; PEZAT, Paulo Ricardo. *Fotografia e esquecimento: por que guardar, por que descartar? O caso de Henrique Carlos de Morais*. In: MICHELON, Francisca Ferreira e TAVARES, Francine Silveira (orgs). *Fotografia e Memória: ensaios*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2008.

mesmo e de que maneira tais atividades o absorveram. Não é objetivo da presente dissertação teorizar a respeito dos conceitos que envolvem o tema público/privado, mas demonstrar que houve, de certa maneira, uma espécie de relação simbiótica entre Henrique Carlos de Moraes e os arquivos por ele constituídos. Essa relação pode ser evidenciada de muitas maneiras como, por exemplo, o fato de levar à Biblioteca, para fazer parte do acervo do Museu, materiais que diziam respeito a sua vida particular, como fotografias, cartões postais, etc.

O Museu da Biblioteca Pública Pelotense adquiriu importância no decorrer do tempo devido ao fato de constituir-se como um local de guarda da história da cidade e do sul do Brasil. A obtenção e a organização do seu acervo processou-se de forma lenta, exclusivamente através de doações, dado o fato de que a Instituição nunca contou com recursos para a aquisição de objetos e documentos. Nos seus primeiros trinta anos de existência, o Museu teve um conjunto inexpressivo de objetos, fato que justificou um comportamento de desinteresse para com ele por parte das diretorias.

Com a entrada de Henrique Carlos de Moraes para a direção do Museu, a partir de 1940, este passou por uma remodelação. Os acervos formaram-se ao longo do tempo, devido, em grande parte, à confiança que Moraes despertava nos freqüentadores da Instituição e a sua capacidade de “convencimento”. Suas coleções se mantiveram até o presente e, apesar da conservação intuitiva que empregava, exemplares raros sobreviveram (e ainda sobrevivem). Por outro lado, ao mesmo tempo em que os acervos iam sendo formados por doações feitas à Biblioteca, Moraes levava continuamente para o Arquivo da Instituição inúmeros documentos de sua vida particular que foram sendo reunidos aos já existentes. O documento que está representado na imagem da figura 23 pertence à Biblioteca Pública Pelotense. Na foto estão Rosina mãe e Rosina filha,¹⁵⁸ mãe e irmã de Henrique Carlos de Moraes. Esta imagem está reproduzida em um catálogo fotográfico organizado por Francisca Ferreira Michelon e Anaizi Cruz Espírito Santo.¹⁵⁹

¹⁵⁸ MICHELON & ESPIRITO SANTO: 2000, p. 40 (BPP 0248). O texto “Rosina mãe e Rosina filha” encontra-se escrito no verso da fotografia.

¹⁵⁹ MICHELON, Francisca Ferreira & ESPIRITO SANTO, Anaizi Cruz (orgs). *Catálogo fotográfico – Séc. XIX/1930 - imagens da cidade: acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel: FAPERGS, 2000.



Fig. 23. Rosina mãe e Rosina filha.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

Conforme indica o trabalho realizado pelas pesquisadoras, essa fotografia pertence ao acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, no entanto fazia parte das recordações pessoais de Henrique Carlos de Moraes, uma fotografia de família. Isso comprova, em parte, a tese de que ele realizava com alguns objetos pessoais o mesmo procedimento que fazia com os documentos do Museu, ou seja, incorporá-los ao acervo.

Era um amálgama provisório que foi perpetuado graças ao desejo de eternidade inerente ao ser humano. A doença e a proximidade da morte mudaram a percepção que ele tinha do fato e desfez-se a aliança. Mas três décadas de simbiose geraram uma densa matéria que o seu esforço não logrou desfazer. No intuito da separação, o resultado foi um percurso que será apresentado nas próximas linhas, no qual o descarte de fotografias e outros materiais resultaram em perda.¹⁶⁰

Quando Henrique Carlos de Moraes deixa a Biblioteca, em março/abril de 1986, leva consigo uma considerável miscelânea de documentos. Dentre estes, havia fotografias, cartões postais, livros, cartas, materiais arqueológicos, etc. As pastas que testemunhavam o cotidiano de sua vida faziam parte do acervo

¹⁶⁰ As fotografias aqui tratadas, que foram descartadas, não fazem parte do mesmo conjunto ao qual faz parte a fotografia da imagem 23.

do Museu, pois como procedimento inerente ao seu trabalho, Morais as tinha incorporado ao acervo. Sabendo que a morte seria o fim inevitável, diz à esposa que, na ocasião de seu falecimento, os documentos deveriam voltar à Biblioteca. Após a morte, Emma Tillmamm (viúva) chamou Sônia Garcia para que a vontade de seu marido fosse feita. Porém, somente alguns documentos retornaram, os outros ficaram na casa. Os documentos restantes fariam, mais tarde, parte do memorial criado pela Secretaria Municipal de Educação de Pelotas. Quando perguntada sobre os motivos que levaram Henrique Carlos de Morais a juntar os seus testemunhos pessoais aos da Biblioteca, Sônia Garcia disse que, pelo fato de não ter tido filhos, ele achava que na Instituição os documentos ficariam guardados.¹⁶¹

De outra parte, a simbiose também pode ser vislumbrada no encontro de algumas fotografias extraviadas, dentre as quais as imagens das figuras 24, 25 e 26 são exemplares. Justamente essas e outras fotografias foram retiradas de uma fogueira quando, depois da morte de Henrique Carlos de Morais, os documentos haviam sido doados pela viúva à Secretaria de Educação do município de Pelotas para montagem de um museu/memorial.¹⁶² Após a troca de governo os materiais foram parar no Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. O descarte levou esses documentos para essa instituição da cidade, que não tendo encontrado localização para os mesmos no seu arquivo destinou-os ao lixo. Duas estudantes do Curso de História da UFPel, na época estagiárias na Casa, salvaram parte desses documentos do fogo e posteriormente entregaram-nos a este pesquisador que hoje os guarda, quando informadas do interesse do mesmo pelo personagem das fotografias.

¹⁶¹ Sônia Maria Tavares Garcia. Entrevista realizada em 1º de março de 2010.

¹⁶² A portaria que criou o Acervo Didático Henrique Carlos de Morais foi a de número 150/90. Por seu artigo primeiro estaria criado o Acervo Didático-Pedagógico Henrique Carlos de Morais, anexo ao Departamento de Ensino, e que teria a finalidade de oportunizar à comunidade o conhecimento e a valorização do material arqueológico que o constitui. O artigo segundo estabelecia a data de 14 de dezembro de 1990 para sua inauguração. Junto ao decreto de criação encontram-se alguns registros fotográficos dos materiais constituintes desse acervo. São fotografias em preto e branco feitas na época, onde aparecem desde urnas funerárias, animais empalhados, flechas, lanças, materiais da escravidão, livros, outros documentos em papel até ovos e materiais ósseos. Informações disponíveis na pasta CDOV – A/HCM - 029.



Fig. 24. Henrique Carlos de Morais.
Fonte: Acervo do pesquisador.



Fig. 25. Primas de Henrique Carlos de Morais e Emma Tillmam.
Fonte: Acervo do pesquisador.

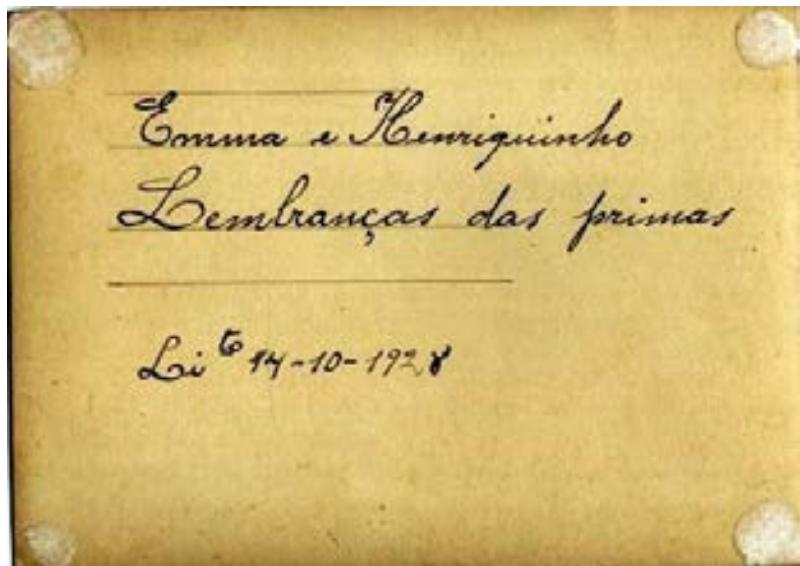


Fig. 26. Primas de Henrique Carlos de Moraes e Emma Tlmmam (verso da fotografia).
Fonte: Acervo do pesquisador.

Esse conjunto salvo foi um dos motivadores da reflexão aqui desenvolvida.¹⁶³ Nessas imagens, um instantâneo dele caminhando em uma das ruas da cidade, uma fotografia de suas primas na frente de um carro, além da dedicatória no verso do cartão, sinalizam o tamanho da intimidade que ele havia construído com esse arquivo e com a Instituição. Aos poucos se foi construindo uma narrativa com base na memória oficial depreendida a partir da seleção estabelecida por Moraes e pela qual se vislumbrou uma motivadora discussão sobre as práticas de conservação, valorização do patrimônio e da memória.

Existe, porém, a impossibilidade concreta de separação entre a memória e seu contexto social. O indivíduo detentor da memória ou, como diria Ecléa Bosi,¹⁶⁴ aquele que relembra, é produzido pelo seu invólucro. Então, há que se considerar a idéia de arquivos particulares constituídos em instituições públicas, mas no caso de Henrique Carlos de Moraes, embora essa possa ser uma constatação, o que se focou nesse estudo foi, também, buscar verificar como e porque parte das fotografias que constituíram esse acervo foram perdidas e se essa perda pode ser considerada como um descarte.

¹⁶³ O arquivo deste pesquisador compõe-se de 18 fotografias e 15 postais fotográficos doados para fins de pesquisa pelas professoras Leni Ditggen e Alessandra Martins.

¹⁶⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia da Letras, 2004, p. 73-77.

O caso do suposto descarte das fotografias de Henrique Carlos de Moraes suscita a reflexão sobre vários aspectos que envolvem a organização de acervos fotográficos.¹⁶⁵ Um desses, o primeiro a ser tratado, diz respeito à motivação que faz com que as pessoas guardem fotografias. No caso de Henrique Carlos de Moraes, as fotografias constituíam documentos que, segundo Sônia Garcia, para ele não eram da mesma importância que os documentos escritos e impressos ou que os objetos aos quais ele atribuía valor histórico. A depoente enfatizou, em entrevista realizada no dia 25 de julho de 2008, que Henrique Carlos de Moraes não gostava muito de fotografias. No entanto, no acervo fotográfico da Biblioteca Pública Pelotense, a parte mais expressiva do volume encontrado reúne as fotografias que estão carimbadas e assinadas por ele. Ressalta-se que no carimbo¹⁶⁶ consta o nome da instituição, motivo que permite concluir que o documento foi reconhecido por ele como fazendo parte do acervo da Biblioteca Pública Pelotense. E sobre esse carimbo é que Henrique Carlos de Moraes assinava. Se não houvesse interesse da parte dele pela fotografia, possivelmente, não teria se dedicado à guarda e registro desses exemplares.

Entretanto, conforme se soube e se constatou pelo volume do material que organizou, o procedimento regular que caracterizou sua ação como conservador foi não se desfazer de qualquer documento ou objeto. Sem um critério claro de constituição e de guarda de acervo, parece que tudo o que lhe chegou às mãos foi agregado ao conjunto que formava continuamente, sem característica dominante, portanto, sem tipologia definida. É possível que, para Moraes, a importância da fotografia residisse no fato de ser um objeto evocador de memória. Essa constatação, que pertence ao senso comum, funda-se na imediata relação da imagem fotográfica com a retomada de informações sobre um momento passado. Decorrente dessa consideração advém a atribuição do estatuto de documento à fotografia. Possivelmente a sua motivação para a guarda das fotografias era por considerá-las como documentos do passado.

¹⁶⁵ As fotografias se constituem como matérias bastante perecíveis, logo necessitam de cuidados especiais. Possuem uma complexa composição química que, por sua vez, precisa ser levada em consideração na ocasião do seu acondicionamento. Muitas coleções fotográficas têm seu material avariado devido às más condições a que foram submetidas quando da conservação preventiva. Para mais detalhes ver BURGI, Sérgio. *Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos: técnicas, métodos e materiais*. 2º ed. Rio de Janeiro: INFoto/Funarte, 1985.

¹⁶⁶ A reprodução deste carimbo encontra-se na imagem da figura 02.

Ele as organizou, esse dado é evidenciado na forma como foram identificadas através de carimbo, com anotações ou mesmo etiquetas coladas no verso, no qual, em datilografia, ou até de próprio punho, Morais registrava as informações que detinha sobre o conteúdo da imagem. De certa forma, houve um trabalho de guarda e organização que não pode ser dissociado da atribuição de valor aos objetos guardados e organizados. No entanto, o conjunto ao qual se refere esse trabalho apresenta outra característica. São fotografias pessoais. Pertenceriam ou não ao conjunto de documentos que existiam na Biblioteca Pública Pelotense como resultado do esforço de décadas que haviam encetado para reunir tantos e tão díspares objetos e documentos?

O curioso percurso dessas fotografias pode permitir que se aprofunde a reflexão sobre alguns dos aspectos que se deseja abordar no que diz respeito à guarda e descarte de documentos ou artefatos de significado histórico. A história contada por Sônia Garcia e confirmada por Francisco Carlos Couto de Morais¹⁶⁷ assegura que Henrique Carlos de Morais soube da doença que sofria no mínimo seis meses antes de sua morte. Um fim anunciado, senão com data segura, mas com prazo projetado. Seria esse o caso? Em hipótese afirmativa, a inevitável separação iniciava-se não por vontade, mas pela inevitabilidade da finitude humana. Diante disso, talvez ele tenha tomado a iniciativa de organizar o amplo volume de documentos que havia reunido ao longo de sua vida na Biblioteca. Talvez, nesse momento, tenha se concretizado a idéia para ele da fundação de um Museu ou um Memorial com o seu nome, a ser constituído fora da Instituição na qual trabalhara como voluntário por 53 anos. Essa poderia ter sido a razão pela qual, muito provavelmente, por necessidade imposta pelas limitações que surgiam em decorrência da doença, ele passou a colocar os documentos em pastas, levando-as para casa juntamente com alguns objetos.

Existiriam razões para, naquele momento, definir o que era seu e o que era da Biblioteca, e essas razões devem ter surgido a partir do instante em que constatou que a unidade era resultado de um procedimento seu, de uma forma de compor o espaço e a relação que as demais pessoas mantinham com a

¹⁶⁷ O pai do Sr. Francisco Carlos Couto de Morais era primo de Henrique Carlos de Morais.

Instituição através de sua pessoa. Talvez, quando tenha percebido essa realidade, a reação tenha vindo na tentativa de definir-se como um sujeito além dos limites da Biblioteca Pública Pelotense. Supõe-se que esse trabalho tenha sido árduo pela fragilidade crescente em que se encontrava a sua saúde e pelo volume do material com o qual foi se deparando.

O tempo foi passando, a morte chegou e a missão não pôde ser cumprida. Mas como a vontade de compor um memorial já havia sido comunicada a outros, um amigo, que naquele momento ocupava certo cargo público, buscou realizá-la. Foi assim que surgiu, temporariamente, uma exposição na qual objetos e documentos que se encontravam com a viúva passaram a ser exibidos na instituição presidida por aquele. As imagens das figuras 27 e 28 mostram um folder de divulgação do *Acervo Didático-Pedagógico de Henrique Carlos de Moraes*, projeto realizado por Luiz Magno D'Ávila Bonini, então Secretário de Educação do município de Pelotas.¹⁶⁸

Alguns anos após, no momento em que o amigo se afastou do cargo, a exposição chegou ao fim. A viúva já falecera. Todos os materiais expostos foram levados para o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. Sônia Garcia soube do translado e foi buscar no acervo desta Instituição aquilo que reconhecia como sendo da Biblioteca. O restante ficou à mercê do acaso e assim se perdeu. E o que não se perdeu foi reincorporado ao acervo da Biblioteca Pública Pelotense, tal qual anteriormente relatado.

O percurso descrito acima resume a história desses documentos por alguns anos. E, como algumas pessoas que participaram do fato ainda estão vivas, foi possível reconstituir-o para tentar compreender a curiosa situação dessas fotografias.

¹⁶⁸ Dentro do folder de divulgação do memorial encontra-se a seguinte descrição: "Professores! O gosto pela visitação freqüente a Museus, que é uma demonstração de cultura, forma-se de preferência na infância, por isso é tão importante a escola proporcionar aos alunos essa experiência. O „Acervo Didático-Pedagógico Henrique Carlos de Moraes", através da Arte Educação, desenvolve as atividades „Visitas Orientadas" e „O Acervo vai à Escola" que compõe a atividade „Integração Acervo/Escola e Comunidade". Para o atendimento de „O Acervo vai à Escola" os professores poderão marcar os horários através do telefone 25 52 69. A Secretaria Municipal de Educação junto com a equipe do acervo terá a satisfação de recebê-los e acompanhá-los no atendimento escolar. Luiz Magno D'Ávila Bonini, Secretário Municipal de Educação, dezembro de 1990".

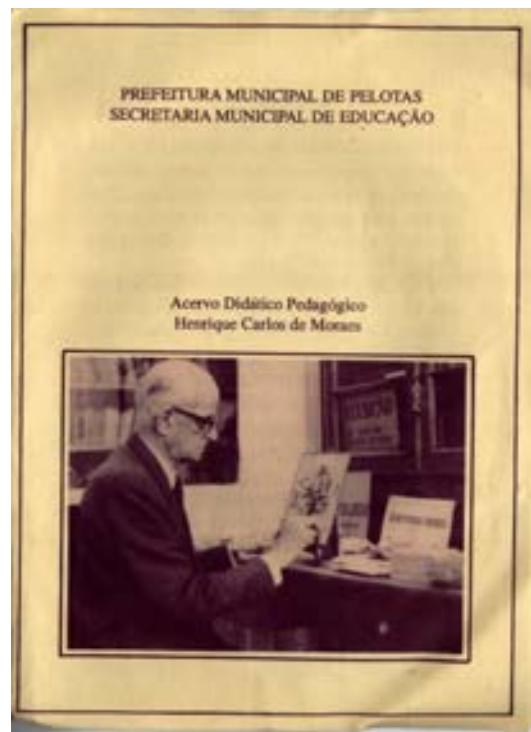


Fig. 27. Folder de divulgação do acervo didático pedagógico de Henrique Carlos de Moraes
Fonte: Acervo do pesquisador.



Fig. 28. Folder de divulgação do acervo didático pedagógico de Henrique Carlos de Moraes (VERSO).
Fonte: Acervo do pesquisador.

3.3.1. O esquecimento por meio do descarte.

Haverá número suficiente de coleções e acervos fotográficos organizados disponíveis aos pesquisadores no Brasil? Há coleções sistematizadas neste grande país. Muitas instituições privadas também têm arquivos sistematizados, sendo que algumas dão acesso ao público. Mas para os que dimensionam a grandeza de uma memória visual do passado do país (um passado que se estende de 1840 até quase ontem), então, mesmo considerando as fontes impressas, a posição na qual os pesquisadores se encontram não é alentadora.¹⁶⁹

As instituições públicas, ou mesmo aquelas privadas, como as bibliotecas de muitos municípios, deparam-se com sérios problemas para custear operações básicas de manutenção de todo o seu acervo. Em algumas dessas instituições há obras raras, que demandam com urgência todo o esforço e atenção dos seus responsáveis. E é necessário que se lembre as dificuldades em conservar os originais fotográficos históricos, ainda que não sejam esses os bens culturais mais exigentes quanto à preservação. Recursos materiais são importantes, muito mesmo, mas os humanos são indispensáveis. Formar critérios de valor e padronizar comportamentos adequados para os que lidam com a guarda dos acervos também implica em custos e investimentos que podem ser tão intensos quanto o necessário investimento em ambientação e sistematização.

Avançando no debate, para o pesquisador de qualquer área que esteja convencido da singularidade do registro fotográfico como fonte ou (e nesse caso a singularidade é integral e intransferível) como objeto de sua pesquisa,

¹⁶⁹ Segundo Marie-Loup Sougez, a origem do processo fotográfico consistiu em descobrir um material que pudesse ser sensibilizado sob a presença e ação da luz, registrando assim uma imagem. Em 1816 o químico francês Niépce descobriu que poderia ter uma imagem a partir de um material recoberto de cloreto de prata. Seu primeiro trabalho, com tempo de exposição de aproximadamente 8h, foi o que ele mesmo chamou de “ponto de vista”, ou seja, uma imagem vista a partir da janela de sua residência de campo. Joseph Nicefore Niépce usou como fixador no metal o *betume da judéia*. Em 1826, junto com o físico e pintor (também francês) Louis Jacques Mamnde Daguerre utilizou uma chapa de prata tratada com vapor de iodo, formando uma camada superficial de iodeto de prata mudando de cor quando submetida à luz. Alguns anos depois, os “profissionais” advindos da área já se subdividiam em dois grandes campos, os retratistas e os paisagistas. Isso possibilitou um maior aprimoramento do processo fotográfico. Segundo a autora, a fotografia padeceria ainda do que poder-se-ia chamar de uma invenção múltipla. Para maiores detalhes ver: SOUGEZ, Marie-Loup. ***Historia da fotografia***. Lisboa: Dinalivro, 1996; KOSSOY, Boris. ***Fotografia e história***. São Paulo: Ática, 1989.

todo o esforço em sistematizar e disponibilizar e, mais ainda, gerar coleções fotográficas, é justificável, indispensável, louvável, quando ocorre.

Limitando o entusiasmo que pode transformar essa exposição em apologia do esforço de conservadores e agentes do patrimônio, deve-se, no entanto, lembrar que o exemplar fotográfico original já conquistou seu lugar no mercado dos objetos antigos e sugere liquidez para comerciantes, mesmo os não especializados.¹⁷⁰ Esse fato reflete-se em um simples passeio que alguém possa fazer pelos antiquários da cidade de Pelotas (na qual o fato analisado nesse texto se situa e que por ser uma cidade de 350 mil habitantes, aproximadamente, não apresenta um cenário tão complexo a um observador cauteloso) e que não são poucos, para as dimensões do comércio local. Essa trama sutil de pequenos interesses de grupos diversos sobre um assunto que não parece de grande relevância desenha um quadro de caminhos dirigidos para, no mínimo, dois fins: o de coleções particulares de também colecionadores não especializados e a pulverização/fragmentação de fotografias de valor documental (inclusive pelo processo no qual foram realizadas) adquiridas e veiculadas como objetos de decoração em uma sociedade que incorporou o artefato antigo como um incremento na pretendida sofisticação dos ambientes.

Alguns colecionadores dotados de critérios e recursos para investimento na formação de coleções de fotografias antigas estão sendo responsáveis, direta ou indiretamente, por publicações que trazem ao público a importância de tais arquivos. Por exemplo, no que concerne à cidade fotografada no séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX, felizmente essa temática vem suscitando a atenção de alguns historiadores e colecionadores que nos últimos anos geraram estudos e publicações que apontam o valor da documentação a qual se dedicam. É nesse panorama de constatações que se fazem algumas considerações sobre o caso de Henrique Carlos de Moraes.

¹⁷⁰ Como já foi observado nas páginas anteriores, Moraes costumava carimbar os documentos da Biblioteca Pública Pelotense. Uma das possíveis explicações para esta atitude reside no fato de que havia a preocupação (por parte dele) de evitar furtos. O carimbo teria por finalidade a diminuição do valor de mercado dos documentos. Um material com o carimbo da Biblioteca teria, consequentemente, o seu valor diminuído, pois seria fácil de identificar a sua origem.

Seu acervo foi se constituindo com base na idéia de que a Instituição e ele próprio estavam ligados. Essa idéia é deduzida da prática, intensificada com o passar dos anos, pela qual Henrique Carlos de Moraes juntava aos arquivos do Museu da Biblioteca Pública Pelotense documentos que diziam respeito a sua vida pessoal, ignorando – supostamente - a Biblioteca como uma instituição de caráter público. Dentre os vários objetos que ajudam a compreender esse estado de simbiose, além de algumas fotografias pessoais (como a da figura 23), citadas anteriormente, encontra-se um documento que registra sua visita à Catedral Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, em 3 de outubro de 1943.



Fig. 29. Documento relativo às obras de restauração na Catedral Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

Em uma folha de papel ofício (figura 29), colou uma pequena fotografia da igreja em processo de restauração. Junto a isso, também se vê um folder explicativo acerca da importância da Catedral para a cidade de Porto Alegre. O curioso é que, colado ao folder, está um pedaço de madeira retirado do assoalho da igreja em decorrência das obras em curso. Certamente essa iniciativa não poderia fazer parte das suas atribuições como Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porém, dizia respeito à idéia que constituiu desde sua infância, ou seja, a necessidade de guardar objetos que o reportavam a tempos memoriais e que evocavam lembranças.

As imagens das figuras 30, 31, 32 e 33 narram momentos importantes, ou ao menos socialmente importantes, da vida deste homem, juntamente com postais fotográficos a ele dirigidos no âmbito de sua vida privada e profissional.¹⁷¹

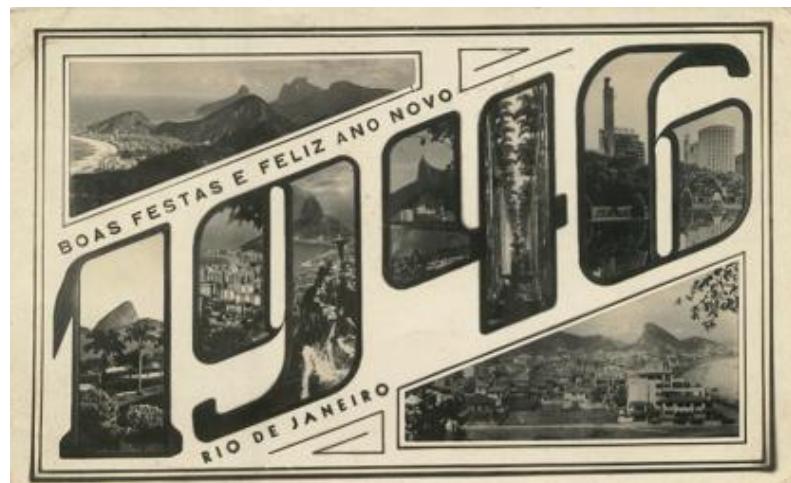


Fig. 30. Postal fotográfico, 1946.
Fonte: Arquivo do Pesquisador.

¹⁷¹ O Arquivo do Pesquisador compõe-se de 18 fotografias e 15 postais fotográficos doados para fins de pesquisa pelas professoras Leni Ditggen e Alessandra Martins.



Fig. 31. Postal fotográfico, 1946 (VERSO)
Fonte: Arquivo do Pesquisador.



Fig. 32 .Tarjeta postal endereçada a Emma Tillmam, esposa de
Henrique Carlos de Moraes.
Fonte: Arquivo do Pesquisador.



Fig. 33 .Tarjeta postal endereçada a Emma Tillmam, esposa de Henrique Carlos de Moraes (VERSO).
Fonte: Arquivo do Pesquisador.

Contudo, no percurso da história dessas fotografias e postais fotográficos, evidenciou-se a possibilidade de que os mesmos podem não ter estado na Biblioteca. Parte do acervo que estava na Instituição foi levado por ele para casa antes de sua morte, com a intenção de ser averiguado como sendo seu ou da Instituição. Talvez essas fotografias não tenham pertencido ao acervo da Biblioteca, mas é possível que tenham estado dentro dele, pelo procedimento regular que Moraes tinha em juntar o que era seu com o que era da Instituição. É provável que tenham se fundido ao acervo no momento em que a viúva disponibilizou o que estava em casa para que o amigo organizasse a exposição. No tempo em que essa exposição durou, todos os documentos e objetos diziam respeito à história e à pessoa de Henrique Carlos de Moraes.¹⁷² No entanto, como se sabe pelo depoimento de Sônia Garcia, algumas desses objetos pertenciam à Biblioteca Pública Pelotense. Mas foi no momento em que outra instituição recebeu o material desalojado que se iniciou o processo de

¹⁷² Não foi possível precisar o ano em que a exposição do Acervo Didático-Pedagógico de Henrique Carlos de Moraes terminou. Esse acervo foi criado pela Portaria nº 150, do Gabinete do Secretário de Educação, em 10 de dezembro de 1990. A exposição ficou junto ao Departamento de Ensino, tendo por finalidade oportunizar à comunidade o conhecimento e a valorização do material arqueológico que o constitui. Na mesma pasta que encontra-se este decreto, existem inúmeras fotografias que correspondem aos materiais constituintes desse acervo. São fotografias em preto e branco feitas na época, onde aparecem desde urnas funerárias, animais empalhados, flechas, lanças, materiais da escravidão, livros, outros documentos em papel, ovos, materiais ósseos, etc.

descarte. Não se tratou de um descarte intencional, resultado de um processo seletivo, de uma política de aquisição ou de estratégias de conservação. Tratou-se de um acaso operando como resultado de um processo de esquecimento que se deu no momento em que a simbiose se desfez. A maioria das fotografias que registravam a vida do colecionador se perdeu nas chamas de fogueiras isoladas no pátio do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas para o qual foram enviados os objetos da exposição. O resultado dessas fogueiras, cinzas indiferentes, nada apontam: silenciam sobre o que foi queimado, silenciam sobre o tempo e sobre o sentido das coisas perdidas. A memória tornada pó pode ser lamentada, mas concluído o lamento, não sobra o que lembrar. Do pó toma corpo o esquecimento.

3.4. Finitude: elemento de invisibilidade ou esquecimento?

Seria possível afirmar de maneira categórica que viver é aprender sobre o seu inevitável desfecho, isto é, a morte? Como definir algo do qual não se tem muito conhecimento? Diante dessas questões, torna-se importante falar em escolhas, podendo, de certa maneira, representar uma percepção limitada da realidade. Liberdade pressupõe a existência de alternativas, logo, ética e liberdade não podem ser consideradas como ciências matemáticas e de ordem exata.

A partir da idéia de finitude desenvolveu-se outra questão importante que diz respeito à relação entre invisibilidade e esquecimento. As relações estabelecidas entre os seres humanos ocorrem tendo em vista certa reciprocidade no tocante a valores culturais, isto é, relações que acontecem, na maioria das vezes, porque esses seres sociais dominam seus códigos de referência. Por isso diz-se que as percepções são (estão) “encharcadas” de memórias. Segundo Ecléa Bosi, “para Bergson, o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das idéias [...] a oposição entre o perceber e o lembrar é o eixo do livro, que traz no seu título o selo da diferença: matéria/memória” (BOSI: 2004, p. 46).¹⁷³ O sujeito perde a

¹⁷³ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia da Letras, 2004.

qualidade do seu discurso no momento em que a vida lhe impossibilita recordar o passado.

Quando se intenciona recuperar a memória de alguém, o que se apresenta com maior intensidade é a descrição dos seus feitos singulares. Faz-se, por vezes, apenas uma descrição de sua vida.¹⁷⁴ A memória, nesse sentido, constitui-se como lugar de subjetividade que, ao ser transfigurada e controlada, provoca o desvanecimento do tempo e de toda a história existente nele. Seria um ponto de convergência discutir a questão, a partir dos estudos desenvolvidos por Myrian Sepúlveda dos Santos, em que o esquecimento prestaria um desserviço acerca da apropriação do passado ou, tomando a sociedade contemporânea como fundamento, a perda da memória representaria uma das grandes ameaças do mundo moderno. Como salienta a autora, destacando a luta das sociedades contra o esquecimento coletivo, “a memória não é um só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente” (SANTOS: 2003, p. 25).

A reconstrução biográfica de Henrique Carlos de Moraes, no presente caso, não pode ser didática, tampouco explicativa demais. O que se procurou colocar em evidência nesse trabalho foram questões de seu mundo subjetivo, tentando demonstrar como Moraes construiu uma narrativa de si na condição de agente de preservação do patrimônio histórico. A forma como manejou os documentos e como organizou o acervo da Biblioteca é reveladora da maneira como gostaria de ser lembrado. Mas o ser racional, ao aproximar-se do fim da vida, cede lugar ao ser passional. A relação entre passionalidade e reflexão forneceu elementos para compreendê-lo como um personagem atuante no

¹⁷⁴ Os pesquisadores não devem simplesmente fazer relatos acerca dos processos históricos ocorridos passados, seu trabalho consiste em estabelecer correspondências, construindo assim, representações sobre o passado que está pesquisando. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, os “historiadores enxergam diferente, pois vêem o mundo com os olhos no passado. Este é um olhar que é capaz de presentificar uma ausência, vendo o que outros não vêem, enxergando nas marcas da historicidade deixadas pelos homens de um outro tempo a vida que habitou nelas um dia” (PESAVENTO: 2005, p. 111). Portanto, a trama da pesquisa histórica deve revestir tudo aquilo que é observável, podendo acumular alguns significados superpostos. Ver mais detalhes em PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: PELEGRINI, Sandra C. A. & ZANIRATO, Silvia Helena (orgs). *Narrativas da Pós-Modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005, p. 111-121.

resguardo do patrimônio em Pelotas. Portanto, o olhar do pesquisador é um olhar de quem está fora da história, refletindo assim o irrecuperável. A história, nesse caso, pertence ao passado. É nele que se deve buscar as evidências para a compreensão do esquecimento e da invisibilidade perpetuada no presente.

A ação de Henrique Carlos de Moraes pode ser interpretada no contexto da aplicação de uma política federal de preservação do patrimônio, tendo em vista sua atuação enquanto agente de conservação a serviço do SPHAN. Entretanto, é inegável que a peculiaridade de sua percepção individual acabou interferindo na maneira como as questões concernentes ao patrimônio na cidade de Pelotas foram encaminhadas a partir dos anos 1940. A aparente liberdade prática que caracterizou suas atividades o fez prisioneiro do seu próprio destino. Não foi possuidor de práticas revolucionárias referentes a processos de conservação e de salvaguarda de bens culturais, no entanto, sua conduta foi absorvida por um anseio maior, no qual suas idéias puderam “encharcar-se” da fenomenologia da lembrança. À sombra de sua racionalidade, classificou e hierarquizou uma considerável parte dos arquivos da Biblioteca Pública Pelotense. A estratégia do seu trabalho contribuiu, dentro de sua forma de ver e reunir o sistema de ajuste referente à memória e ao patrimônio, para que houvesse uma linearidade no que diz respeito a sua auto-construção como um agente de proteção.

Os debates acerca da preservação do patrimônio ocorridos em âmbito nacional, mesmo que timidamente, ecoavam na cidade de Pelotas por meio da ação desenvolvida por Moraes. Na condição de conservador do SPHAN, Moraes produziu uma série de relatórios, processos de inventário e outros documentos relacionados à preservação do patrimônio em Pelotas e região. Paralelamente, também desenvolveu no âmbito do Museu da Biblioteca Pública Pelotense uma série de atividades relacionadas à coleta, guarda e preservação de bens culturais. Da mesma forma, também publicou uma série de artigos em jornais locais e revistas de circulação estadual e nacional abarcando os mais diversos campos de conhecimento. Foi nesse conjunto de observações e reflexões, integradas às inúmeras ações institucionais, que se verificou o trabalho de proteção à memória desenvolvido em Pelotas, cidade portadora de uma relevante tradição artística e cultural.

Suas atividades eram registradas regularmente, como se fossem diários. Costumava escrever sobre sua família e seu cotidiano. Em muitos documentos aos quais este pesquisador teve acesso, constava um timbre bastante singular nos papéis: “Arquivo de Henrique Carlos de Moraes”. O que esse timbre queria dizer? Como é possível conferir na imagem da figura 34, na parte superior do documento, como que desejando informar o leitor sobre o conteúdo do mesmo, havia a indicação do “organizador” da informação.

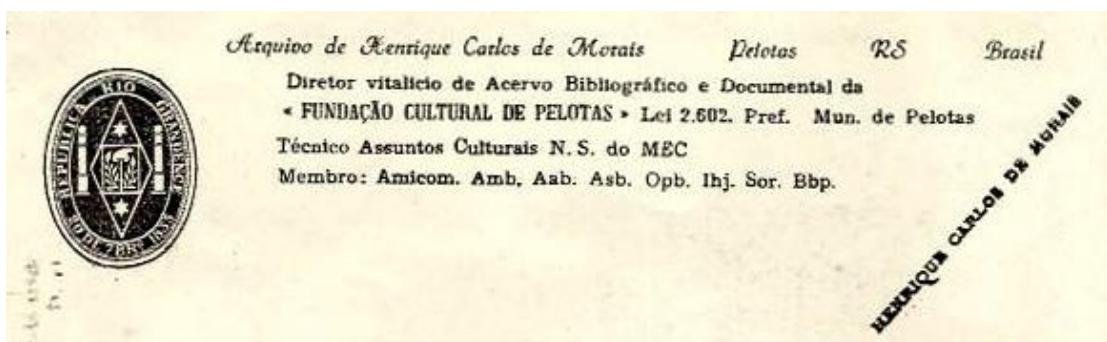


Fig. 34. “Arquivo de Henrique Carlos de Moraes”. Timbre usado nos documentos.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

Porém, outros documentos (não somente falando sobre sua vida particular), com conteúdo histórico e informativo, também eram escritos nos papéis com este timbre. Seria possível afirmar que a intenção de Henrique Carlos de Moraes era arquivar a própria vida? Em um livro organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, com temática sobre arquivos pessoais, encontra-se um capítulo que discute sobre a questão de “arquivar a própria vida”. Sobre este tema, Philippe Artières sublinhou que:

Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática

de construção de si mesmo e de resistência. (ARTIÉRES: 1998, p. 11).¹⁷⁵

Por quais motivos arquivava sua vida? Uma resposta que poderia preencher esta lacuna seria o fato de Henrique Carlos de Moraes impor a si próprio um desejo de organização. Ele era organizado? Todavia, esta assertiva não encontra um ponto de convergência com o que Sônia Garcia relatou em todas as entrevistas concedidas a este pesquisador. Disse ela que o “desejo maior do seu Moraes é que as coisas dele fossem bem guardadas”.¹⁷⁶ Produzir lembranças é um dever imperativo, Henrique Carlos de Moraes entregava-se com freqüência ao exercício da biografia (ou, no caso, da autobiografia). Sua vida era como um diário aberto, fragmentos escritos aos pedaços. É evidente que as informações disponíveis à pesquisa não representam a totalidade do seu cotidiano, necessariamente passando pelo filtro da sua autocrítica, contudo, demonstram o seu desejo de memória.¹⁷⁷

A casa onde morava, situada na Rua Padre Anchieta, número 201, cedeu, em 1977, lugar a um suntuoso edifício. Neste prédio passou a morar e constituir novas lembranças, como demonstra o fragmento a seguir. Com o título de *Edifício Roma, um novo lar*, Henrique Carlos de Moraes descreve o seu sentimento para com a nova casa: “Éramos dois velhinhos a sós no tempo e no espaço. Agora tudo mudou nessa longevidade. Deus assim quis e se fez um novo lar. Continuaremos velhinhos lá isto é verdade, porém de coração aberto aos olhos dos que vierem morar”.¹⁷⁸

Depois de mais de cinco décadas de trabalho voluntário dedicado à Biblioteca Pública Pelotense, atuando como diretor do Museu e conservador do patrimônio histórico, Henrique Carlos de Moraes comunicou seu afastamento

¹⁷⁵ Arquivar a própria vida é um ato cotidiano, as pessoas costumar arquivar-se diariamente, é tão comum que passa de forma quase que invisível. São cartas, cobranças administrativas, comprovantes de qualquer natureza, ou seja, fragmentos da vida que passou durante o dia. Arquivar a própria vida é um ato necessário. Ainda segundo “o anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico” (ARTIÉRES: 1998, p. 11). Para mais detalhes ver: ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Revista Estudos Históricos*, nº 21. Editora da FGV – CPDOC, 1998: p 09-34.

¹⁷⁶ Sônia Maria Tavares Garcia. Entrevista realizada em 1º de março de 2010.

¹⁷⁷ O relato biográfico teria a finalidade de ordenamento? Teria também a intenção de estabelecer uma narrativa autônoma e estável? Para mais detalhes ver BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p183 -191.

¹⁷⁸ Notas biográficas. Disponível na pasta CDOV – A/ HCM-017.

aos colegas e amigos. A mensagem está carregada de um profundo sentimento de saudade. A opção de reproduzir na íntegra o seu comunicado justifica-se pelo fato do mesmo trazer alguns dados acerca do processo ao qual a doença o fez deixar o trabalho e, também, a dedicação que teve, até mesmo no momento mais difícil de sua vida, para com aqueles que sempre reconheceram seu trabalho.

“Digníssimos:

Precisamente há mais e meio século que venho freqüentando a benemérita e tradicional instituição, testemunhando a grandeza de ideal pregada às entidades civis, de fins puramente culturais de divulgação e atendimento do público em geral serviços que constituem os testemunhos de suas histórias. Nós, sempre visando a preservá-la, engrandecê-la e ajustá-la aos seus nobres objetivos. Parece-me chegado esse momento, de afastar-me definitivamente de tão honroso encargo de diretor de museu. Cumpre-me acentuar que não faltará entre os meus dignos colegas de diretoria, substituto para assumir a restrita conservação, enriquecendo de nosso patrimônio bibliográfico e acervo do museu. Em contraposição à minha proactiva idade de oitenta e oito anos, os benefícios de meu afastamento seriam de grande monta, tanto para minha saúde, como para a entidade que até aqui sempre viveu de auxílio esporádico. Por esses motivos, trago o assunto à consideração dessa importante e patriótica diretoria, dispensando-me de prestar serviços que constituem o testemunho de sua história. Certo de que digníssimos diretores apoiarão integralmente o meu pedido, de um velho servidor dessa benemérita e tradicional “CASA DO LIVRO” receberam, pois os meus renovados votos e prosperidade e afirmação de apreço e estima com que subscrevo-me.

AOS MEUS NOBRES COLEGAS DE SERVIÇO:

Deixo aqui, expresso o meu mais vivo agradecimento pelo farto e precioso documentário que vocês me proporcionaram consultar, para usá-lo nas atividades de pesquisas durante longos anos. Tal material, com o seu cunho e autenticidade, fez com que cada um de nós senta verdadeiro entusiasmo por transmitir, as novas gerações, a história de nossa terra. Muito está a exigir de nós a nossa Biblioteca para que atinja suas finalidades, de bem servir a Comunidade. Se não conseguirmos realizar o máximo em seu favor, ao menos envidamos todos os esforços, para atingir a escala. Lembro aos Colegas que se unam cada vez mais à Biblioteca Pública, trabalhando em prol desta benemérita e tradicional Instituição, tornando-a cada vez mais à altura da comunidade que pertence. Finalizando esta mensagem quero expressar meus agradecimentos a todos os funcionários pela dedicação e pela

maneira, pela qual, cada um procurou cumprir com suas obrigações.

Muito Obrigado.
Henrique Carlos de Morais.
Pelotas, 5 de Março de 1986.”¹⁷⁹

Quando perguntada sobre o fato de Henrique Carlos de Morais ter medo da morte, Sônia Garcia respondeu que não, porém acentuou que o maior medo que rondava aquele conservador era a possibilidade de que seu trabalho fosse desfeito. Tinha medo que todas as suas memórias fossem apagadas e que a história constituída a partir do seu trabalho fosse relegada ao esquecimento. Segundo ela:

Nunca comentou se tinha medo de morrer. Só tinha medo de uma coisa, que as coisas todas que ele juntou sumissem, colocassem fora ou se perdessem. Tentou fazer museu em tudo quanto foi canto. Com o material que possuía em sua casa, não o da Biblioteca, tentou fazer um museu na Cascata. Na época muitos políticos estavam interessados, mas o museu acabou não saindo.¹⁸⁰

Encarar a morte como um drama sinuoso, ou simplesmente como consequência inevitável da vida, perpassa a questão do tempo. O homem, constantemente, vive a fugir do seu inexorável destino, não um destino trágico, mas um fim do qual não se pode deixar de pensar. Alguns indivíduos temem mais o esquecimento do que a morte. Para Henrique Carlos de Morais, no dia 28 de agosto de 1986, a morte chegou, mas não o esquecimento. Em homenagem póstuma, foi criada na Biblioteca Pública Pelotense uma sala com o seu nome. Esta sala abrigou o antigo Museu. Era uma honraria que tinha como pano de fundo a sua “imortalização” por meio da criação de um espaço que levaria o nome Henrique Carlos de Morais. Esta sala foi feita em agradecimento aos seus 53 anos de colaboração e atividades graciosas com dedicação extrema e caprichosa pela Biblioteca, e pelo Museu em especial.

No Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense existe um conjunto de fotografias sobre o ato de inauguração da Sala Henrique Carlos de Morais.

¹⁷⁹ Nota retirada do jornal Diário da Manhã de Pelotas de 04 de abril de 1986. Disponível na pasta CDOV – A/HCM 014.

¹⁸⁰ Sônia Maria Tavares Garcia. Entrevista realizada em 1º de março de 2010.

Esse conjunto se constitui de 30 registros fotográficos feitos no dia da inauguração, em 30 de Setembro de 1986. Como que apresentando uma cronologia, a primeira fotografia destes “guardados” mostra a sala onde ele exerceu suas funções por 53 anos.¹⁸¹ É importante destacar que todos os documentos referentes à inauguração dessa Sala foram organizados por Sônia Garcia, seguindo os mesmos princípios estabelecidos por seu amigo e colega de trabalho.



Fig. 35. Inauguração da Sala Henrique Carlos de Moraes.
Fonte: Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense

Neste acervo existe ainda uma série de outras fotografias ilustrativas sobre a disposição dos bens doados ao Museu. Nestes registros, o público mistura-se aos objetos que comporiam a lembrança de um trabalho com mais de meio século. Revelam momentos de falas e materializam olhares sobre aqueles instantes. Há um ar de respeito, de reconhecimento pelo serviço prestado à Biblioteca Pública Pelotense e à cidade, carregados não de tristeza, mas talvez de silêncio. Estas pessoas parecem estar velando uma memória, escutando com pesar o que os oradores da ocasião proferiam. Assim relatou o jornal Diário da Manhã de Pelotas no dia posterior à inauguração.

¹⁸¹ Esta informação foi retirada da legenda da fotografia e posteriormente confirmada por Sônia Garcia.

Com a presença de amigos e familiares do homenageado e de todos os seus funcionários e diretores, a Biblioteca Pública Pelotense, na manhã de ontem, realizou sessão em que reverenciou a memória do professor Henrique Carlos de Moraes, recentemente falecido, e que por mais de 50 anos foi diretor do Museu Histórico. O presidente da Biblioteca Pública Pelotense, José Vieira Etcheverry, deu por aberta a solenidade as 10h30min pedindo à Francisco José Brusque de Moraes que cortasse a fita e desse por inaugurada a sala onde agora está instalado o museu, e que leva o nome homenageado.¹⁸²

Poucas semanas antes de morrer, Henrique Carlos de Moraes fez à Sônia Garcia um pedido especial. Desejava ver como havia ficado a nova sala do Museu. Sem poder caminhar até a Biblioteca devido ao seu delicado estado de saúde, recebeu as fotos em sua casa, diretamente das mãos de quem mais confiava na Instituição. O Museu havia sido reformulado e o seu encontro com o passado, através da leitura de textos e visualização de fotografias antigas, agradou aos olhos daquele que havia dedicado várias décadas ao seu funcionamento. Hoje a sala não existe mais, e são poucos os resquícios de sua memória na Instituição. Poucos o lembram, mesmo aqueles pesquisadores mais assíduos que usufruem dos materiais que por ele foram guardados. Portanto, há uma tensão na forma como as pessoas e a Instituição relembram atualmente a ação desenvolvida por Moraes.

Após sua morte, o escritório desocupado anunciou um fato novo, um afago mórbido, era sua ausência, o sopro de vida que se foi. O peso da cadeira vazia trancou-se no silêncio daqueles que não puderam se despedir. O tempo, nesse sentido, confere qualidade aos atos do cotidiano, é ele quem decide o instante que assinala o limite entre a pulsação da vida e a estagnação trazida pelo esquecimento. O tempo lento e sinuoso; o tempo e suas mudanças presentes em cada instante; o tempo do inconsútil, bem de maior grandeza, sem começo e sem fim. A medida certa do tempo dá o sentido e a essência natural das coisas. Aprendendo a conviver com o tempo, recebendo dele favores e não a sua ira, Henrique Carlos de Moraes fez-se um homem de grande dinamicidade. À luz doméstica de sua infância, entre o balançar das árvores e o cheiro de terra úmida, onde as palavras eram impregnadas pelas

¹⁸² Pelotas, jornal Diário da Manhã. 1º de outubro de 1986.

manchas de sua solitude, desenvolveu uma personalidade voltada para a guarda de objetos que descreviam um passado repousado nas suas idéias e nos sentidos próprios adquiridos no seio de sua família.

Em comemoração aos 130 anos da Biblioteca Pública Pelotense, o jornal Diário Popular reservou um considerável espaço para circunscrever a história da Instituição. Foram oito páginas que buscaram traduzir o trabalho dedicado à cultura e às letras. Quem teve a oportunidade de ler o jornal daquele dia, 14 de novembro de 2005, pode contemplar belas fotografias, matérias informativas sobre técnicas de conservação de livros, etc. Contudo, uma questão pertinente que este pesquisador observou foi com relação ao silêncio que se pronunciou sobre a figura de Henrique Carlos de Moraes. Nem uma palavra foi dita fazendo referência a alguma de suas contribuições àquela Entidade. Hoje, completados quase 24 anos de sua morte, Henrique Carlos de Moraes continua a ter sua memória perpetuando-se no esquecimento.

Conclusão

Ao longo desta empreitada surgiram algumas dificuldades e limitações como, por exemplo, a quase inexistência de pessoas que pudessem ajudar por meio de depoimentos para a construção biográfica de Henrique Carlos de Moraes. O fato de ter falecido com idade bastante avançada (88 anos), sem ter deixado descendentes, gerou, em parte, um problema para reconstituir sua trajetória de vida por meio da história oral, tendo em vista que este método tem como centro de interesse o próprio indivíduo dentro da história. Conhecendo o seu percurso de vida, seria possível entender de uma maneira mais fácil os significados que atribuía às coisas do cotidiano.

Outro problema relevante foi com relação às fontes disponíveis à pesquisa. Uma considerável parte do material consultado foi constituído pelo próprio Henrique Carlos de Moraes durante seu período de trabalho na Biblioteca Pública Pelotense. Nesse sentido, Pierre Bourdieu chama a atenção para os riscos implicados na singularidade do sujeito biografado diante das suas experiências individuais e coletivas. A partir dessa ótica de análise, tornou-se imperativo não se deter exclusivamente nos seus relatos autobiográficos, pois, segundo Bourdieu, isso incorreria na *Ilusão biográfica*.¹⁸³

¹⁸³ À primeira vista, os arquivos da Biblioteca Pública Pelotense despertaram um relativo encantamento aos olhos deste pesquisador, todavia, à medida que a pesquisa avançava, tornou-se importante a separação entre as memórias emergidas a partir dos arquivos e a memória real do indivíduo. As lembranças que estavam arquivadas constituíam apenas uma

É interessante destacar que, a partir do material consultado na Biblioteca Pública Pelotense, Morais é, ao mesmo tempo, personagem e narrador de sua história. A problematização de sua escrita autobiográfica procurou estabelecer narrativas seletivas junto aos acontecimentos mais significativos de sua trajetória como agente de preservação do patrimônio, justificando, em parte, a coerência e a linearidade de sua vida.

O recorte temporal que estabeleceu as balizas deste trabalho, remetendo-se à entrada de Henrique Carlos de Morais na Biblioteca Pública Pelotense (1933) e ao seu falecimento (1986), faz alusão as décadas em que o Estado brasileiro toma para si a responsabilidade para com a proteção dos bens patrimoniais. A trajetória de institucionalização do conceito de patrimônio no Brasil coincide com o tempo em que Morais trabalhou na Biblioteca Pública Pelotense. Coincidemente, seu percurso como agente de preservação do patrimônio histórico acompanha a história de institucionalização das políticas públicas para a salvaguarda do patrimônio no Brasil.

O conceito de patrimônio aqui trabalhado fez alusão ao que foi dimensionado no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, ou seja, “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico e etnográfico, bibliográfico e artístico”.¹⁸⁴ A partir deste decreto procurou-se entender e estabelecer uma seqüência lógica para o desenvolvimento do conceito de patrimônio desde sua institucionalização até a promulgação da Constituição de 1988, onde se amplia consideravelmente esta noção.

Este trabalho não teve como propósito o estabelecimento de uma linearidade nas ações desenvolvidas por Henrique Carlos de Morais, entretanto objetivou discutir o contexto no qual esse sujeito esteve inserido, juntamente com suas ações de salvaguarda e sua importância na constituição do patrimônio na cidade, sendo relevante destacar sua importância diante do

parte da vida de Henrique Carlos de Morais, pois, assim como salienta Bourdieu, inúmeros aspectos de sua vida, aqueles que deveriam incondicionalmente ser esquecidos, foram subtraídos pelo próprio personagem. Escrever lembranças sob a forma autobiográfica impõe limites à memória. Ver mais detalhes em BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p183 -191.

¹⁸⁴ Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro, de 1937. Artigo 1º.

cenário preservacionista em Pelotas e no Rio Grande do Sul. Ao finalizar o presente texto, este pesquisador também procurou entender o caminho percorrido por Henrique Carlos de Moraes na sua autoconstrução como um agente de preservação do patrimônio histórico.

Reconstituir histórias com base em fragmentos escritos e fotográficos pode ser tarefa comparada ao do artesão que monta um mosaico figurativo coletando fragmentos de cerâmica. A história de Henrique Carlos de Moraes é um mosaico de ações que podem ser traduzidas pelos seus aspectos mais pitorescos. A análise dos documentos sugeriu como o seu comportamento de guarda evidenciou um processo de amálgama do acervo da Biblioteca Pública Pelotense com o seu próprio, ambos constituídos ao longo do seu trabalho na Instituição e, em grande parte, por doações que eram feitas ao Museu, através dele ou por causa dele. Essas doações podem ter sido, inclusive, feitas a ele e não à Instituição, mas o processo de simbiose entre Moraes e o Museu foi se dando na medida em que o seu nome como conservador e colecionador foi se impondo na comunidade, ocorrência que se registrou no procedimento e na memória de alguns, mas em face da progressividade do fato, não se fez enunciar em qualquer momento.

Relatou-se nesta dissertação a história de um descarte de fotografias que acabou resultando em perda, sendo que apenas algumas dessas fotografias foram salvas da fogueira, conforme relatado no terceiro capítulo. Um tempo antes deste trágico destino, Emma Tillmamm, viúva de Moraes, doou para a Secretaria de Educação de Pelotas uma série de materiais para compor um memorial para que os professores da rede municipal de ensino pudessem trabalhar com seus alunos algumas práticas de preservação de acervos, História, etc. Esse memorial foi denominado *Acervo Didático-Pedagógico de Henrique Carlos de Moraes*. Mais tarde, quando houve a mudança no governo, o memorial se desfez e os materiais que dele faziam parte foram “depositados” na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. Lá permaneceram até o dia em que retornaram à Biblioteca por meio da intervenção de Sônia Garcia. Antes disso, muita coisa se perdeu.

Portanto, houve a perda. Mas houve o descarte? O que a reflexão engendra sobre esse tema aponta para um *não-descarte*, no sentido de que não foi realizada a ação de desfazer-se. Essa implicaria no ato consciente e

desejado de não manter mais a posse dos objetos. Não foi isso o que aconteceu. Não houve deliberação, embora alguém, em algum momento, tenha tomado a iniciativa de jogar o material no lixo. Houve perda. E a que se deveu a perda? Concluiu-se que se deveu ao fato de que, descontextualizadas, as fotografias que constituíam a exposição não continham informação suficiente para ignorar os reconheceram nelas a condição documental do conteúdo. Essas fotografias se perderam porque não foram dirigidas à Biblioteca (poderiam ter sido? Não se localizou a razão pela qual o material da exposição não foi encaminhado à mesma). Na Biblioteca, no material que retornou e nas pastas que lá ficaram, perdura a lógica de um lugar, porque perdura, nesses objetos, a memória do seu primeiro gestor. Henrique Carlos de Moraes permanece lá, ainda que no silêncio. Mas foi o que ele não conseguiu fazer retornar que se perdeu. O seu esforço de tantos anos dentro da Instituição resultou em muitas coisas, inclusive em uma política de não descarte, que a ironia de um procedimento liminar da condição humana fez com que ele subvertesse.

Ao tirar tudo de lá, o que era seu e o que não era, para definir a segunda categoria e fazer retornar à Instituição, ele deu início a uma seqüência de fatos não intencionais que convergiram para a perda de parte dos seus documentos. Esses materiais reunidos protagonizaram a segunda parte da história: a constituição do frágil memorial na forma de uma exposição e a consequente perda da maioria dos documentos que foram expostos, tão logo a exposição deixou de existir. Já não havendo responsáveis que pudessem zelar pelos objetos e documentos expostos, esses foram levados para outro lugar, possivelmente em caráter provisório, e não tendo sido incorporados ao acervo da instituição, ficaram à mercê da sorte, que não lhes foi favorável.

Esta perda, portanto, foi um acaso infeliz que coroou a melancólica ausência de sentido que se abateu sobre os documentos quando estes foram separados do conjunto original. O que sobrou enuncia as possibilidades do perdido. Não são silenciosas essas fotografias salvas das chamas, como parece não ser qualquer coisa que sobrevive. Para o observador cauteloso, elas sussurram, quase inaudíveis, a existência de um homem que, como a maioria de todos os que vivem, gostaria de ser lembrado. Por isso são importantes, porque dizem mais do que apenas mostram.

Entretanto, em vários momentos o processo de simbiose se deu como apropriação, como cuidar de alguma coisa, tomando-a para si, condição pela qual ele foi julgado pelos que vieram depois, pelos que diante de um acervo institucional que carregava o nome do seu “guardador” – por ele colocado – julgaram-no pela ação que se deu dentro do processo, mas que não o traduz. Há, como sempre, uma manipulação da memória, que é capaz de atenuar tal complexidade e controlar suas disposições insurgentes. Entender o percurso dessas fotografias, sobretudo, ajudaria a compreender a simbiose entre Morais e a Biblioteca, tendo em vista a importância dessa relação para esclarecer o esquecimento que se impôs sobre sua memória. A partir da construção de uma narrativa biográfica viabilizou-se um melhor entendimento acerca das políticas engendradas por ele, juntamente com sua ação de salvaguarda para com o patrimônio na cidade.

Henrique Carlos de Morais possuía um método indiciário de interpretação da vida comum. Um método interpretativo focado nos detalhes e tendo por base resíduos marginais considerados reveladores de uma história vista a partir da semiótica descritiva do imaginário de toda uma parcela de indivíduos e personagens. É necessário examinar as diferentes contribuições e suas implicações na coletividade pelotense, objetivando desfazer preconceitos que marcaram uma prática de gestão e conservação do patrimônio cultural. Pode ser que, mediante a análise de um procedimento tornado complexo ao longo do tempo, possa-se delinear com alguma nitidez a fronteira entre a prática cotidiana e uma escrita estritamente descritiva, redimindo o julgamento de Henrique Carlos de Morais, fazendo-o deixar de ser prisioneiro de uma teia de equívocos que por muitos anos constituiu o processo de esquecimento ao qual está relegado. O estudo de sua trajetória de vida, de seu passado no que tange ao nivelamento pessoa-instituição, em estudos futuros, poderá ainda revelar algumas representações dessa complexidade da confusão entre o público e o privado.

Embora não tendo muitos elementos conclusivos, é verossímil supor que o esquecimento verificado hoje poderia ter sido gerado a partir da confusão entre público e privado, analisada com base no descarte documental e na constituição dos materiais presentes no Arquivo histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

Referências bibliográficas

ADES, Dawn. *Arte na América Latina*. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O guarani*. São Paulo: Ática, 1991.

AMARAL, Rodrigo Ferreira. *A reinvenção da pátria: a identidade nacional em Os Sertões e Macunaíma*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2004.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Revista Estudos Históricos*, nº 21. Editora da FGV – CPDOC, 1998: p09-34.

ATAÍDE, Vicente. *Modernismo*. Curitiba: HDV, 1983.

BECK, Ingrid. *Manual de conservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Documento de arquivo e sociedade. In: *Ciências & Letras*. Porto Alegre: Fapa, nº 31, 2002.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história das culturas*. Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo/SP: Brasiliense. 1985.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da História Oral.** 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p183 -191.

BURGI, Sérgio. **Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos: técnicas, métodos e materiais.** 2º ed. Rio de Janeiro: INFoto/Funarte, 1985.

CANDAU, Jöel. **Antropología de la memoria.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2002.

CÂNDIDO, Antônio & CASTELLO, J. Aderaldo. **Presença da literatura brasileira, história e antologia: das origens ao Realismo.** 3º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CARONE, Edgar. **A República Velha.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. In: **Diálogos, DHI/PPH/UEM.** Vol. 9, nº 1. Maringá: EDUEM, 2005: p143-165.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos.** São Paulo: Jorge Zahar, 2008.

CAVALCANTE, Lauro (org). **Modernistas na repartição.** 2º ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Minc – IPHAN, 2000.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu.** Chapecó SC: Editora ARGOS, 2006.

CHOAY, Fraçoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CURY, Isabelle (org). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (Brasil). Cartas patrimoniais.** 3º ed. Revista aumentada – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DIAS, Renato Duro. **Um olhar jurídico-multidisciplinar sobre a preservação do patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas.** Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: ICH-DHA-UFPel, 2009.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16º Ed. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2004.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. *“Quando o apito da fábrica de tecidos”: memória pública e memória coletiva, Fábrica Rheingantz, Rio Grande, 1950-70*. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FINLEY, Moses I. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Minc-IPHAN, 2005.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ/UniRio, 2003, p. 56-76.

_____. Referências culturais. Base para novas políticas de patrimônio. In: *Brasil. O registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: MinC, 2000, p. 59-69.

FUCHS, Francisco Traverso. *A noção de virtualidade em Bérgson*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGF-UFRJ, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GONÇALVES, Cristine Souza. *Restauração arquitetônica e a experiência do SPHAN em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura – IPHAN, 2002.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ/UniRio, 2003: p. 21-29.

GONÇALVES DIAS, Antônio. *I-Juca-Pirâma e os Timbiras*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Poesia indianista.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GUTFREIND, Ieda. **A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975.** Tese de doutorado em história, IFCH/USP, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789 – 1848.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IGLESIAS, Francisco. **Constituintes e Constituições brasileiras.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória.** Porto Alegre: ARTMED, 2002.

KERN, Maria Lúcia Bastos. A emergência da arte modernista no Rio Grande do Sul. In: GOMES, Paulo (org.). **Artes Plásticas no Rio Grande do Sul: uma panorâmica.** Porto Alegre: Lahtu Sensu, 2007.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história.** Editora Ática. São Paulo, 1989.

LEICK, Gwendolyn. **Mesopotâmia: a invenção da cidade.** Rio de Janeiro: Imago, 2003.

LONER, Beatriz Ana & GARCIA, Sônia Tavares. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. In: **História em Revista** (UFPel), Pelotas, v. 6, p. 133-164, 2000.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história.** São Paulo: Atlas, 2008.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Cultura brasileira: de 1808 ao pré-modernismo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

_____. **História do Brasil contemporâneo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravismo no Brasil.** São Paulo: Atual, 2000.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção.** Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em

Planejamento Urbano e Regional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILAQUA, Fátima; BAPTISTA, Antônio Carlos Nunes (orgs). **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.

MICHELON, Francisca Ferreira; REZENDE, Maiquel Gonçalves de; PEZAT, Paulo Ricardo. Fotografia e esquecimento: por que guardar, por que descartar? O caso de Henrique Carlos de Moraes. In: MICHELON, Francisca Ferreira e TAVARES, Francine Silveira (orgs). **Fotografia e Memória: ensaios**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2008.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Departamento de História, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura e patrimônio, um guia**. São Paulo: Editora da FGV, 2008.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PEDRA, Adriano Sant'Ana. **Arquivos de Direito Público**. São Paulo: Método, 2007.

PERES, Eliane. **Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: PELEGRIINI, Sandra C. A. & ZANIRATO, Silvia Helena (orgs). **Narrativas da Pós-Modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: Eduem, 2005, p. 111-121.

PEZAT, Paulo Ricardo. **Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade: a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974)**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Pelotas**. Porto Alegre: Typographia Gundlach, 1940.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e sentido do passado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006: p103 -130.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente (séculos XVIII – XXI)**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REZENDE, Maiquel Gonçalves de. Henrique Carlos de Moraes e os arquivos da Biblioteca Pública Pelotense. In: Michelon, Francisca Ferreira & TAVARES, Francine Silveira (Orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural.** 01 ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2008, v. 02, p. 68-76.

_____. Memória e convencimento: uma narrativa fotográfica por meio de metáforas. In: Francisca Ferreira Michelon; Francine Silveira Tavares. (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural.** 1 ed. Pelotas: Editora e gráfica da UFPel, 2008, v. 2, p. 200-210.

_____. Henrique Carlos de Moraes: o tempo e a idéia de finitude. In: CERQUEIRA, Fábio Vergara; MICHELON, Francisca Ferreira; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. (Orgs). **Patrimônio e Educação: Perspectivas multidisciplinares em sala de aula.** 1 ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2009, v. 01, p. 275-284.

REZENDE, Neide. **A Semana de Arte Moderna.** São Paulo: Ática, 2006.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ/UniRio, 2003, p. 46-55.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social.** São Paulo: ANNABLUME, 2003.

_____. **História, tempo e memória. Um estudo sobre os museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional.** Dissertação de Mestrado – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 1989.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SODRÉ, Nélson Werneck. **História da literatura brasileira.** 9º Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUGEZ, Marie-Loup. **Historia da fotografia.** Dinalivro. Lisboa, 1996.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica.** São Paulo: Juruá Editora, 2005.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 à 1972.** Petrópolis: Vozes, 1997.

TORRES, Luiz Henrique. **Historiografia Sul-Rio-Grandense: o lugar das Missões Jesuítico-Guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul**

(1819-1975). Tese de Doutorado em História apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

Fontes documentais¹⁸⁵

Fundos pesquisados no Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense

- Fundo Alberto Coelho da Cunha
- Fundo Alfredo Ferreira Rodrigues
- Fundo Álbuns e Periódicos
- Fundo Álbuns e Periódicos
- Fundo Bens Imóveis e Colonização
- Fundo Biblioteca Pública Pelotense
- Fundo Bernardo Taveira Júnior
- Fundo Diocese de Pelotas
- Fundo Diversos
- Fundo Empresas e Instituições Comerciais
- Fundo Entidades
- Fundo Escravidão
- Fundo Família Mendonça Lima
- Fundo Família Osório
- Fundo Família Simões Lopes
- Fundo Henrique Carlos de Moraes
- Fundo João Nunes Saraiva

¹⁸⁵ Os fundos estão descritos de forma mais detalhada no anexo 3.

- Fundo Lobo da Costa
- Fundo Movimentos e Partidos Políticos
- Fundo Documentos Públicos Municipais
- Fundo Império do Brasil
- Fundo Documentos Públicos do Rio Grande do Sul

Fontes orais

Francisco Carlos Couto de Moraes

Entrevista realizada em 22 de julho de 2008

Leni Dittgen de Oliveira

Entrevista realizada em 29 de setembro de 2006

Nelson Nobre Magalhães

Entrevista realizada em 05 de outubro de 2005

Ramão de Jesus Marques Costa

Entrevista realizada em 15 de dezembro de 2007

Sônia Maria Tavares Garcia

Entrevista realizada em 22 de setembro de 2005

Entrevista realizada em 25 de junho de 2008

Entrevista realizada em 1º de março de 2010

Anexos

Anexo 01 – Sônia Maria Tavares Garcia: entrevista realizada em 22 de setembro de 2005.

Anexo 02 – Sônia Maria Tavares Garcia: entrevista realizada em 25 de julho de 2008.

Anexo 03 – Fundos documentais da Biblioteca Pública Pelotense.

Anexo 04 – Minha formação de museólogo: texto escrito por Henrique Carlos de Moraes.

Anexo 05 – Carta de alforria carimbada por Henrique Carlos de Moraes

Anexo 1 – Sônia Maria Tavares Garcia: entrevista realizada em 22 de setembro de 2005.

Maiquel Gonçalves de Rezende – entrevistador - **MGR**
Sônia Maria Tavares Garcia – Entrevistada - **SMTG**

MGR - Dona Sônia. *Primeiramente precisaria saber algumas coisas que dizem respeito à senhora para depois perguntar sobre o professor Henrique. As coisas que perguntarei sobre a senhora será em função do trabalho junto ao seu o Henrique.*

MGR - Existe algum problema sobre a divulgação da entrevista?

SMTG - Não, meu trabalho aqui sempre foi esse que vocês conhecem.

MGR - Quando a senhora começou a trabalhar aqui? Quem era o diretor na época?

SMTG - Eu vim para cá no dia 1º de julho de 1974. Fez 31 anos agora dia 1º de julho de 2005. O diretor era o seu Aldemar Borges.

MGR - O Sr. Henrique foi diretor da biblioteca em 1976, correto?

SMTG - Sim. ele foi presidente. O diretor (em 1974) era o Sr. Aldemar Borges e o presidente era o Pedersoli Sobrinho que já é falecido. O Pedersoli era um político na época, e depois parece que foi deputado estadual, deu grande força para a Biblioteca. O seu Morais era diretor do Museu na época, o que nós chamávamos de arquivo. Era chamado de Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense.

MGR - *Ele sempre teve esse nome de “Museu”?*

SMTG - Sim. Nasceu no dia 18 de janeiro de 1904.

MGR - *Quando a senhora veio pra cá em 74, trabalhou diretamente com o Sr. Henrique?*

SMTG - Não. Eu cheguei aqui e trabalhei no balcão, no empréstimo lá em baixo.

MGR - *Como foi o primeiro contato que a senhora teve com Sr. Henrique?*

SMTG - Comecei a trabalhar no balcão, que era para empréstimo ao público e via que ele sabia muito sobre Pelotas, sobre a biblioteca. Tinha uma bagagem muito grande. Tudo o que eu não sabia eu ia perguntar para ele. Logo que cheguei e quando existia alguma dúvida as funcionárias diziam “não sei, quem sabe perguntamos para o Sr. Morais”. Então eu ia lá e perguntava para ele.

MGR - *Ele trabalhava há bastante tempo aqui não é mesmo?*

SMTG - Sim. Entrou, acredito que, em 1940 ou um pouco antes em meados dos anos 30. Não sei precisar muito bem a data.

MGR - *Pelos arquivos que pesquisei, diz que existem atividades desde 1933.*

SMTG - Acredito que deve ser isso mesmo, pois ele trabalhou mais de 50 anos aqui. Pois ele trabalhava no patrimônio e aqui. Patrimônio Histórico Nacional.

MGR - *Existia mais alguém do “Patrimônio” aqui? Ele tinha contato somente através de cartas ou as pessoas vinham pra cá (as pessoas do Patrimônio)?*

SMTG - Ele trabalhava e saia por ai vendendo as obras e todas as coisas de patrimônio, ele trabalhava em patrimônio na época. E trabalhava aqui também, por que aqui ele ficava sempre. Sábado e domingo ele vinha sempre para cá ler jornais.

MGR - *Ele tem muita correspondência com esse pessoal do “Patrimônio”. Mas como eles faziam reuniões? Eles vinham pra cá ou ele ia pra lá, tinha mais alguém aqui?*

SMTG - Ele era funcionário do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Quanto às reuniões não sei, aqui sei que não era. Ele viajava muito.

MGR - *Pelo que eu entendi do material ele se correspondia mais por carta. “Estou mandando tal coisa”.*

SMTG - Inclusive tinha muitas correspondências sobre efetividade.

MGR - *Isso mesmo, ele dizia “estou mandando minha efetividade do mês corrente...”*

SMTG - Ele viajava bastante.

MGR - *Quem pagava (patrocinava) as viagens?*

SMTG - Muitas vezes ele pagava com seu próprio dinheiro. Aqui na biblioteca ele ajudava também, o que não tinha ele comprava.

MGR - *Acredito que pessoas assim usem seu próprio dinheiro, pois não existe muito investimento.*

SMTG - Todos os diretores aqui da biblioteca na época, que eu me lembre, o seu Morais, o primo dele Brusque de Morais, o Palazio que foi presidente, esses todos sempre investiram dinheiro aqui. O Arruda (não trabalhei com ele como presidente e sim como diretor) foi presidente antes do Sr. Morais, ele emprestava materiais e dinheiro.

MGR - *Tive um professor em um cursinho pré-vestibular, se chama Morais também, que gosta muito da cultura gaúcha. Gosta de participar dos festivais tradicionalistas. Todos os meses ele participava de no mínimo dois festivais em cidades variadas. Na maior parte o custeio era de seu bolso. O carro facilitava a locomoção e na questão do horário da volta, gasolina, comida, tudo de seu bolso. A rádio para qual fazia a cobertura o patrocinava esporadicamente. Esse tipo de pessoa com amor ao que faz costuma usar do seu próprio dinheiro.*

SMTG - Hoje eu não tenho nada; mas, canetas, papéis, tudo sou eu quem compra. Não tenho dinheiro, mas faço o que posso. Não se passa a necessidade daquelas coisas mínimas (lápis, borracha, caneta) por falta de dinheiro. Na época como tinha bastante dinheiro, muitas coisas eles mesmos bancavam na biblioteca.

MGR - *O museu sempre funcionou nesta sala onde hoje é o Centro de Documentação de Obras Valiosas (CDOV)?*

SMTG - Não. Funcionou nesta sala quando eu cheguei, o resto do andar superior era da Câmara de Vereadores. Onde hoje é a Câmara (na rua marechal Deodoro) era uma casa de família eu acho. Depois o Museu desceu para onde hoje é o acervo geral (sala Machado de Assis). Na época em que o museu desceu eu já trabalhava com o seu Morais. Em 1904 o museu nasceu na sala no fundo da biblioteca a esquerda. Depois da sala Machado de Assis ele foi para sala onde até pouco tempo era a sala do RS. A tentativa foi minha por que o seu Morais já estava doente, por sair. "Seu Morais, quem sabe agente passa o Museu para esta sala, pois fica mais fácil cuidar, a entrada melhor e assim nós cedemos esta sala (sala do CDOV) para os jornais ". Então ele aceitou. Fizemos uma lista de donativos, de dinheiro como sempre digo, pois sou muito de pedir. Conseguimos dinheiro para pintar a sala, arrumar, fizemos mezanino. Ele é quem deu as dicas de como queria que pintasse e nós fizemos tudo de acordo. Já tinha ido embora, estava de cama, doente. Isso foi em abril de 1986 que ele saiu daqui eu acho, só sei que durou pouco. Apuramos em fazer, ficou bonito, tem as fotos caso você queira ver.

MGR - O mezanino ainda existe?

SMTG - Não. Nós fizemos o mezanino por que ele (Henrique Carlos de Moraes - HCM) tinha muito cuidado com os documentos de Pelotas, atas e almanaques. Fizemos o mezanino com uma escada, as fotos estão lá no projeto se quiseres ver. Os documentos eram na parte de cima. O público entrava, olhava, mas lá em cima não subia. Quando precisava de algum documento, trazia e sentava do lado da funcionária que era a Olívia.

MGR - Trabalha aqui essa senhora?

SMTG - Não. Já faleceu. Voltando ao assunto então. Eu estava sempre em voltas. Quando cheguei fui trabalhar no balcão. Depois comecei muito perto dele para eu aprender. Eu gostava de conversar com ele (HCM) por que eu aprendia a historia de Pelotas, e tudo mais.

MGR - Com relação às peças do Museu.

SMTG - Eram sempre chegadas de doação.

MGR - Ele ligava para as pessoas solicitando doação?

SMTG - Não. Era ao contrário. As pessoas é que ligavam para ele. Sempre o chamavam, pois ele era bem conhecido. Dizia que se a pessoa quisesse doar para biblioteca, assim poderia. Qualquer coisa era bem aceita. Nós tínhamos um tijolo, sendo que o mesmo tinha uma marca. Um senhor o chamou e ele trouxe o tijolo para estudá-lo. Hoje já não sei onde está, pois as coisas se acabam, se consomem e se perdem. O tijolo pertencia a uma casa histórica e a marca era do gado do fazendeiro. As pessoas o conheciam e assim traziam as coisas aqui para biblioteca. Traziam muita coisa de valor graças ao Sr. Moraes por que sabiam que ele as cuidava.

MGR - Sobre o tijolo e as coisas que ele escrevia para os jornais (artigos) o que a senhora achava?

SMTG - Muita coisa agente duvidava. “O senhor tem certeza disso? Tenho sim guria, eu pesquisei.” Tinha muita gente que duvidava do que ele escrevia e muitas pessoas não o viam com bons olhos aqui dentro da biblioteca.

MGR - Na rua também?

SMTG - Aí já não sei. Não o viam com bons olhos por que ele tinha mania de guardar as coisas, trancava a chave, protegia. Na época eu ganhava tanto bilhete do Sr. Moraes dizendo “abre o olho, toma cuidado”. Existiam postais do Simões Lopes com bilhetes dizendo “abre o olho, isso é coisa rara, alguém pode pegar.” Tinham muitas coisas, eu lia e deixava aquilo ali, mas hoje depois da arrumação já não sei mais.

MGR - Hoje a senhora percebe que é importante, mas na época achava estranho esse tipo de postura.

SMTG - Eu achava. Muitas vezes eu dizia “onde esta tal pesquisa?” Ele dizia “abre o olho, espera eu chegar que eu vejo”. As vezes ele estava em casa e eu ligava. Falava “espera eu chegar que vou dizer onde esta e vou ver quem é”. Ele me ensinou muito a ver como eram as pessoas. Aprendi a conhecer as pessoas. Ele guardava tudo as sete chaves. As pessoas não gostavam disso. Para todos os objetos existentes ele remetia através de um documento escrito. Hoje eu não sei se existem mais.

MGR - *A coisa que mais gosto é o que o Sr. Morais chama de “o sinete da República Riograndense”. Uma espécie de carimbo. Existe ainda esse carimbo?*

SMTG - Estava comigo aqui. Agora com essas mudanças que houve foi para o presidente. Esse carimbo era o que ele mais cuidava e gostava. Ele estava em um quadro. O carimbo está impresso nessas fichas que ele usava. Os documentos que ele mais zelava eram o tal carimbo, os almanaque de Pelotas, os almanaque do RS e as atas. Os documentos da cidade eram a coisas mais difíceis dele liberar.

MGR - *Quando a senhora trabalhava junto do Sr. Morais ele a deixava pegar as coisas?*

SMTG - Sim. Ele dizia “temos de cuidar isso, temos de cuidar aquilo”. Ele aprendeu a confiar em mim por estar sempre junto dele. Quando ele fez bodas de ouro, não lembro bem se foi em 1980 ou 81, ele fez uma viagem para o RJ. Nessa época o presidente era o Dr. Getúlio Santos. O seu Morais pediu para o presidente que me deixasse de responsável. Foi então que aproveitei a sua ausência e comecei a mexer no seu armário. Comecei a anotar as coisas. O armário que hoje esta na sala da presidência, na época era fechado a chave e tinha um monte de coisas. Ele passou a chave e me deu “isso precisa ser cuidado”. Para me garantir no que existia no armário, fui lá e anotei. Fiz umas fichas, coloquei número no documento e na ficha e dei entrada em ordem alfabética conforme a da biblioteca. Passava sentada batendo o tempo inteiro à maquina. Batia máquina e ficava cuidando, pois tinha muito medo de alguma coisa sumir. Já aconteceu dele sair em umas férias e ter um roubo aqui. Tenho recortes do jornal, são medalhas, pois o seu Morais cuidava muito das tais medalhas. Quando ele chegou viu um trabalho bem feito, aquele armário todo em ordem com aquele fichário; então me presenteou com aquele porta fichário que esta ali na minha mesa. Ficou muito contente e não me largou mais. Sempre fui pau pra toda obra, amo esta casa. Trabalho aqui por que gosto. Faz dez anos que me aposentei, poderia estar em casa, viajando com meu marido. Sei que existem pessoas mais qualificadas do que eu, mas eu acho que enquanto tiver vida e puder estar aqui estarei cuidando isso aqui pra vocês, pra mim, para os meus netos e para o seu Morais. Aprendi a conhecer o acervo com ele. Se eu achasse um livro de mil novecentos e pouco, perguntava para o seu Morais o que era aquele livro, ele dizia “vamos pesquisar para ver se ele tem valor”. Então peguei aquela coisa de que nada se coloca fora, tudo será pesquisado para ver se tem valor ou não. Hoje eu não admito que venham essas bibliotecárias, estudantes, estagiarias, e façam triagem de acervo sem pesquisa. Tudo é importante.

Nessa viagem que fizemos a POA, observei que a biblioteca publica do estado nasceu primeiro que a nossa, mas o prédio é mais novo que o nosso. O que acontece? Eles têm lá desde a primeira ficha do livro. Tem o fichário completo, nada foi fora. Se um livro some, eles dão baixa, mas conservam a ficha. Aqui colocaram tudo fora.

MGR - *O Sr. Morais intervinha nos livros também?*

SMTG - Sim intervinha. Intervinha também muito na diretoria, na questão de guardar os livros. “Os livros ficam mais bem acomodados aqui; vamos colocar pra lá; não vamos pôr fora; é melhor não mexer”.

MGR - *Quando olhamos os recortes dos jornais vimos através das manchetes que muitos deles, a primeira vista, parecem ser besteiras sem fundamento. Nunca vou esquecer quando li, no ano de 1983 para o Diário da Manhã, o artigo com o seguinte título: “Os peixes que morrem afogados”. Se formos pensar parece algo absurdo, mas lendo as entrelinhas o autor explica sobre os tais peixes, que na verdade não eram peixes e sim uma espécie de lagartos, animais pré-históricos que respiravam o oxigênio do ar. Dessas coisas que ele escrevia a senhora achava estranho? Como as outras pessoas se comportavam?*

SMTG - Ele escreveu um livro chamado “a biologia da rã”. Todo mundo achava ridículo aquilo ali.

MGR - *Por que ele escrevia essas coisas?*

SMTG - Aquele livro foi comentado. Ele mesmo me contava que tinha gente por ai que fala daquele livrinho, que poderia ter escrito outra coisa. Foi escrever logo da rã. “Eu nasci na campanha, era pequeno e já gostava de mexer com os animais”. Por que escrevesse uma coisa sobre uma pessoa, talvez tivesse de fazer uma enorme pesquisa. Como uma rã era deferente “já matei uma, já estudei, já vi como funciona, já vi como é uma aranha, uma cobra, um sapo”. Então isso era o que ele dizia e eu acho certo mesmo.

MGR - *Quando ele escrevia essas coisas e comentava com a senhora, era algo sério ou ele fazia em tom de brincadeira?*

SMTG - Ele era muito extrovertido.

MGR - *Há um tempo escrevi um breve artigo para o jornal da história (acredito não ter sido publicado) no qual se intitulava – Sem vergonha garota sem vergonha, você tem profissão. O artigo falava sobre a prostituição em Pelotas. Na minha visão era um título debochado com intuito de chamar a atenção do leitor, embora o conteúdo do texto ser algo sério. Ele procedia dessa maneira?*

SMTG - As vezes ele colocava um determinado título e a pessoa dizia “Não vou ler esse tipo de coisa”. Mas era algo interessante. Ele gostava de escrever muito sobre os animais, sobre aves. Ele tinha uma coleção de ovos. Ele mandou fazer um móvel (não sei em que lugar isso foi parar) onde havia

classificado uma série de ovos. Não sei te dizer como ele furou os ovos, mas a coisa era bem feitinha, desde o menor ovinho até um ovo grande de avestruz. Uma coisa detalhista. Se precisasse ele ficava até durante a madrugada. Aqui no museu tinha um ninho com um bichinho empalhado bem pequenininho, onde as pessoas diziam "pra que esse ninho?". Aqui na biblioteca tinham uns bichos empalhados que ele ganhou não sei de quem, talvez por fazer parte da Sociedade ornitológica. Aquele armário da sala de administração era onde ele colocava os animais e o tal ninho de beija-flor, ninho esse que ele colheu em uma dessas andanças por aí. Quando outro presidente assumiu disse que não haveria mais nada ali e muitos animais foram doados para o museu Carlos Ritter e outros foram para Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Tudo isso foi mexido somente depois que ele morreu. Ele era o dono do campinho, muito respeitado embora grande parte da diretoria não gostasse dele. Ele era bastante respeitado na cidade também.

MGR - *Ele morava só com a esposa?*

SMTG - Não. Além da esposa ele morava com uma empregada que chamava de filha, era uma preta. Ela morreu primeiro que ele. Quando ela ficou doente o seu Morais deu uma casinha (não sei onde foi).

MGR - *Apesar de conhecer muita gente importante, ele recebia pessoas em casa?*

SMTG - Isso não sei te dizer por que a esposa era muito reservada, muito séria. Bem ao contrário dele. Acredito, mas não posso afirmar, que muitas dessas reuniões eram no Clube Comercial. As reuniões na casa dele eram em dias de aniversário. A casa onde ele morava (uma casa bem antiga) foi vendida, derrubada e construído um edifício. Parece que ele trocou por dois apartamentos.

MGR - *A senhora sabe dizer por que ele não teve filhos?*

SMTG - Não sei. Mas te digo que ele gostava muito de criança. Ele era muito amigo das sobrinhas, ia muito a Porto Alegre visitar uma sobrinha.

MGR - *Quando o Sr. Morais foi presidente da Biblioteca, como era sua relação com os funcionários? Como ele foi como presidente?*

SMTG - Ele foi presidente em 1976, concorrendo através de eleições. Já trabalhava com ele e te digo que foi muito bom presidente.

MGR - *Sabe por que resolveu ser candidato?*

SMTG - Não.

MGR - *Documentação relacionada à presidência nós não encontramos muito. As vezes me parece que ele sempre gostava mais de ser o diretor do museu.*

SMTG - Nesse tempo de presidência ele exigia mais de nós. Ele sempre se dedicou mais ao museu, aquela sala dele era sagrada. Ele vinha sábado e domingo para biblioteca ler o jornal. Ele abria a casa e nunca lhe foi tirado a chave. Chovesse, fizesse sol, ler o jornal era algo sagrado. A nossa salinha era muito bonitinha. Ele trouxe uma estante de casa para arrumar. Quando as coisas que aqui faltavam, ele comprava ou trazia de casa. Ele trouxe depois outra estante; essa era fechada na qual guardava suas coisas. Essa estante ele deu para o filho de sua prima (mulher casada com seu primo), o Francisco Carlos que era seu afilhado.

MGR - *Com o que ele mais se preocupava aqui?*

SMTG - Toda vida com a preservação dos arquivos. Sempre os arquivos.

MGR - *Ele tinha alguma outra atividade além da biblioteca?*

SMTG - Depois que se aposentou como diretor do “patrimônio” ficou só com essa atividade. O trabalho da biblioteca era uma coisa e do “patrimônio” era outra, ele é que misturava as coisas, pois trabalhava o dia todo aqui.

MGR - *Questões de política. Como costumava tratar?*

SMTG - Não lembro de tê-lo visto metido em política. Ele sempre dizia que a biblioteca era independente da política, neutra, e assim se manteve.

MGR - *Em 1978, o prefeito Irajá através de um decreto dá a HCM direitos vitalícios da fundação municipal museu de Pelotas.*

SMTG - Isso é pra tu veres como ele conservava as coisas. Ele era um sujeito super organizado com as suas coisas, ele vivia montando pasta.

MGR - *Eu particularmente gosto de todos os materiais que ele montou. Canhão da Cascata, o solar da Cascata, o obelisco. O que a senhora lembra sobre o termômetro Krentel?*

SMTG - Nós tínhamos o termômetro. Depois que quebrou veio pra cá. Ficava em uma casa antiga do centro, parece que era uma casa de jóias ou coisa assim. Servia para as pessoas verem a temperatura. Tinha mais ou menos um metro de altura, ficava na rua para as pessoas olharem. Tudo que achava importante para história ele tinha aqui. Outra coisa que tinha eram os estilhaços dos vidros de quando o mercado incendiou. Ele montou réplica das janelas com os pedaços. Tem também as fotos do incêndio.

MGR - *Sobre o canhão. O que ele comentava?*

SMTG - O tal canhão esta lá na cascata. Tem até hoje. Fica em frente a casa que pertencia à família dele. Hoje é uma pracinha. Parece que agora tem ali um café colonial. Ele não gostava muito de emprestar os trabalhos, então eu tirava xerox. Eu datilografava, fazia os índices. Uma das coisas que as pessoas mais detestavam nele era o fato de carimbar as coisas e assinar. Até hoje tem

gente que ainda comenta. Achavam que estava se adonando de uma coisa que não lhe pertencia. Mas seu verdadeiro interesse não era esse. Se ele não se adonasse as coisas não existiriam mais. Eu dizia para uma estagiária que trabalhou aqui comigo “temos de guardar as coisas senão acabam roubando”. Ela dizia “vou emprestar por esse motivo, por aquele outro”. Se hoje tu perguntar ela tem outra visão. Dá uma olhada na sala de RGS. Hoje não se tem a metade do que se tinha antes, me dá tristeza de ver. Nós tínhamos uma sala cheia. Essa idéia de acervo do RGS foi minha. Quando eu cheguei aqui tinha uma sala de história onde tudo era misturado. Quando a pessoa precisava de um livro do RGS era mais difícil de pegar. Um dia dei uma idéia sobre criar uma sala só do RGS. Colocamos tudo, história, literatura, autores Pelotenses. Foi aceita e colocaram o nome de Simões Lopes Neto.

MGR - *Por que essa sala veio para cá onde hoje é o CDOV?*

SMTG - Fui eu quem batalhou para isso. Os livros estavam se perdendo e aqui estão perto de mim. Os livros mais antigos foram descartados. Os almanaque de Pelotas nós tínhamos três coleções completas (pode ver nas minhas fichinhas antigas) hoje não temos nem uma completa. Esses almanaque foram todos recebidos de doações.

MGR - *Estava olhando um material outro dia e numa entrevista ao jornal Correio do Povo de 1979 o entrevistador perguntou – o senhor já esta com 81 anos, existe alguém para substituí-lo quando o senhor morrer para dar prosseguimento ao trabalho? - o professor Henrique comenta o nome do Mario Osório Magalhães.*

SMTG - Ele achava que o Mário seguiria cuidando da história de pelotas, dando continuidade, escrevendo (continua ainda, mas diferente do seu Morais). O Mário vinha muito aqui pesquisar e conversar com o seu Morais. O Mário pertenceu por muito tempo à direção da biblioteca.

MGR - *Outro dia falei com a senhora sobre as correspondências pessoais arquivadas aqui, em outras línguas e tudo mais. Eram endereçadas pra ele, coisas do seu interesse. Por que trazer para a biblioteca? Eles as trouxe em vida?*

SMTG - Quando ele saiu daqui e se viu doente resolveu fundar um museu lá na Cascata. Achou gente lá, queria levar algumas coisas que tinha em casa e outras que tinham aqui, pois a paixão dele era a tal Cascata. Achou um camarada lá e fizeram um acordo para fazer o tal museu. Nesse meio tempo, em agosto, ele morre e o museu não se realiza. A dona Ema mandou-me chamar para trazer para cá o material da biblioteca, carimbos, documentos, cinqüenta e tantas pastas. Alguma coisa dele veio junto. Trouxe uma máquina de escrever, estantes. Um dia a dona Ema me ligou e disse que o secretário Bonini pretendia fazer na SME um museu com as coisas do Sr. Morais. Doou tudo que tinha pra lá. Quando assumiu outro secretário, desmancharam e mandaram para a casa de cultura do castelo Simões Lopes. O seu Lessa, que era do IHGPEL e vice presidente da biblioteca (o presidente era o seu Pinho), disse que lá existiam coisas daqui e que pretendia trazer de volta. Tudo o que

podíamos trazer nós trouxemos, urnas funerárias dos índios, flechas, lanças e mais umas três pastas de documentos exclusivamente dele. Essas três pastas estavam nessa casa e acredito que não trouxe por que não deu tempo. Ele gostava muito de carregar as pastas pra casa, trazia-as de volta. Todo dia ele ficava sentado na sala lendo.

MGR - *Quando ele morreu teve repercussão nos jornais? Foi muita gente no enterro?*

SMTG - Sim. Tenho todos os recortes aqui guardados.

Anexo 2 – Sônia Maria Tavares Garcia: entrevista realizada em 25 de julho de 2008.

Maiquel Gonçalves de Rezende – entrevistador - **MGR**
Sônia Maria Tavares Garcia – Entrevistada - **SMTG**

MGR - *Eu a procurei hoje pelo seguinte motivo: estou escrevendo um artigo sobre uma possível política de descarte na Biblioteca Pública Pelotense (BPP). Enfim, todas as instituições públicas possuem políticas de descarte, isso é coisa comum. Uma instituição manda material que não serve para outra, variando conforme o interesse de cada instituição. Outro dia estávamos conversando a professora Francisca e eu sobre as fotos que me foram dadas pelas professoras Leni Dittgen e pela Alessandra Martins, fotos essas coletas na ocasião em que as duas faziam faculdade de História por volta do ano de 1994. Avistaram uma pessoa queimando uma porção de papel velho e no meio do bolo algumas fotos e postais muito bonitos, daí então a decisão de retirá-los da fogueira. Ambas relataram que costumava-se pisotear nesses papéis devido ao volume ser grande. Em uma oportunidade, conversando sobre o Sr. Henrique Carlos de Moraes (Moraes), elas acharam que tinha alguma coisa dele guardado em casa. E foi então que recebi os materiais que mostrei para a senhora. Passei muito tempo com essas fotos sem saber o que fazer e agora com a dissertação, surgiu um fator de investigação, ou seja, uma política de descarte da BPP e se a possibilidade desse descarte ter sido intencional.*

SMTG - Essas fotos que tu tens vieram a partir de um museu criado na Secretaria Municipal de Educação de Pelotas (SME). Todo material pessoal dele, da dona Emma e da família, foi doado para que se fosse feito um museu na SME no tempo da Ladi Gonçalves e do professor Bonini (secretário de

educação). A Ladi é professora e na época de término do curso, a monografia foi sobre o Barão dos Três Serros

MGR - *A senhora trabalhou muito tempo com o Sr. Morais e, durante todo o tempo de trabalho, houve algum comentário por parte dele acerca de sua memória futura? Ele gostaria de ser lembrado?*

SMTG - Acho que ele gostaria de não ser esquecido, pois guardava muitas histórias dos outros e de tudo. Quem guarda esse tipo de coisa demonstra que não quer ser esquecido, pelo menos isso é a minha opinião.

MGR - *E quanto à questão do material?*

SMTG - Quanto ao material ele tinha super bem guardado e cuidado. Ele juntava e comprava muita coisa como, por exemplo, livros. Ele acabava também recebendo de doação muita coisa, então o que vinha para a Biblioteca Pública Pelotense (BPP) ficava na BPP e o que ia para casa dele ficava em casa.

MGR - *E quanto às fotos e correspondências pessoais? A maioria das coisas deles que ficavam na BPP?*

SMTG - Quando ele foi embora levou de volta. Em março ou abril, quando ele fica doente, perto de falecer, acaba levando tudo de volta pra casa.

MGR - *A BPP reconhecia o seu trabalho como Conservador e Museólogo?*

SMTG - Existia gente da direção que o apoiava muito, outros, porém, não o apoiavam. Tinham gente por fora que também não o apoiava muito, todavia outros apoiavam. Creio que ele era mais apoiado do que não apoiado, pois onde ele tocava ninguém desmanchava o que ele fazia.

MGR - *Alguns documentos que existem na BPP, logo abaixo do timbre, diz assim: "Arquivo de Henrique Carlos de Morais". Ele considerava-se dono daquilo de tanto que trabalhava?*

SMTG - Não. O que era dele, era dele mesmo. O que mais tinha timbre era o material dele. O que tinha da BPP que ele carimbava, usava um carimbo que dizia "Museu da Biblioteca Pública Pelotense" e depois assinava em cima. Houve gente que criticou esse tipo de postura, o fato de carimbar e assinar nos documentos. Teve um ano, a pouco tempo, que ocorreu um problema de roubo de documentos lá na BPP. A pessoa que mais criticou o fato do Sr. Morais ter aquele tipo de postura solicitou o carimbo e começou a fazer a mesma coisa. Essa pessoa não chegou a conhecer e trabalhar com o Sr. Morais. Ela fez trabalhos dentro da BPP. Criticava o fato de carimbar e no entanto fazia o mesmo. Essa pessoa é da universidade, fez projetos dentro da BPP. Ela era uma das que mais criticam a postura do Sr. Morais.

MGR - *Por que ele carimbava?*

SMTG - O que ele fazia não era, de certa maneira, intencional. Fazia isso para evitar roubo.

MGR - *Ele dizia isso claramente para a senhora?*

SMTG - Sim, ele dizia. Deixava uns recados bem grandes na minha mesa: “*olho vivo*”, “*cuidado com isso*”, “*cuidado com aquilo*”. Eu tinha todos esses recados bem guardados comigo, agora com essas mudanças todas ocorridas eles acabaram indo fora. Com relação aos postais do Simões Lopes eu tinha um cartão dele batido à maquina e assinado dizendo assim: “*olho vivo em cima desses postais*”. Ele sempre chamava a atenção dessa forma que era para eu saber e ter cuidado com determinado material e que poderiam pegar.

MGR - *Desde o início do seu trabalho com ele a postura foi a mesma? Ele sempre agiu dessa maneira?*

SMTG - Sim, ele sempre foi assim. Todo aquele material guardado as sete chaves.

MGR - *O Sr. Morais trabalhou sempre muito tempo dentro da BPP, pelas minhas contas 53 anos. Se ele trabalhou tanto tempo lá dentro, por que esse esquecimento?*

SMTG - Tinha lá na BPP uma sala com o nome dele, com placa e tudo, a sala lá de baixo onde era o museu recebeu o seu nome em homenagem póstuma, o Francisco Carlos pode te confirmar isso. Cada direção que assume a BPP é uma cabeça. A presente direção não fala nada nele e nem sei se vão colocar a placa na sala. As direções anteriores sempre o homenagearam, tem até as fotos lá no acervo, tudo conforme ele queria, pois estava doente. Depois que ele morreu foi feita uma foto que foi colocada em um quadro no museu. Nessas fotos aparece o Francisco Carlos descerrando o tal quadro. O museu passou por várias salas até chegar onde está hoje. Primeiramente ele nasceu onde hoje está, depois subiu para o local onde está a hemeroteca e as obras valiosas, depois desceu para onde hoje estão os jornais, depois foi novamente para sala grande até que resumiu novamente pequeno e voltou para sua sala de origem.

MGR - *A Sr^a. considera o Sr. Morais relegado ao esquecimento? Poucas pessoas hoje em dia sabem do seu trabalho. Saberia me dizer o porquê desse esquecimento?*

SMTG - Considero-o sim esquecido, como tudo aquilo que morre, apaga-se. Se não fosse ele a guardar e ter responsabilidade de receber as obras hoje não teríamos nada para pesquisa.

MGR - *A Sr^a. é uma das únicas pessoas que ainda lembra do Sr. Morais, mas quando tiver de sair, como ficará esse resto de memória? Terá alguém para lembrar-se da memória do Sr. Henrique Carlos de Morais?*

SMTG - Tenho convicção de que se ele não tivesse guardado todos aqueles materiais hoje nada se teria para pesquisa. Ninguém vai lembrar, pois dos que estão hoje lá, ninguém o conheceu. A única pessoa que o conheceu e ainda trabalha lá sou eu.

MGR - A Sr^a. acha que a BPP, mas não uma direção específica e sim todo o seu sistema institucional, a partir da morte do Sr. Morais, teve um interesse em apagar sua memória? Ela desejou que ele fosse esquecido?

SMTG - A BPP em si não, porém a direção da BPP está mudando e as pessoas que estão vindo não o conhecem.

MGR - Mas não fizeram (ou fazem) nada para lembrá-lo também.

SMTG - Vamos ver agora na reinauguração como é que vai ficar essa história. Esse negócio de dar nome as salas é complicado. Assim como a sala do Sr. Morais, tínhamos a salda João Simões Lopes Neto, hoje sala do Rio Grande do Sul. Tem também a sala do Fernando Osório que tinha até um medalhão na parede indicando, só quero ver se depois dessa reforma toda esses nomes e essas coisas vão retornar. Eu não enxergo mais esse medalhão e por isso me pergunto: o que falta na BPP? Pessoas que saibam reconhecer uma obra valiosa. Esses novos de hoje não lêem mais nada, ninguém quer saber mais de nada. A BPP está muito cheia de estagiários que só pensam em receber seu salário e pronto. Já tive alguns estagiários em minha sala que foram interessados em guardar e aprender. Hoje já não tem mais ninguém, a que tinha já terminou o trabalho. Pode ser que apareçam outros.

MGR - Se a senhora pudesse me falar de uma pessoa que realmente representasse a BPP, quem seria?

SMTG - Independente se viva ou morta, hoje seria ele. Duas pessoas acho que jamais poderiam cair no esquecimento, uma delas é o Sr. Morais e a outra é o Sr. Lessa Freitas. O Sr. Lessa Freitas foi um jornalista que sempre batalhou pela BPP, embora não fosse da direção. Ele morreu na direção da BPP, acredito que era um sonho que ele tinha, isto é, o fato de ser presidente. Agente via que eles tinham um amor, carinho e dedicação pela BPP. Eles abririam mão de tudo pela BPP. O Sr. Morais abandonava a casa para ficar lá e o Sr. Lessa não tinha dia nem hora que não aparecesse na BPP.

MGR - Conviveram juntos?

SMTG - Eles não se entendiam, apesar de nunca terem trabalhado juntos. O Sr. Lessa nunca pertenceu à direção da BPP na época do Sr. Morais, ele só participava, ia lá e tal. Cansei de recebê-lo para conversar simplesmente como sócio.

MGR - O Sr. Morais era muito respeitado dentro da BPP?

SMTG - Era muito respeitado. Foi presidente da BPP em 76 e diretor do museu durante toda vida. Ele foi um dos primeiros diretores. Depois que o

Baldomero Trápaga fundou o museu ele foi um dos primeiros diretores, ou se não o primeiro. Não sei com qual idade ele foi para a BPP mas acho que foi por volta dos anos 1930.

MGR - Depois que o Sr. Morais morreu o que mudou na BPP?

SMTG - A BPP em 1986 mudou nessa parte de salvaguardar os documentos. Aprendi o que eu pude com ele (Morais) e o que eu não sabia acabei indo em fontes procurar. Usei muito os professores da universidade, historiadores, pesquisadores, aqueles em quem poderíamos confiar, pois nós temos pesquisadores bem confiáveis. Nós tivemos um diretor do patrimônio que foi uma excelente pessoa, aprendi muito com ele. O Dr. Fausto possui uma biblioteca muito boa sobre Rio Grande do Sul.

MGR - Por que o Sr. Morais deu seu próprio nome para o arquivo? Por que não Arquivo da BPP e sim “Arquivo de Henrique Carlos de Morais”?

SMTG - O arquivo dele não era da BPP, era um arquivo dele simplesmente. Ele tinha um arquivo com suas próprias coisas. Ele tinha muito material em casa, precisava ver a quantidade de coisas que ele tinha em casa: documentos, livros e outras tantas coisas. A história era assim. Nos documentos da BPP ele costumava carimbar e assinar para que não houvesse roubo, mas as pessoas confundiam aquilo como se fosse dele. Ele usava aqueles papéis com o timbre da Biblioteca nas correspondências porque ele era diretor.

MGR - Tinha um arquivo na BPP com coisas pessoais dele?

SMTG - Tinha coisas dele na Biblioteca sim, mas não eram muitas. Ele tinha bastante coisa em casa. Costumava levar coisas da BPP para casa para fazer pastas. Ele lia o jornal no domingo na BPP. Levava muita coisa da BPP pra casa e de casa pra BPP e daí ficava aquela confusão de documentos. EM 1986 ele levou tudo que era dele pra casa, mas foi muita coisa da BPP junto pois ele já estava meio doente. Depois que ele morreu, sua esposa me chamou para que eu levasse para BPP o que não era dele. Eram aproximadamente umas 40 pastas azuis com documentos dele e da BPP que ele tinha levado. Como disse para esposa que se morresse era para me dar as pastas, a dona Emma me chamou e me deu todas aquelas pastas, acho que eram umas 40 ou 50. Ela disse que eu poderia levar tudo para a BPP.

MGR - Como os materiais do Sr. Morais foram parar no IGHPeL, instituição que funcionava no Castelo Simões Lopes?

SMTG - O Sr. Morais tinha um sonho de fazer um museu, em princípio ele queria fazer na Cascata, mas lá não deu muito certo. A Dona Emma acertou com a Ladi Gonçalves em fazer esse museu na SME. Na casa do Sr. Morais eu busquei somente o que era da BPP e a Ladi pegou com a dona Emma o que era de propriedade do Sr. Morais, isto é, tudo aquilo que era dele e que se encontrava na casa dele, materiais esses que ele próprio já tinha retirado da BPP. Creio que alguma coisa da BPP deva ter ficado em casa pois possuía

muita coisa mesmo. Fotos, “panelão de índio”, tudo isso foi parar no museu da SME porque era dele e não da Biblioteca. Todos esses materiais que te falei eram dele, recebia por meio de doação, mas deixava tudo na BPP. As doações eram sempre feitas para ele porque ele era do museu e também porque vivia cavando, buscando e juntando coisas por ai. O trabalho dele era bastante reconhecido na cidade pois ele era do MEC. Falando ainda do museu, o que aconteceu? A Dona Emma doa esse material para a Ladi e ela monta o museu na SME. O Museu recebia visitas, tinha horário e tudo. Mudou o governo e as peças do museu foram todas parar o Castelo Simões Lopes.

MGR - Por que esses materiais não voltaram para a BPP?

SMTG - Eles não nos ofereceram os materiais de volta, creio que tinham deia de formar novamente o museu no Castelo Simões Lopes. Nesse meio tempo estavam queimando e colocando fora tudo que tinha lá. Resolvi ir lá e trazer para BPP os materiais que eu vi que eram do Sr. Morais. Isso foi nos anos 1990, na época em que o Sr. Pinho era presidente e o Sr. Lessa era vice. Um dia o Sr. Pinho chega pra mim e diz bem assim: “Sônia, estão queimando aquelas peças do museu e botando fora tudo, vamos lá buscar?”. Eu concordei em ir buscar e quando chegamos lá eles nos deram tudo de volta, os “panelões”, as urnas, as flechas. Eu só não trouxe os documentos por que não me deram. Nesse meio tempo o Mário trouxe umas 3 ou 4 pastas de correspondências do Sr. Morais que estavam lá. Eles iriam colocar fora. Nessa época o Mário estava lá fazendo um trabalho e separação de um material sobre futebol eu acho. Essas correspondências estão lá no arquivo bem separadas.

MGR - Depois que o Sr. Morais morre, o que vai sair da BPP como descarte? Não no sentido de colocar no lixo, mas os materiais que acabam indo para outras instituições.

SMTG - Depois que o Sr. Morais morreu não saiu muita coisa. Teve uma vez que os livros saíram do porão, pois o mesmo enchei de água. Consequentemente os livros apodreceram e daí tiveram de ser colocados fora. De um tempo pra cá as coisas dentro da BPP mudaram bastante. Depois que o Sr. Pinho saiu entrou o Sr. Lessa e daí passou a ter bastante descarte. Sempre teve muito descarte na Biblioteca.

MGR - Descarte é coisa comum em qualquer instituição. Lá no MALG existe um quadro muito bonito ao qual ninguém sabe absolutamente nada sobre ele. Um tempo atrás a diretora havia dito que talvez fosse necessário desfazer-se do mesmo, mas não colocar no lixo e sim doar para outra instituição. Depois que o Sr. Morais morre, essas políticas de descarte aumentam?

SMTG - Aumentou sim, bastante até. Vou te dizer uma coisa, era uma política muito cuidadosa, pois passava pelas mãos de várias pessoas. Antes, o Sr. Morais não deixava que nada fosse fora, nada era descartado. No porão havia ficado uns documentos da câmara e a Claudia Mauch fez um trabalho e os documentos foram todos catalogados, limpados e arrumados. Os descartes eram feitos assim: o diretor de patrimônio passava e olhava e, se era da

história, um professor de história olhava e dava o aval. Sempre tinha alguma oura pessoa para dar uma olhada nos livros. Isso foi até por volta de 2000, isto é, nada era descartado como agora está sendo. Hoje o descarte é feito pelas próprias bibliotecárias, o que eu não acho certo.

MGR - *Na época do Sr. Morais ele via praticamente sozinho essas coisas?*

SMTG - Ele via sim, mas nos chamava para olhar também. Geralmente se era em inglês ou alemão tinha o Sr. Hermes que falava várias línguas e tal. Ele traduzia para o Sr. Morais para ver se eram ou não livros valiosos. Mas a palavra final sempre era dele, sobre o descarte ou não de documentos, mas dificilmente era descartada alguma coisa.

MGR - *Fotografias. A BPP tinha muitas fotografias?*

SMTG - Não, a BPP não tinha muita. Passou a ter mais fotografias com o projeto da Francisca. O Sr. Morais não ligava muito para as fotos. Eu coloquei tudo em caixas de camisas, separei tudo, etc. Uma senhora chamada Clotilde tinha muitas e muitas fotos em casa. Uma vez ela me viu separando as fotos e me deu uma grande quantidade, que serviram posteriormente para a Francisca, o Marcos Hallale outras pessoas. Ela me deu somente depois que o Sr. Morais já tinha falecido. Ele tinha foto, guardava e tudo, mas ele se preocupava realmente com os documentos da cidade como as atas, relatórios, livros, etc. Tínhamos alguns Daguerreótipos, eu os guardava direitinho. Em 2001 tiraram os documentos todos da minha sala e, a partir daí, lavei minhas mãos. Hoje somente os tenho na cabeça e quando me pedem alguma coisa eu digo que tem, que existe, todavia tem de achar.

MGR - *A Senhora tem acesso a todas as partes de BPP hoje em dia?*

SMTG - Não, somente a algumas partes, particularmente a minha sala mesmo. Como eu tinha antes, não tenho mais.

MGR - *As relações pessoais entre os colegas: qual a diferença que se tinha da época do Sr. Morais pra hoje?*

SMTG - Era completamente diferente. Não sei se era a geração ou se um modo de conviver, sei que era bem diferente. Agente tinha mais coleguismo, uns ajudavam os outros. Hoje em dia não existe coleguismo mais. Hoje as pessoas têm medo que tu venhas a tirar o lugar delas. Certo tipo de competição e também uma quantidade muito grande de estagiários. Hoje a BPP conta com 7 funcionários apenas.

MGR - *Na época do Sr. Morais a BPP tinha muitos funcionários?*

SMTG - Tinha sim. Não somente da BPP quanto da prefeitura. Para a BPP não ia sem ser professor. Naquela época ia pra lá somente quem era professor. Na infantil, por exemplo, era só estagiário de magistério. Para se trabalhar com as crianças não iam pessoas que não tivessem fazendo magistério, isso foi até pouco tempo agora. Tinham também estagiários da

História e da Biblioteconomia. Na época do Sr. Morais não tínhamos quase estagiários, tínhamos voluntários as vezes, mas todos os funcionários eram professores do município.

MGR - Como era o trabalho do Sr. Morais dentro do arquivo? O que ele fazia?

SMTG - Fechadinho. Quem abriu mais à pesquisa fui eu. Não que ele não me deixasse, é que ele confiava bastante em mim. Gosto bastante de contar uma história, espero que não te importes. Fui trabalhar na BPP em 1974 no balcão. Gosto muito da disciplina História e andava sempre atrás do Sr. Morais. Quando alguém me pedia uma pesquisa e eu não sabia, acabava indo atrás de alguém que soubesse, sempre me indicavam o Sr. Morais. Eu chegava lá e ele estava sempre na sala lendo, escrevendo para o jornal e fazendo as pesquisas, ele adorava ler e fazer tudo aquilo. Mandava-me sentar e contava onde eu poderia encontrar tal coisa. Eu pouco sabia da história de Pelotas, pois era de Herval. Ele explicava-me e contava, até que fui pegando gosto. Quando ele foi para o Rio de Janeiro chamou o presidente da BPP e disse que quem ficaria com a responsabilidade sobre Arquivo seria eu. Enquanto estava no RJ eu comecei a mexer nas 7 chaves dele e fazer fichas para poder identificar e saber o que se tinha. Comecei a mexer nos livros de atas, numerá-los e fazer umas fichas para saber o que se tinha tendo em vista a impossibilidade de saber-se tudo o que verdadeiramente tinha naquele arquivo. O Sr. Morais sabia tudo de cabeça e tinha aquilo muito fechado. Quando ele chegou gostou do trabalho que eu tinha feito e me disse que eu ficaria trabalhando com ele. Mas não fiquei trabalhando somente com ele, na verdade eu fazia de tudo dentro da BPP. O que eu mais gostava era a pesquisa, isto é, chegando uma pessoa e solicitando determinada coisa eu ia catar. Até hoje eu gosto de catar coisas e ajudar as pessoas nas pesquisas. Estou sempre fazendo pesquisas para os outros, adoro isso. Acreditas que fiz uma pesquisa para uma senhora lá da Alemanha, uma velinha. Fui no cemitério, fui na Santa Casa, pesquisei em tudo. Ela falava em Alemão e não entendíamos nada: nem ela o português e nem eu o alemão. Ela achou lá na Alemanha uma menina para fazer a interpretação para o português. Então a última vez que falei com ela não fiquei sabendo como acabou conseguindo a localização da Biblioteca, deve ter sido pela internet. Inclusive até não achei nada do que me pediu, mas boa vontade eu realmente tive. Ela estava fazendo um trabalho sobre os alemães da família dela que vieram pra cá. Digo pra ti que a BPP fica conhecida longe e eu gosto de fazer esses trabalhos. Peguei o ritmo do r. Morais, pois ele fazia a mesma coisa. Não vou deixar uma pessoa lá da Alemanha sem saber o nome de um familiar seu daqui, podendo ir ali no cemitério e tal. Por fim ela mandava e-mails para ficar mais fácil e mais barato. Por isso que te digo que a BPP é pra isso não é mesmo. Não se pode o conhecimento ficar preso lá dentro.

MGR - Na época do Sr. Morais a BPP cumpria esse papel?

SMTG - Cumpria sim, ele próprio fazia. Basta veres as correspondências dele. Hoje já não é tanto assim, se eu não fizer creio que ninguém fará mais.

MGR - *A senhora acha que a BPP está preocupada basicamente com o que hoje em dia?*

SMTG - A biblioteca está preocupada em deixar seu prédio bonito, mas o seu acervo fica relegado a nada. Eu não sei o que se passa na cabeça das pessoas, mas a BPP sem o acervo não é nada. Pode estar aquele prédio bonito e lindo, mas o acervo todo empoeirado lá dentro, de que adianta? Não sei se foi uma coisa tão rápida ou se a pessoa encarregada não tem noção do valor daquele acervo para estar tão cheio de pó. O acervo todo das obras valiosas e dos jornais não existe em outro lugar. Tudo está completamente empoeirado e aquilo nunca mais vai sair, a acidez do pó não vai sair nunca mais.

MGR - *Existe alguma coisa curiosa do Sr. Morais que a senhora tenha vivenciado ou sabido na época? Alguma coisa curiosa ou engraçada?*

SMTG - Tem uma coisa muito engraçada sim. Teve uma história quando a Câmara dos Vereadores funcionava lá na BPP. O museu era lá em cima, na sala onde estão as obras valiosas e a Câmara funcionava naquelas salas pra lá, o plenário era no salão nobre. Um dia os vereadores estavam discutindo muito, uma baixaria total. O Sr. Morais vai lá no museu, pega uma arma daquelas velhas, chega nos vereadores e diz assim "cala a boca todo mundo se não vou dar tiro aqui". Pronto, saiu todo mundo dando risada e acalmou-se a discussão e a baixaria (risos). Ele era muito disso, uma pessoa muito brincalhona. Ele era uma pessoa muito amiga, tinha toda uma cortesia conosco. Quando ele foi presidente, chegava e datilografava na máquina dele ou ia domingo e escrevia uns recados muito bonitos sobre as coisas que ele queria que funcionassem na BPP. Todo mundo chegava segunda-feira com uns recados de "bom dia, eu gostaria disso, daquilo". As vezes ele deixava uma flor com um vaso bonito. Quem não iria receber aquela ordem com carinho não é mesmo? Até pouco tempo atrás eu tinha os recados por ele deixados. Até hoje eu tenho uma mania comigo, onde estou as coisas têm de estarem organizadas. Não consigo trabalhar em uma mesa cheia de papéis, não consigo trabalhar com os livros fora do lugar. Tudo tem de estar direitinho, até as cadeiras eu coloco no lugar certo. Lembro que era época de páscoa, quando eu cheguei tinha um verde tão bonito com tripé e um cartãozinho pra mim: "esse verde é para enfeitar a nossa salinha". Então ele sempre tinha essa coisa, vez por outra deixava um chocolate. Ele chegava e dava um chocolate para cada funcionário. O Sr. Lessa também tinha isso, tinha um carinho todo especial pelos funcionários.

MGR - *Como era a relação do Sr. Henrique com as pessoas de fora do ambiente da BPP?*

SMTG - Pelo que eu lembro, o Prefeito Irajá foi um dos que o chamou na prefeitura. Chamou-o para agradecer pelos serviços prestados. O Sr. Morais teve boa convivência com todos os prefeitos. Tinha vários amigos jornalistas, principalmente do Diário Popular e Diário da Manhã, onde ele escrevia muito. Ele era bem aceito na sociedade.

MGR - As pessoas confiavam no que ele escrevia?

SMTG – Algumas pessoas não confiavam muito nas coisas que ele escrevia. Teve gente que criticou aquele livro da rã, não sei se lembra. Criticavam no sentido de que ele não tinha certa formação para trabalhar e escrever sobre aqueles temas todos. Ele fez uma formação em farmácia, mas não chegou a se formar. Mas acredito que o que ele escrevia é até hoje bem aceito. Dá pra ver isso, pois todo mundo usa os dados que ele deixou sobre as pesquisas e tudo mais.

MGR - Tenho uma colega no Mestrado que está fazendo uma pesquisa sobre a Caixa d'água da praça da Santa Casa.

SMTG - Já sei. Ela questiona aquilo que o Sr. Morais disse sobre o fato dela ser francesa. Mas não é só a Caixa d'água. Esse caso já está até se tornando uma polêmica. Essa menina tira as conclusões a partir da Caixa d'água pela de RG. Ela diz que a nossa é parecida com a de RG e que a de lá veio, se não me engano, da Suíça ou Escócia, não lembro, não vou citar lugares nem datas porque eu realmente não lembro e não gravo muito. Existem muitas críticas também com relação aos chafarizes. O Sr. Morais sempre disse que eram 4 chafarizes, está faltando 1. Nunca achei esse que está faltando.

MGR - A Janaína disse que a Caixa d'água veio da Escócia. A idéia recorrente na cidade é de que a Caixa d'água é francesa. Ela diz também que essa crença no fato da mesma ser francesa veio a partir do Sr. Morais. Em determinado tempo ele escreveu alguma coisa dizendo que a Caixa d'água era francesa e assim ficou, as pessoas passando a acreditar e reproduzindo o fato dela ser francesa.

SMTG - Na época ninguém o contrariou. Agora, hoje em dia, se ela tem dados exatos eu realmente não sei precisar, pois o que eu vi foi o fato dela tirar as conclusões pela de RG. Ela usa os relatórios da Companhia Hidráulica Pelotense, inclusive um que é mais velho que o nosso, parece que o de 1875. Mas foi dali que o Sr. Morais também tirou as informações. Não sei qual seria a razão da Janaína, pois ela pesquisou lá comigo. Umas meninas da arquitetura foram no SANEP e pegaram a papelada, depois foram pesquisar lá comigo, foi quando eu vi que o SANEP tinha os relatórios da Caixa d'água, nesse dia vi que eles tinham um mais velho que o nosso, mas nós temos quase todos. Sobre o fato da Caixa d'água ser francesa ou escocesa não posso falar nada, isso é um problema dela com o seu Morais (risos), mas ele não está ai hoje e eu não posso dizer nada.

MGR - Se a senhora pudesse opinar diria o que?

SMTG - Se ela provasse com os documentos e se ela achasse na Caixa d'água alguma coisa dizendo que era da Escócia eu concordaria. Mas agora ela dizendo que tirou essa conclusão a partir dos relatórios, te digo que o Sr. Morais também o fez da mesma maneira.

MGR - *Ela diz que existe uma Caixa d'água francesa em Pelotas, a que está na represa do Moreira.*

SMTG - Não sei, realmente não posso questionar. Se os dados que ela tirou são do mesmo relatório, realmente não saberia te dizer qual a diferença que ela viu. Um dia eu li no Diário Popular um artigo dela onde questionava o fato da Caixa d'água de Pelotas ser parecida com a de RG e, consequentemente, não poderia ser francesa. Vou te dar um exemplo, quanto as mesas da Biblioteca eu posso te dizer que veio dos EUA por que tem um selo colado nelas dentro das gavetas.

MGR - *Antes a senhora falou sobre a formação do Sr. Morais, como era o Henrique Carlos de Morais museólogo? Como era o seu trabalho na prática cotidiana do museu?*

SMTG - Dentro do museu ele se dedicava bastante a essa parte dos animais. Pesquisava muito e lia muito também sobre os animais, não ficava somente em Pelotas, pois ia pra tudo quanto era lugar para ver se tal coisa era verdade ou não. Ele viajava sempre através do MEC, pois era funcionário do governo. Ele sempre escrevia para o MEC falando sobre tal coisa e daí o MEC mandava o dinheiro e a autorização para ele ir. Por exemplo, lá nas Missões ele fez muitas pesquisas.

MGR - *Por que ia um cara de Pelotas para fazer pesquisas nas Missões? Não existiam outras pessoas do MEC trabalhando no RS?*

SMTG - Não sei te dizer, acho que nessa área não existiam muitas pessoas trabalhando. Ele fazia muitas escavações arqueológicas em tudo quanto era lugar, achando ossos disso ou daquilo.

MGR - *Ele tinha alguma técnica específica?*

SMTG - Não sei te dizer. Imagina as coisas como eram a 40 ou 50 anos atrás. Acho que não tinha muita técnica.

MGR - *O primeiro monumento inscrito no livro do tombamento do DPHAN em Pelotas vai ser o Obelisco Republicano Domingos José de Almeida, no areal. Quem encaminha o processo todo, estudo e levantamento histórico, inventário, etc, é o Sr. Morais. Alguma vez ele comentou com a senhora sobre o Obelisco?*

SMTG - Não exatamente. Comentou apenas que tinha os documentos e tudo direitinho, mas o processo em si não. Ele estava sempre envolvido nesses processos de tombamento. Lembro que na época do prefeito Bernardo, quando fizeram os primeiros inventário nas casas de Pelotas, ele estava envolvido no meio disso tudo, por volta de 1982 ou 83, não me recordo com precisão.

MGR - *A BPP mudou então depois da morte do Sr. Morais?*

SMTG - Mudou e muito, não sei te dizer se para melhor ou para pior. Em minha opinião mudou demais, principalmente na maneira de tratar as obras raras e valiosas, sem cuidado algum. Hoje os professores da Universidade não aparecem mais lá, antes nos os chamávamos e eles iam.

MGR - *Por que a senhora acha que esses professores não vão mais lá?*

SMTG - Realmente eu não sei te dizer. Talvez tenham terminado seus trabalhos ou outra coisa. Na época, por exemplo, quando ganhávamos uma doação de livros, chamávamos alguém que tivesse conhecimento para fazer triagem e olhar a aquisição. Os professores sempre iam lá, mas hoje eles desapareceram.

MGR - *A senhora acha que a BPP realmente preserva seu acervo?*

SMTG - Pelo menos ela deveria fazer, não é mesmo?

MGR - *Não acha que se deva a esse motivo a ausência dos professores?*

SMTG - Preservar deveria ser a primeira coisa que a BPP deveria se preocupar. Deveria ter na BPP mais gente especializada nesse trabalho. Por exemplo, tem uma menina das artes que fez todo o levantamento dos quadros. Ela ficou me devendo esse trabalho, hoje ela está em Porto Alegre, não a vi mais. Tinham pessoas que se dedicavam, outros eram voluntários. Hoje nos temos lá uma só bibliotecária, agora tu imagina uma só pessoa para cuidar 240 mil livros.

MGR - *Gostaria de agradecê-la pela entrevista.*

SMTG - Sempre que precisar estamos ai.

Anexo 03 – Fundos documentais da Biblioteca Pública Pelotense.

Documentos de caráter privado

Fundo Alberto Coelho da Cunha

Fundo Alfredo Ferreira Rodrigues

Série Antônio Carlos Lopes
Série Bento Manoel Ribeiro

Fundo Álbuns e Periódicos

Série Outros Estados
Série Outros Municípios Gaúchos
Série Outros Países.
Série Pelotas

Fundo Bens Imóveis e Colonização

Série Abílio Moraes da Silva
Série Família Carpêna
Série Família Correia da Silva
Série Família Maciel
Série Família Mello
Série Família Soares de Paiva
Série Família Soares da Silva
Série Gregório de Ávila Menezes
Série Venâncio Ferreira da Silva
Série Ventura Lopes

Fundo Biblioteca Pública Pelotense

Série Curso Dom Pedro II

Série Cursos Noturnos
Série Mundo Infantil

Fundo Bernardo Taveira Júnior

Série Correspondências
Série Documentos Diversos
Série Planos de Aula
Série Poesias
Série Recortes de Jornais
Série Reflexões
Série Teatro
Série Traduções

Fundo Diocese de Pelotas

Fundo Diversos

Série 1º Centenário de Pelotas
Série Bacia Petrolífera de Ponta Alegre
Série Centenário de Independência do Brasil
Série Conferências e Discursos
Série Correspondências
Série Djair Madruga
Série Documentos Impressos
Série Estrada de Ferro
Série Fotografias e Ilustrações
Série Mapas e Plantas
Série Obras
Série Rascunhos Manuscritos
Série Recortes de Jornal
Série Registros
Série Rui Barbosa

Fundo Empresas e Instituições Comerciais

Série Banco Nacional do Comércio de Porto Alegre
Série Banco Pelotense
Série Companhia Fiação e Tecidos Pelotense
Série Companhia Frigorífica de Rio Grande
Série Companhia Hidráulica Pelotense
Série Companhia Rio Grandense de Iluminação a Gás
Série Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Pelotense
Série Empresa Ferro-Carril e Caes de Pelotas
Série Mendes de Mattos & Cia.
Série Rocha & Companhia

Fundo Entidades

Série Agrícolas e Agropecuárias
Série Artísticas e Literárias
Série Beneficentes
Série Benemerentes
Série Científicas e Filosóficas

Série Desportivas e Recreativas
Série Ensino
Série Representação Profissional
Série Representação de Interesses

Fundo Escravidão

Série Associação Emancipadora Club Abolicionista
Série Centro Abolicionista

Fundo Família Mendonça Lima

Fundo Família Osório

Série Alfredo Gonçalves Moreira
Série Annibal Moreira Osório
Série Fernando Osório
Série Fernando Luís Osório
Série Fernando Moreira Osório
Série Joaquim Moreira Osório
Série Manuel Jacinto Osório
Série Manuel Luís Osório (General)
Série Pedro Luís Osório
Série Thomaz Luís Osório (Coronel)

Fundo Família Simões Lopes

Série Francisco Simões
Série Idelfonso Simões Lopes
Série João Simões Lopes Neto

Fundo Henrique Carlos de Moraes¹⁸⁶

Série DPHAN
Série Henrique Patacão
Série Museu da BPP
Série Sociedade Cooperativa dos Fruticultores de Pelotas
Série Sociedade Ornitológica Rio Grandense

Fundo João Nunes Saraiva

Fundo Lobo da Costa

Fundo Movimentos e Partidos Políticos

Série Assis Brasil
Série Club Republicano de Pelotas
Série Club Republicano Rio Grandense
Série Francisco Antunes Maciel
Série Revolução Farroupilha
Série Revolução de 1923
Série Victor Russomano

¹⁸⁶ Ao final desta descrição do mapa do Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense (mapa dos fundos) encontra-se o fundo Henrique Carlos de Moraes apresentando de forma detalhada todo o seu conteúdo.

Documentos de caráter público

Fundo Documentos Públicos Municipais

- Série** Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas
- Série** Conselho Municipal de Pelotas
- Série** Intendência Municipal de Pelotas
- Série** Prefeitura Municipal de Pelotas

Fundo Império do Brasil

- Série** Documentos Imperiais
- Série** Documentos Militares

Fundo Documentos Públicos do Rio Grande do Sul

- Série** Assembléia Legislativa Provincial
- Série** Assembléia dos Representantes
- Série** Sec. de Estado dos Neg. do Interior e Exterior
- Série** Sec. de Estado das Obras Públicas
 - Barra e Porto
 - Terras e Colonização
 - Viação Férrea
- Série** Sec. de Estado da Fazenda

Fundo República do Brasil

Detalhamento do Fundo Henrique Carlos de Moraes

- Pasta CDOV – A/ HCM-001 - Artigos para jornais
- Pasta CDOV – A/ HCM-002 - Artigos para jornais
- Pasta CDOV – A/ HCM-003 - Artigos para jornais
- Pasta CDOV – A/ HCM-004 - Artigos para jornais
- Pasta CDOV – A/ HCM-005 - Artigos para jornais
- Pasta CDOV – A/ HCM-006 - Correspondência recebida
- Pasta CDOV – A/ HCM-007 - Correspondência recebida
- Pasta CDOV – A/ HCM-008 - Correspondência pessoal recebida/expedida
- Pasta CDOV – A/ HCM-009 - Cursos e congressos
- Pasta CDOV – A/ HCM-010 - Diversos
- Pasta CDOV – A/ HCM-011 - Documentos pessoais
- Pasta CDOV – A/ HCM-012 - Ensaios
- Pasta CDOV – A/ HCM-013 - Estudos
- Pasta CDOV – A/ HCM-014 - Estudos
- Pasta CDOV – A/ HCM-015 - Estudos
- Pasta CDOV – A/ HCM-016 - Fotografias e ilustrações
- Pasta CDOV – A/ HCM-017 - Notas biográficas
- Pasta CDOV – A/ HCM-018 - Notas fiscais/recibos
- Pasta CDOV – A/ HCM-019 - Obras/poemas
- Pasta CDOV – A/ HCM-020 - Plantas

Pasta CDOV – A/ HCM-021 - Rascunhos manuscritos
Pasta CDOV – A/ HCM-022 - Recortes de jornais
Pasta CDOV – A/ HCM-023 - Recortes de jornais
Pasta CDOV – A/ HCM-024 - Recortes de revistas
Pasta CDOV – A/ HCM-025 - Transcrições

Série D.P.H.A.N.

Pasta CDOV – A/ HCM-026 - Apostila, correspondência expedida
Pasta CDOV – A/ HCM-027 - Correspondência recebida, consultas
Pasta CDOV – A/ HCM-028 - Doações, declarações, históricos, instruções, inventários, notas fiscais/recibos, relatórios, relatos de visita, tombamento do Obelisco, transcrições

Série Henrique Carlos de Moraes Patacão

Pasta CDOV – A/ HCM-029 - Correspondência expedida/recebida, licença para desmatar, diversos, históricos, notas biográficas, procurações.

Sub. Série: Água mineral Serrana

Pasta CDOV – A/ HCM-030 - Análise química, atestados de fiscalização, contratos, correspondência recebida, declarações, históricos, fotografias, nota comemorativa, notas fiscais/recibos, registro de programas, patente, programas, propaganda.

Série: Museu da Biblioteca Pública Pelotense

Pasta CDOV – A/ HCM-031 - Acervo, campanhas/concursos, cartões de identificação
Pasta CDOV – A/ HCM-032 - Correspondência recebida/expedida
Pasta CDOV – A/ HCM-033 - Correspondência recebida
Pasta CDOV – A/ HCM-034 - Diversos, doações, empréstimos, estatutos, exposições, fotografias,
Pasta CDOV – A/ HCM-035 - Históricos
Pasta CDOV – A/ HCM-036 - Índices, lista de Museus brasileiros, livro de visitas, mensagens
Pasta CDOV – A/ HCM-037 - Recortes de jornais
Pasta CDOV – A/ HCM-038 - Relatórios, termos de cessão, transcrições.

Série: Sociedade cooperativa dos fruticultores de Pelotas

Pasta CDOV – A/ HCM-039 - Análises químicas, atas, circulares, correspondência expedida/recebida, diversos, exposições, informativos, lista de sócios, memorandos, movimentos, notas fiscais/recibos, programas, receitas, recortes de jornais/revistas, relatórios

Série: Sociedade Ornitológica Riograndense

Pasta CDOV – A/ HCM-040 - Atas, correspondência expedida/recebida

Pasta CDOV – A/ HCM-041 - Diversos, estatutos, estudos, fotografias, históricos, notas fiscais/recibos, notas ornitológicas, plantas, recortes de jornais, registros aves, revistas/periódicos

Sub Série: Escolinha Ornitológica

Pasta CDOV – A/ HCM-042 - Álbum, aulas, lições, exames, ilustrações, lista de alunos, poema de Adelmar Tavares, programa, relatórios.

Anexo 04 – “Minha formação de museólogo”

Arquivo de Henrique Carlos de Moraes Pelotas RS Brasil

Diretor vitalício de Acervo Bibliográfico e Documental da
« FUNDAÇÃO CULTURAL DE PELOTAS » Lei 2.602. Pref. Mun. de Pelotas

Técnico Assuntos Culturais N.S. do MEC

Membro: Amicom. Amb. Asb. Asb. Opb. Ihj. Sor. Bbp.

HENRIQUE CARLOS DE MORAES



A
MINHA
FORMAÇÃO
DE
MUSEÓLOGO
HENRIQUE CARLOS DE MORAES
PELOTAS
RIO GRANDE DO SUL
BRASIL

HENRIQUE CARLOS DE MORAES

Arquivo de Henrique Carlos de Moraes Pelotas RS Brasil



Diretor vitalício de Acervo Bibliográfico e Documental da
• FUNDAÇÃO CULTURAL DE PELOTAS • Lei 2.602. Pref. Mun. de Pelotas
Técnico Assuntos Culturais N.S. do MEC
Membro: Amicor. Amb. Aab. Asb. Opb. Ihj. Ser. Bbp. (1º)

HENRIQUE CARLOS DE MORAES

A minha formação de museólogo

Deu-se aos vinte dias do mês de abril de 1905, quando-contava sete anos de idade recebia das mãos do meu saudoso Pai numerosos testemunho de um passado. Ao receber estas lembranças, a minha satisfação foi enorme, tanto assim que comecei a estudar e classificar o valor de cada peça. Meu genitor Henrique Carlos de Moraes foi uma das figuras mais representativas da culta sociedade pelotense, pelo seu aspecto humano e acolhedor. Devo-lhe a minha formação de museólogo.

Abaixo dou relação das peças mais significativas que me foram presenteadas pelo meu Pai:

Um Microscópio de numero 204, fabricado por J.H. Stward, 406, Strand. Londres. Relíquia esta que pertenceu ao então Doutor Frederico Romano, quando aluno da Escola de Medicina de Londres. Ano de 1855.

Uma gravata-secreta de tirar fotografia (camara secreta), inventada pelo inventor George Eastmann. Fabricante Photo Gravata Bloch B1889 En France et à Etranger. Esta rara peça valiosa foi exposta na Exposição Internacional de Paris-França, ano de 1889.

Da secular Mansão da Cascata, situada no 5º distrito de Pelotas, de propriedade dos meus avós paternos, um testemunho magnífico, muito usado no interior: Lâmpião grande de zinco envidraçado, lembrando um velho Pagode Chinês, tendo as seguintes dimensões: altura 62 cm. dos lados envidraçados que são em número de quatro cada lado 40 centímetros, abertura da porta para introduzir candeeiro tem 33 centímetros de altura. Este enorme Lâmpião por longos anos serviu para iluminar o passadiço da secular Mansão da Cascata.

Uma valiosa coleção de moedas de cobre, prata, e ouro, assim como cédulas em papel de diversos valores do 1º e 2º reinado e da república.

Dois tinteiros, sendo um de cristal e o outro de louça, ambos antiguíssimos, em perfeito estado. Penas de Ganso, fabricação francesa. Um quadro negro. Mapas etc..

Antiga escrivaninha que pertenceu meu avô paterno, que ainda hoje é minha mesa de trabalho.

A cadeira de embalo de jacerânda que pertenceu minha tia avô paterno e que criou o meu genitor. Esta peça antiga é toda embutida e unida, não utilizarem-pregos

Um relógio Omega chapeado e ouro de 18 quilates com a respetiva corrente do mesmo metal

Uma certidão de José Carlos de Moraes, filho de José Carlos de Moraes (este natural das ilhas Canárias). Seu filho nasceu em Piratini de Nossa Senhora da Conceição em dezenove (19) de dezembro de 118. Foram estes que mais tarde vieram para o Povoado de São Francisco de Paula. Aqui estabelecidos com armário, deram nome a rua dos Canários, atual 15 de Novembro.

Cópia de um mapa de 1756. Indicando a marcha dos exercitos que destruiram o Sete Povos das Missões. Neste precioso mapa vimos assinalada a

segue-se

HENRIQUE CARLOS DE MORAES



Diretor vitalício de Acervo Bibliográfico e Documental da
• FUNDAÇÃO CULTURAL DE PELOTAS • Lei 2.602. Pref. Mun. de Pelotas
Técnico Assuntos Culturais N.S. do MEC
Membro: Amicom. Amb. Aab. Asb. Opb. Ihj. Sor. Bbp.

(2º)

A minha formação de museólogo

margem direita do rio Piratini, a sua foz, o Forte de São Gonçalo, que deu origem ao nome do Canal, conhecido primitivamente pelos pilotos portuguêses com o nome de Sangradouro.

Primeiro recibo de décimas pagas à então Câmara Municipal de Pelotas, logo após a elevação de Cidade de Pelotas. Ano de 1835.

Petição de Luiza Carolina Lial pedindo terras para plantio. Esta senhora foi uma das fundadoras da Cidade de Melo R.P. Uruguai. Documento ano de 1836.

Velhíssima Estampa de Nossa Senhora da Conceição, que foi trazida da Vila de Piratini, ano de 1821, pela família de José Carlos de Moraes.

Um quadro-desenho a bico de pena executado por Luiz Carolino Lial, representando uma urna retratando imagens de uma família que foi assassinada pelos escravos. Ano de 1821.

Uma coleção de " Bonus ". Ano de 1891 a 1897. Em plena Revolução Federalista, houve carência de numerário e de troco, obrigando as autoridades municipais do Estado do Rio Grande do Sul, a criar Decreto-Lei que autorizava imprimir " Bonus ", no valor de cem réis, duzentos réis e 500 réis. Nesta recuada época as firmas particulares também usaram e abusaram dos vales em papel, e até de couro!!! Da então firma pelotense Hadler & Teichert, localizada no Retiro, duzentos réis, valor este impresso no couro e no verso o carimbo da firma.

Uma peça curiosa e rara para a história de Pelotas foi a invenção da primeira máquina automática para tecer lã, batizada na época com a denominação de " Engenho Filatório ". Segundo minha pesquisa, apurei através da " Historia do Mundo " de J. Pijuan, máquina idêntica veio a surgir na Europa a qual passou a ser chamada " homem de ferro " sómente em 1834, quando aqui há um ano pelo menos já existia uma em funcionamento. De acordo com os arquivos da época, a 12 do mês de outubro de 1832, deu entrada na Câmara Municipal uma petição de Luiz Pereira Lial, pedindo que a Câmara mandasse examinar seu engenho de tecer lã, a fim de lhe fornecer o respetivo atestado para requerer o privilégio de inventos de uma máquina útil na forma da Lei. Deliberou, então a CAMARA, visitar a residência do requerente, situada à rua do Moinho (atual Marechal Floriano), onde se encontrava a referida máquina. A visita foi feita pelos vereadores. O atestado da provação a referida máquina de tecer lã foi expedida quatro dias após a visita dos vereadores. Dessa importante e histórica descoberta de uma máquina de tecer fabricada na então Vila de São Francisco : Paula, por Luiz Pereira Lial, irmão de minha avô paterna Luiza Carolina de Moraes, posso o desenho feito a bico de pena da referida máquina, e uma sacola de material tecida pela mesma (vide meu trabalho " Pionerismo do povo pelotense " datado de 15 de Julho de 1969 (vide também a minha entrevista no jornal " Dia Popular " de 15 de Agosto de 1969). No meu arquivo particular toda documentação copiada do " 1º Livro de Atas " de 1832 da antiga Câmara Municipal, referente à primeira máquina de tecer (automática) fabricada pelo meu tio avô, repito, Luiz Pereira Lial. Como vimos, o autor dessas linhas herdou de seus familiares a planta da máquina de fiar (vide o desenho a bico de pena) construída e inventada por Luiz Pereira Lial e uma sacola tecida na fiação do respectivo engenho.

Diretor vitalício de Acervo Bibliográfico e Documental da

• FUNDAÇÃO CULTURAL DE PELOTAS • Lei 2.602, Pref. Mun. de Pelotas

Técnico Assuntos Culturais N.S. do MEC

Membro: Amicom. Amb. Aab. Asb. Opb. Ihj. Sor. Bbp.



A minha formação de museólogo

HENRIQUE CARLOS DE MORAES

batizado naquela recuada época com a denominação "ENGENHO FILATÓRIO", isto é há cento e cinqüenta e três anos passado, que tanto hoje continuaram a ser conservados e transmitidos com apreço de pais e filhos.

Outro testemunho histórico que posso é o "NIVEL" que meu Pai usou na plantação de arroz na boca do arroio Pelotas, em 1905, nivelando as quadras por meio de uma fita métrica, que segurava na ponta era eu, que tinha nessa época a idade de sete anos. Desta forma nivelamos mais de cem hectares de terreno. Os irmãos Lang(Carlos e Ernesto), meu Pai e o tio Eduardo Cândido Sequeira, foram os primeiros plantadores dessa rica gramínea em Pelotas. Lavoura de arroz mecanizada. As máquinas foram adquiridas nos Estados Unidos da América do Norte. Trilhadeira, Leifadoura, ventilador, arados, grad de disco que naquela época custava CIF em Pelotas, 1705000(mil réis), e os arados 180 mil réis com oito relhas, de aço e muito pesados e eram levados por mais de uma junta de bois carreteiros. Desta experiência, mais tarde surgiram as granjas e os arrozais que enriqueceram seus proprietários. Guardo ainda notas das despesas feitas pelos pioneiros e um caderno de anotações feitas pelo meu Pai em observações diárias, de semeadura, germinação, irrigação, colheita, venda e lucros e perdas-condições climáticas e pragas, percervejos e os terríveis gafanhotos da praga. No primeiro ano eles colheram quatro mil sacas, o que veio despertar sua cultura no município de Pelotas, plantar em zonas de várzeas em que a água fosse sempre doce e de fácil irrigação todo o ano, sem ser atingida pela salinidade do canal de São Gonçalo.

Ainda das mãos do meu Pai recebi numerosos testemunhos de meus avoengos: entre eles uma caixa de metal para guardar documentos, tendo o formato de um baú. Uma velha estante para colocar livros. Numerosos implementos de pedra polida, panelas, machados, flexas, funda com 12 saliências mamílares, destacando-se umas linhas, visíveis consequências do atrito, que assinalam em diversos sentidos, por meio de corda(fibra de tipo). As fundas mamílares assim formadas serviam de armas e as extremidades das cordas, que se cavam, vinham unir-se na mão de quem manejava, na qual, deste modo formavam uma massa terrível na guerra. Esta peça foi encontrada no planalto do Rio Grande do Sul. Um pelourinho de pedra, encontrado soterrado, na boca do arroio Pelotas. Ano de 1905. Um pequeno Polvorim de chifre, usado pelos caçadores(Arma chamada de "Taquari" de carregar pela boca) encontrada na Cascata, município de Pelotas. Ano de 1901. Uma pequena "Ocarina", peça imaginada em 1980, na Itália, em Donati. Instrumento de música de vento, de ferro e metal, de forma ovoide, munido dum bico e com buracos. As entoações variam em razão do diâmetro dos orifícios, e o som mais grave produz-se quando os oito orifícios estão tapados. Os sons são muito mais suaves, mas sem cor nem caráter. As ocarinas de diversos tamanhos e por consequência de diversos tons. Guardo os azulejos que foram retirados da frente do prédio a rua Sete de Setembro sob o número 203, antiga residência da família de Henrique Carlos de Moraes(meu avô paterno). Os azulejos, foram importados da França nos meados do século passado da firma Level-Minet A'Deavios(Pais de Calais)-França. Extraídos em 1936 por Henrique Carlos de Moraes(quando em reforma o dito prédio. Uma Cartola e Cla fabricado em Paris-França, ano de 1893, que pertenceu-meu Pai no noivado e casamento em 20 de Maio de 1893. Documento da pedra fundamental do Solar Moraes Patrocínio, que diz o seguinte:

No ano de N.S. Jesus Cristo de 1875 aos trés de Março; colocou-se a primeira pedra sobre o morro da RDA-VISTA, para servir de base palacete que se vai construir; propriedade de Henrique Carlos de Moraes Patrocínio, Pelot. Serra dos Tapas 3 de Março de 1875

HENRIQUE CARLOS DE MORAES



Diretor vitalício de Acervo Bibliográfico e Documental da
 • FUNDAÇÃO CULTURAL DE PELOTAS • Lei 2.602, Pref. Mun. de Pelotas
 Técnico Assuntos Culturais N.S. do MEC
 Membro: Amicom. Amb. Aab. Asb. Opb. Ihj. Sor. Bbp.

HENRIQUE CARLOS DE MORAES

A minha formação de museólogo

Outro documento muito expressivo são duas telas pintadas a óleo retratando os meus Avós paternos Henrique e Luiza, as dimensões da tela 50X48, moldura de madeira de lei lisa. Obra executada por encomenda em Paris-França, pelos avós paterno após casados.

Uma fotografia de meu Pai por ele retratado numa unica chapa fotográfica em três posses distintas, da seguinte maneira: 1º ele, ao centro, debruçado sobre o topo da mesa ao escrever partituras como compositor que sempre foi de melodias; 2º de pé à direita, executando sólo de flauta; 3º de pé à esquerda, tocando barítono. Esta fotografia de três posses distintas da mesma pessoa numa unica chapa, época em que a fotografia engatinhava. De um fole de gaita fazia a câmera escure e as lentes aproveitava de um velho óculo de alcance que era usado nos navios a vela. Interessante assinalar, prespegado à parede, à direita da fotografia, vê-se o aparelho telefônico da antiga então " Centro Telefônico Pelotense " que funcionou pela vez primeira na cidade de Pelotas. Uma rara documentação fotográfica da cidade de Pelotas.

Ano de 1898 e 1883, pelo então Pht. Amador Henrique Carlos de Moraes Patacão (meu Pai) foram vinte e uma (21) fotografias tamanho 18X24. Duas outras fotografias do Clube Comercial da cidade de Pelotas, ano de 1883, tiradas no ano de sua fundação do Clube Comercial, pelo fotógrafo francês Augusto Amoretty, que viveu longos anos nesta cidade, famoso pelos seus magníficos trabalhos fotográficos da vida social pelotense.

Um cartão-postal mui antigo figurando a rua dos Canários (hoje 15 de Novembro) quadra rua do Moinho (atual Marechal Floriano). Ao fundo da esquina da rua do Poco (hoje Sete de Setembro). Nesta esquina com frente à rua dos Canários destaca-se um " Coqueiro " que por longos anos assinala a conhecida " Casa Americana " digo a " Casa de Negócio de José Carlos de Moraes (meu treta avô) - hoje ali estabelecida a conhecida " Casa Americana ".

Uma bela caixa de madeira com tipos de metal dourado para imprimir cartões de fabricação francesa, peça valiosa e antiga.

Uma bengala castanha de prata batida cinzelada que pertenceu ao meu tio avô farmacêutico Benjamim Ricardo Cordeiro.

Uma pequena bengala que usei no recinto da exposição artística do Clube Ceixeral, que realizava-se, à tarde, uma festa dedicada ao mundo infantil; as crianças Georgina Cordeiro Lang e Henrique de Moraes Filho o duet " Tralárá ". (vide o jornal A Opinião Pública " TEMPOS IDOS ", a festa realizou-se no dia 19 de Novembro de 1905 (vide fotografia da época))

Original Bengala da exposição internacional de Paris-França de 1889. Esta bengala era um lapis, fabricada por Johann Frosscheis Lire - Bleistif-Fabrik e tinha as seguintes dimensões: comprimento 86 cm, circunferência de 7 centímetros, trazia impressa o nome de Gigerl Stift, toda ela como já disse era um lapis!!! Presente feito ao meu Pai pelo seu carinhoso irmão Dr. Luiz Carlos de Moraes, médico meu padrinho.

Outra peça antiga é um pequeno estojo de metal com Tampa contendo no interior nesos com numeros gravados no metal os numeros: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9.



Diretor vitalício de Acervo Bibliográfico e Documental da (6º)
• FUNDAÇÃO CULTURAL DE PELOTAS • Lei 2.602. Pref. Mun. de Pelotas
Técnico Assuntos Culturais N.S. do MEC
Membro: Amicom. Amb. Aab. Asb. Opb. Ihj. Sor. Bbp.

A minha formação de museólogo

Quatro, Oito e Desses seis. Peça interessante e rara.

Uma pedra de Toque para ouro

Com decorrer dos anos, por herança, recebi dos meus familiares numerosos objetos os quais guardo religiosamente.

E foi por isso que me fiz museólogo, fruto de observações cumuladas durante longos anos, devidamente examinadas e codificadas.

Para os meus eventuais sucessores um conselho:

Para um museólogo a parte mais importante e mais difícil, sem sombra de dúvida, é a classificação dos objetos de qualquer espécies, que tenha de constituir suas coleções. Varia cada museu, segundo sua natureza. Para bem se classificar as peças que devem ser exposta ao público, mistar se faz grande cabedal de conhecimentos especializados que somente a teoria não pode fornecer. É preciso que ela se alia à prática, às intuições desenvolvidas com o tirocino e de agudez espiritual.

O museólogo tem de ser, antes de tudo, um evocador. Um museu conserva justamente para evocar. Porque esta é a sua parte dinâmica, sua vida, linguagem, sua forma de perfeição na cultura do País.

As condições de natureza pessoal decorrem dos coeficientes, maior ou menor soma de vocação, bom gosto, golpe de vista, prática, boa vontade em servir. Os que possuem todas essas condições de natureza pessoal, as quais se resumem no senso inato da medida e da proporção, e no sabor, podem desenvolver-las aprimorá-las com tino e as observações e comparações deles decorrentes. Os efeitos dos próprios objetos dependem de sua natureza, de sentimentos de arte ou evocação que encerram, de expressão de beleza ou de glória que representem. As regras, princípios técnicos que se encontram compilando as obras dos especialistas, dimanam em geral dos ensinamentos empíricos. Há também regras de caráter científico. Para um perfeito trabalho" A TÉCNICA DE MUSEU", completa e coroa essas disciplinas. São frutos de observações cumuladas durante longos anos, devidamente examinadas e codificadas.

MUSEU:- A palavra Museu vem do termo grego Museion, templo das Musas. Os latinos denominavam Museum ao gabinete ou sala de trabalhos de homens de letres e ciências.

Ptolomeu 1º, soberano do Egito, deu esse nome a parte de seu palácio, em Alexandria, onde se reuniam sabios e filósofos mais celebres seu tempo para se entregarem ao estudo das letres e das ciências, tendo a sua disposição uma biblioteca, que se tornou famosa na antiguidade. Foi este o primeiro estabelecimento cultural que recebeu o título de MUSEU.

MUSEOLOGIA:

Chama-se Museologia o estudo científico de tudo o que se refere aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, classificar e restaurar os seus objetivos. MUSEÓLOGO, portanto, é o técnico ou entendido em Museu

Arquivo de Henrique Carlos de Moraes Pelotas RS Brasil

Diretor vitalício de Acervo Bibliográfico e Documental da • FUNDAÇÃO

CULTURAL DE PELOTAS • Lei 2.602. Prefeitura Municipal de Pelotas.

Técnico Assuntos Culturais N.S. do MEC

Membro: Amicam. Amb. Aab. Asb. Opb. Ibj. Sor. Bbp

A minha formação de museólogo



HENRIQUE CARLOS DE MORAES

Museografia:- Entende-se por Museografia a descrição de um Museu ou dos Museus. Museográfico:- É aquele que descreve Museus. Trata de Museografia é obra em que se descrevem Museus.

A Técnica de Museus: Resume a coroa todas as matérias dum curso especializado de Museus.

Compreende as sustâncias as seguintes partes:

1º Parte Geral/Noções de organização
de arrumação
de catalogação
de restauração

2º Parte Básica/Noções " Cronologia

" Epigrafia
" Paleografia
" Diplomacia
" Bibliografia
" Iconografia
" Heráldica
" Sobre Condecorações
" Bandeiras
" Armaria
" Arte Naval
" Viaturas
" Arquitetura
" Mobiliário
" Indumentaria
" Cerâmica e Cristal
" Joalheria, Prataria e Brózes Artísticos
" Instrumentos de suplício
" Maquinas
" Arte Religiosa

A importância de matérias tais como Arqueologia, Numismática e Sigilografia, História da Arte e História do Brasil, obrigará a manutenção do seu ensino em cadeiras especiais. A esses capítulos principais, imprescindíveis, a manutenção digo poderão ser aceitos ou acrescidos outros atinentes a circunstâncias especiais e condições imprevistas, de acordo com a espécie de museu que se pretende fundar, podendo ser de natureza técnica ou administrativa.

Aconselho aos meus eventuais sucessores obra intitulada INTRODUÇÃO A TÉCNICA DE MUSEUS, volume 1º e 2º da Gráfica Olímpia-1946. Autor meu saudoso professor Dr. Gustavo Barroso, fundador e diretor do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Em curso de Museologia mantido pelo Museu Histórico Nacional, no mês de 1942 entre os meses de Junho a Outubro daquele ano fiz um estágio no estudo das matérias especializadas do valioso Curso empreço. Voltei ao Sul para a Região Missionária, credenciado pelo então Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor Geral do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apresentar Relatório sobre as Ruínas de São Miguel, São João Baptista, etc., no município de Santo Ângelo. Este meu modesto trabalho sobre a Região Missionária fez jus a participar como funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC. Fiz Prova e fui aprovado: - primeiro como Perito em Belas Artes, depois por merecimento Conservador do P.H.A.N. e por último como Técnico Assuntos Culturais de Nível Superior. Hoje aposentado.

Pelotas, 10 de Junho de 1986

Henrique Carlos de Moraes

Anexo 05 – Carta de alforria onde aparece o carimbo de Henrique Carlos de Morais.

